

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**

**FRANCISCA VIVIANE DOS SANTOS**

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA A PARTIR DOS REGISTROS CONTÁBEIS  
DO PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)**

**Porto Alegre**

**2024**

**FRANCISCA VIVIANE DOS SANTOS**

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA A PARTIR DOS REGISTROS CONTÁBEIS  
DO PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Everton da Silveira Farias

**Porto Alegre**

**2024**

## CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Francisca Viviane dos  
Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: uma  
análise histórica a partir dos registros contábeis do  
Período Imperial (1822-1889) / Francisca Viviane dos  
Santos. -- 2024.  
100 f.  
Orientador: Everton da Silveira Farias.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Controladoria e  
Contabilidade, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. História da Contabilidade . 2. Santa Casa de  
Misericórdia. 3. Escolas contábeis. I. Farias, Everton  
da Silveira, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**FRANCISCA VIVIANE DOS SANTOS**

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA A PARTIR DOS REGISTROS CONTÁBEIS  
DO PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de janeiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Everton da Silveira Farias – orientador  
UFRGS / PPGCONT

---

Profa. Dra. Giovana Sordi Schiavi  
UFRGS / PPGCONT

---

Prof. Dr. Marco Antônio dos Santos Martins  
UFRGS / PPGCONT

---

Prof. Dr. Paulo Schmidt  
UNIFIN

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e dons que me foram concedidos e que me possibilitaram trabalhar nesse projeto. E a Virgem Santíssima, minha intercessora.

Sou grata aos meus pais Francisco A. Ferreira dos Santos e Maria Deusa Alves dos Santos, pelo amor incondicional ao longo da minha vida e em especial durante o desenvolvimento dessa dissertação por todo o cuidado que tiveram comigo e meu filho.

Agradeço aos meus irmãos Eliane e Leandro que sempre me incentivaram e encorajaram a seguir com os meus objetivos.

Agradeço ao meu esposo Tiago Ribeiro que está presente em todos os momentos sejam fáceis ou difíceis.

Agradeço o meu orientador Everton da Silveira Farias pelas contribuições dadas e pela paciência durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço às professoras Ângela Rozane Leal de Souza e Romina Batista de Lucena de Souza por todos os conselhos e ensinamentos que me possibilitaram progredir como acadêmica.

Aos professores Dr. Paulo Schmidt e Dr. Marco Antônio dos Santos Martins que fizeram parte da banca de qualificação do projeto de dissertação, por todas as contribuições e correções que contribuíram sobremaneira para esta pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial a Júlia Flach, por todos os momentos de trocas realizadas ao longo do curso.

Agradeço aos meus amigos Alice e Lucas que sempre estiveram presentes sugerindo melhorias, compartilhando ideias e motivando para prosseguir.

Agradeço a Mariana Colombo que por meio de seu trabalho prestou-me um grande auxílio nos momentos de maior dificuldade.

Para meu filho Guilherme, luz dos meus dias.

## RESUMO

SANTOS, Francisca Viviane dos. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**: uma análise histórica a partir dos registros contábeis do Período Imperial (1822-1889). 2024. 101 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Aspectos históricos relacionados à Ciência Contábil figuram como uma temática relevante para a compreensão da estrutura contábil de organizações na contemporaneidade. Desse modo, a pesquisa realizada teve como objetivo analisar os registros de receitas e despesas realizados pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS durante o período do Império brasileiro (1822-1889) e identificar elementos das escolas contábeis nos referidos registros. Para tanto, empregou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental operacionalizada por meio de análises dos Relatórios da Provedoria que constam no arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa (CHC). Os dados foram analisados a partir dos Balanços de Receitas e Despesas. Os resultados obtidos demonstraram que a receita “Aluguéis de Prédios” chegou a representar mais de 20% da fonte de receitas totais, sendo que visando maximizar a rentabilidade, foram comercializados bens imóveis para adquirir Apólices da dívida pública – cujo rendimento de juros era de 6% ao ano. Destacam-se ainda as receitas de “Legados”, “Contribuição Marítima”, “Jóias”, “Loterias” e Subvenção Provincial. No que tange às Despesas Administrativas, Exposto e Capela juntas absorvem 55% de todas as receitas. Desse modo, a pesquisa contribui no âmbito da Contabilidade Histórica para evidenciar como a Ciência Contábil era utilizada para controle e gestão do patrimônio, buscando a efetividade das atividades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS. Logo, torna-se possível compreender aspectos relacionados à estrutura funcional da organização que contribuíram para que esta mantivesse suas atividades ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** História da Contabilidade. Santa Casa de Misericórdia. Escolas Contábeis.

## ABSTRACT

Historical aspects related to Accounting Science appear as a relevant theme for understanding the accounting structure of organizations in contemporary times. Thus, the research carried out aimed to analyze the records of income and expenses carried out by Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS during the period of the Brazilian Empire (1822-1889) and identify elements of accounting schools in those records. To this end, qualitative, descriptive and documentary research was used, operationalized through analysis of the Ombudsman's Reports contained in the archive of the Centro Histórico-Cultural da Santa Casa (CHC). The data was analyzed from the Income and Expense Balance Sheets. The results obtained demonstrated that “Building Rental” revenue represented more than 20% of the total revenue source, and in order to maximize profitability, real estate properties were sold to acquire public debt policies – whose interest yield was 6 % per year. Also noteworthy are the revenues from “Legacies”, “Maritime Contribution”, “Jewelry”, “Lotteries” and Provincial Subsidy. Regarding Administrative Expenses, Exposto and Capela together absorb 55% of all revenues. In this way, the research contributes within the scope of Historical Accounting to highlight how Accounting Science was used to control and manage assets, seeking the effectiveness of the activities of Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS. Therefore, it becomes possible to understand aspects related to the functional structure of the organization that contributed to its maintenance of its activities over time.

**Keywords:** History of Accounting. Holy House of Mercy. Accounting Schools.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Epidemia de Cólera no ano de 1855 .....	39
Quadro 1 - Escola do Pensamento Contábil .....	47
Quadro 2 - Processo de coleta dos documentos .....	59
Gráfico 1 - Receitas totais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre .....	61
Figura 2 - Balanço de Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de 1855 .....	63
Gráfico 2 - Receitas da conta "Aluguel de Prédios" no período de (1855 - 1889).....	67
Figura 3 - Relatório da Provedoria da Santa Casa de Porto Alegre .....	68
Gráfico 3 - Receita de Juros de Apólices (1855 - 1889) .....	69
Gráfico 4 - Receitas de Jóias paga pelos novos irmãos (1855-1889).....	72
Figura 4 - Balanço de Receitas da Santa Casa de Porto Alegre 1873 .....	74
Figura 5 - Balanço de Receita da Santa Casa de Porto Alegre 1876.....	75
Gráfico 5 - Receita de Subvenção Provincial (1855 -1889).....	77
Gráfico 6 - Despesas Administrativas e salários, Capela e Expostos (1855-1889 .....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fundação das Santas Casas de Misericórdia na América (XVI-XIX).....	29
Tabela 2 – Receitas de Contribuição Marítima (1855-1889).....	71
Tabela 3 – Receitas de Loterias (1855-1889) .....	76

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
AAPA	<i>American Association of Public Accountants</i>
ADM	Administrativa
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountings</i>
CHC	Centro Histórico-Cultural da Santa Casa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
REC	Receita
RS	Rio Grande do Sul
SCMPA	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
1.2	OBJETIVOS .....	15
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>16</b>
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
2.1	SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA.....	18
2.2	A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE DO SÉCULO (XVIII- XIX) .....	29
2.3	CONTABILIDADE HISTÓRICA .....	41
2.4	ESCOLAS DO PENSAMENTO CONTÁBIL.....	46
<b>2.4.1</b>	<b>Escola Contista.....</b>	<b>48</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Escola Administrativa ou Lombarda.....</b>	<b>49</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Escola Personalista .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.4</b>	<b>Escola Controlista .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.5</b>	<b>Escola Americana .....</b>	<b>52</b>
<b>2.4.6</b>	<b>Escola Matemática .....</b>	<b>53</b>
<b>2.4.7</b>	<b>Escola Neocontista .....</b>	<b>53</b>
<b>2.4.8</b>	<b>Escola Alemã .....</b>	<b>54</b>
<b>2.4.9</b>	<b>Escola Italiana Moderna (Economia Aziendale) .....</b>	<b>54</b>
<b>2.4.10</b>	<b>Escola Patrimonialista.....</b>	<b>55</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>57</b>
<b>4</b>	<b>A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>59</b>
4.1	AS PRINCIPAIS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE .....	66

4.2	A ESCOLA CONTROLISTA E A SUA INFLUÊNCIA NOS REGISTROS CONTÁBEIS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE A - DOCUMENTOS CONSULTADOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS .....	96
	APÊNDICE B - REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS - ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.....	98

## 1 INTRODUÇÃO

Para entender o desenvolvimento da sociedade e organizações faz-se necessário reconhecer o passado como importante fonte de conhecimento. Ao investigar a história de uma ciência busca-se assegurar a continuidade do seu desenvolvimento para garantir que descobertas não sejam feitas em duplicidade (Mukhametzyanov; Nugaev; Muhametzyanova, 2017). A pesquisa histórica da Contabilidade, quando trata do seu desenvolvimento como ciência, agrega conhecimento de outras áreas com vistas a fornecer elementos acerca do passado, presente e futuro da Ciência Contábil (Carnegie, 2014; Mc Bride; Verma, 2021).

Nas últimas décadas, devido a intensificação do interesse de pesquisadores na área, houve a maximização da oferta de disciplinas nos centros acadêmicos que versam sobre aspectos históricos da Contabilidade. Em consonância, tem-se também a expansão de periódicos especializados na temática, denotando a sua emergência e pertinência enquanto área do conhecimento (Fleischman; Radcliffe, 2005; Matthews, 2019; Carnegie *et al.*, 2020).

Essa interdisciplinaridade na pesquisa contábil que ocorre desde a década de 1980 fomenta o desenvolvimento de investigações na área mediante o apoio de distintos ramos da ciência (Carnegie; Napier, 2012; Maran; Bigoni; Morrison, 2022). Isso se dá porque a história é tanto um assunto quanto um processo do pensamento, que estimula questionamentos, reúne evidências e pautas narrativas (Staley, 2002). Logo, todos os fenômenos humanos são dotados de historicidade, sendo que o indivíduo figura simultaneamente como sujeito e objeto da história (Boschi, 2011).

O passado fornece dados que possibilitam a compreensão do presente, de modo que a função basilar da história consiste em entender como o ser humano e a sociedade agem ao longo do tempo (Boschi, 2011). Conquanto, como a Contabilidade é dotada de mecanismos de controle e de tecnologias que geram resultados sobre o comportamento e ações dos indivíduos (Lazzini; Nicolliello, 2021), cabe aos pesquisadores extrair e compilar informações provenientes de evidências históricas para que sejam realizadas conexões entre fatos passados e a atualidade (Gomes *et al.*, 2011).

Assim, evidencia-se a relevância de estudar a história da Contabilidade, que mesmo sendo reconhecida como uma prática técnica, social e moral, configura-se como um fator que impacta no comportamento humano e no desenvolvimento das organizações e da estrutura da sociedade (McBride; Verma, 2021). Ademais, além dos estudos em história da Contabilidade serem crescentes na literatura, existe também uma perspectiva ampla quanto aos temas,

instituições e abordagens teóricas empregadas. Sob a égide das instituições investigadas, reconhece-se a supremacia das instituições de caridade, das entidades sociais, das empresas e dos hospitais (Carnegie, 2014; Lazzini; Nicolliello, 2021).

Nesse ínterim, as instituições de caridade – chamadas de Santas Casas de Misericórdia – adquiriram destaque, tanto no âmbito interno quanto externo em relação ao uso da Contabilidade ao longo do tempo (Cordery, 2019). Por meio de relatórios históricos podem-se investigar múltiplos aspectos de tais organizações, ponderando sobre informações e procedimentos contábeis relacionados às atividades desenvolvidas. Como consequência, têm-se contribuições no que concerne a maneira como as instituições de caridade gerenciam seus recursos, o que explica como se mantiveram ao longo do tempo, sobrevivendo em atuação até os dias de hoje (Nicolliello; Aliabadi, 2022).

As Santas Casas de Misericórdia estão totalmente inseridas no contexto histórico de formação das cidades brasileiras. Sob o enfoque histórico, a fundação da Santa Casa de Misericórdia ocorreu em Lisboa/Portugal no ano de 1498 pela rainha D. Leonor, cuja finalidade consistia em prestar assistência aos pobres e fornecer auxílio espiritual aos irmãos e benfeitores. Posteriormente, o rei D. Manuel incentivou que instituições semelhantes fossem organizadas e difundidas, tendo como base o Estatuto da Confraria de Lisboa (Tomaschewski, 2014). Ou seja, intimamente ligada à religião “[...] a doutrina das obras de misericórdia era suficientemente divulgada pela teologia, pela moral e pelas pastorais” (Franco, 2011, p. 37).

A fervorosa religiosidade e a supremacia do catolicismo que caracterizavam a sociedade da época oportunizaram a popularização dos serviços de assistência das Santas Casas de Misericórdia em todos os segmentos sociais (Franco, 2011). De maneira específica, estas se estabeleciam em locais que permitissem a socialização dos confrades para as práticas da caridade (Schmidt, 2021).

Tais confrarias eram dotadas de privilégios institucionais e contavam com a proteção régia, sendo a espiritualidade o ponto central. Além disso, como proporcionavam benefícios aos seus confrades, foram rapidamente aceitas pela elite social, o que estimulou a expansão e o fortalecimento das Santas Casas de Misericórdia em todo o Reinado Português (Franco, 2011), sendo que em 1640 havia cerca de 300 Santas Casas incluindo algumas no continente americano (Tomaschewski, 2014).

Inicialmente a fundação da Santa Casa de Misericórdia não estava associada à construção de hospital. Foi somente no final do século XVIII e início do século XIX que a organização passou a ser vinculada a prestação de serviços de saúde nas vilas brasileiras

(Oliveira, 2019). Na cidade de Porto Alegre a criação da Santa Casa de Misericórdia é atribuída a um religioso da Ordem Terceira de São Francisco, o irmão Joaquim Francisco do Livramento. A ele foi confiado o pleito junto à Corte de Lisboa para a autorização da fundação da Santa Casa de Misericórdia, sendo que a construção e a manutenção do empreendimento ficaram a cargo da sociedade porto-alegrense (Franco; Stigger, 2003).

Atualmente, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no Rio Grande do Sul é um complexo hospitalar com múltiplas especialidades para o atendimento à população, cuja história está intimamente ligada ao desenvolvimento da cidade. Conforme Cordery (2019), a relação entre o Estado, as entidades religiosas e as instituições de caridade revela características importantes para o cenário cível da atualidade – que são reflexos das interações passadas. Para Servalli (2013), entender o papel das instituições de caridade por meio da administração de recursos e das informações contábeis evidencia a evolução das práticas de controle das entidades sem fins lucrativos existentes na contemporaneidade.

A pesquisa histórica contribui para analisar as dimensões sociais de um lugar, organização ou nação (Napier, 2006). Ao investigar as publicações em História da Contabilidade, Carnegie (2014) procurou delinear as contribuições metodológicas, o estudo da arte e os rumos futuros da pesquisa interdisciplinar sobre o passado histórico, apontando uma crescente literatura especializada na Contabilidade Histórica em instituições empresariais, sociais e religiosas. É necessário buscar no passado as referências que levaram a Ciência Contábil a desenvolver esse sistema atual de prestação de contas para a sociedade.

Tyson e Oldroyd (2016) apresentam o debate pós-modernidade da historiografia em Contabilidade. Os autores identificam que os historiadores internacionais, feministas e historiadores contábeis estão a discutir questões relacionadas a fatores sociais, políticos e a fatos isolados ou esquecidos da sociedade. Ou seja, tais atuações perfazem um contraponto aos historiadores tradicionais, cujas pesquisas geralmente possuem um viés econômico.

A natureza social da Contabilidade traduz-se na compreensão da forma como os indivíduos ligados à esta ciência constituem, transformam e interpretam os fenômenos contábeis. Embora a Contabilidade remonte à Antiguidade a sua natureza como ciência é recente (Santos *et al.*, 2007). De acordo com Santos, Schmidt e Machado (2005), o pensamento contábil expressa os conceitos, opiniões e reflexões dos contadores de uma determinada época acerca de um conjunto de fenômenos históricos vividos pela Contabilidade em relação a seu objetivo.

Ante ao exposto, o estudo realizado se propôs a apresentar parte da História da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS por meio de registros contábeis contidos nos Relatórios da Provedoria no período do Império brasileiro (1822-1889), visto que este corresponde ao entreposto do período Colonial e a instauração da República. A mudança no regime de Governo ocasiona transformações sociais nas estruturas organizacionais de um país, alterando as relações do Estado e a prestação de serviços à sociedade.

Assim, a pesquisa delimitou-se a análise dos registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Para tanto, o estudo adotou uma abordagem essencialmente documental, bibliográfica e histórica, baseando-se em fontes primárias encontradas nos documentos arquivados no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa (CHC). Ademais, o escopo da investigação abarca a análise das informações contábeis presentes nos Relatórios da Provedoria da referida instituição.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa realizada foi norteada pela seguinte questão-problema: **Como a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS registrava as receitas e despesas no período do Império brasileiro (1822-1889) e quais elementos das escolas contábeis influenciaram nesses registros?**

## 1.2 OBJETIVOS

Nesta subseção são expostos o objetivo geral e os objetivos específicos que pautaram o estudo da problemática apresentada.

### 1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os registros de receitas e despesas realizados pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS durante o período do Império brasileiro (1822-1889) e identificar elementos das escolas contábeis que influenciaram nesses registros.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os documentos e registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS no período do Império;
- b) analisar os registros e os documentos de receitas e despesas da referida instituição;
- c) destacar as principais receitas e despesas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS no período do Império;
- d) descrever a evolução das principais contas contábeis da instituição investigada tendo em vista o período imperial, e;
- e) identificar as escolas contábeis que influenciaram na elaboração dos registros e demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS no período averiguado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no Rio Grande do Sul atualmente é um complexo hospitalar que integra múltiplas especialidades médicas para o atendimento à população. A fundação da instituição está intrinsecamente conectada à história do desenvolvimento da cidade.

Não obstante, a relação entre o Estado, as entidades religiosas e as instituições de caridade revelam características importantes para o cenário cível da atualidade enquanto reflexo das interações passadas (Cordery, 2019). Desse modo, entender o papel das instituições de caridade por meio da administração de recursos e das informações contábeis evidencia a evolução das práticas de controle das entidades sem fins lucrativos na conjuntura atual (Servalli, 2013).

Com o desenvolvimento da sociedade a Contabilidade se transformou em uma ciência padronizada para atender as demandas e necessidades dos seus usuários. A evolução da Contabilidade ocorreu de forma gradual, acompanhando as evoluções de cada período, fornecendo dados relevantes para auxiliar na tomada de decisão e impactar no cotidiano das pessoas – seja no contexto corporativo, pessoal ou profissional. Assim, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, nos dias atuais, adere as normas contábeis do seu setor de atuação.

Segundo Carnegie (2014), embora a Contabilidade seja uma técnica prática que realiza o registro, a medição e a interpretação das informações, também figura como uma prática social, pois o resultado dessas informações influencia as organizações e os indivíduos. O autor considera ainda que a pesquisa contábil histórica ao utilizar os registros mais antigos de arquivos, esclarece como foi o processo de desenvolvimento da Contabilidade contemporânea e norteia o aprimoramento de novas práticas e conceitos.

Em seu estudo Carmona (2017) investigou as tendências em pesquisa histórica da Contabilidade e apresentou quatro grupos, quais sejam:

- a) novas concepções e períodos de tempo;
- b) povos nativos (indígenas);
- c) gênero, e;
- d) Contabilidade e Estado.

Para o autor, “a pesquisa em história da Contabilidade oferece excelentes oportunidades para desenvolver o conhecimento empírico sobre o funcionamento dos sistemas contábeis, bem como para aprimorar a teorização contábil” (Carmona, 2017, p. 324).

Destarte, a história oral, o exame de discursos e os romances e contos são métodos inovadores que os historiadores se valem para contribuir com a história social da Contabilidade. Além disso, os pesquisadores contábeis adotam conceitos teóricos que perpassam por diversas teorias tais como a de Foucault, a Latour, a teoria institucional, a sociologia das profissões, a teoria da agência, entre outras (Carnegie; Napier, 2012).

A nova história contábil caracteriza-se por mudanças na forma de apresentar os conhecimentos ou experiências de um determinado período e contexto social. Isso ocorre porque a Contabilidade não se refere unicamente a prática em uma empresa, mas também está inserida no contexto de grandes nações ou de culturas locais (Miller; Hopper; Laughlin, 1991). Por ser uma ciência sofre transformações para se adaptar às mudanças que permeiam as organizações, sejam estas relacionadas as práticas ou técnicas contábeis, bem como ao papel do contador ou até mesmo no que tange a literatura pertinente (Napier, 2006).

Ante a este foco histórico e contemporâneo emerge o potencial da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS enquanto objeto de estudo, haja vista a sua relevância e função social para o desenvolvimento e organização da sociedade porto-alegrense. Os documentos contábeis que tratam sobre os controles e registros da Irmandade no período do Império Brasileiro figuram como fonte de investigação sob o escopo da história da Contabilidade, cuja importância contribui para a demarcação de características específicas da organização empregadas até os dias de hoje.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção visa contextualizar teoricamente a investigação sobre o tema abordado. Nesse sentido, explana-se acerca de aspectos relativos à história da Contabilidade e do pensamento contábil, assim como da organização Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS.

### 2.1 SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

A Primeira Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 15 de agosto de 1498 em Lisboa pela rainha Leonor (1458-1525), na época regente de Portugal no lugar do irmão, o rei D. Manuel (1469-1521). A Irmandade foi dedicada à Virgem da Misericórdia, cuja função inicial consistia no auxílio aos pobres. O principal compromisso da Misericórdia refere-se a dimensão espiritual praticada de forma penitencial por meio das quatorze obras de caridade (Abreu, 2001; Franco, 2011; Sousa, 2019), quais sejam:

- a) Sete obras espirituais de caridade: ensinar os que não sabem; dar bom conselho; corrigir com caridade os que erram; consolar os que sofrem; perdoar os que nos ofendem; sofrer as injúrias com paciência, e; rezar pelos vivos e pelos mortos.
- b) Sete obras corporais de caridade: remir os cativos e visitar os presos; curar e assistir os doentes; vestir os nus; dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; dar abrigo aos peregrinos, e; enterrar os mortos.

As Santas Casas de Misericórdia centralizaram a assistência aos necessitados, pois o intuito de sua criação respalda-se justamente na garantia do fornecimento das boas práticas das Misericórdias (Russell-Wood, 1968; Araújo, 2002). Em consonância, tem-se a Irmandade de Nossa Senhora Virgem Maria da Misericórdia fundada em uma capela da Sé de Lisboa, em cuja ocasião foi registrado o estatuto da organização, onde decidiu-se que haveria cinquenta representantes da nobreza e cinquenta representantes dos plebeus. A oferta de ajuda espiritual e material para quem precisava correspondia a finalidade essencial da referida Irmandade (Russell-Wood, 1968).

A assistência aos necessitados era a forma de praticar as boas obras de Misericórdia. Dessa maneira, a elite portuguesa atendia aos preceitos religiosos de bem viver a fé (Gandelman, 2001). Outrossim, a estima pela pobreza voluntária tem origem na ordem criada por São Francisco de Assis, que surgiu no século XIII e posteriormente foi chamada de

franciscanismo, cujos pilares fundamentavam-se no desprendimento dos bens materiais como maneira de melhor viver a espiritualidade. Essa influência gerou um movimento denominado tardo-medieval que tinha apreço pela pobreza voluntária (Franco, 2011).

Para entender a necessidade da criação das Santas Casas de Misericórdia é necessário ponderar acerca do contexto da Europa na Idade Média. A população enfrentava mazelas de diversas ordens relacionadas a subsistência das classes mais pobres. Assim, a fome, as pestes e o aumento populacional da Europa Ocidental entre os séculos X e XIV contribuíram para a intensificação da situação de flagelo vivenciada pela população (Russell-Wood, 1968).

A queda do sistema feudal no final do século XII colocou o servo em uma situação de maior vulnerabilidade. Isso porque mesmo sendo um sistema que explorava os mais pobres em alguma medida oferecia proteção e subsistência. Por consequência, como as cidades se tornaram importantes centros de desenvolvimento comercial, o êxodo rural foi estimulado, contribuindo para a maximização da pobreza urbana. Portanto, a fundação de confrarias mostrou-se essencial para atender aos necessitados cujo quantitativo aumentava cada vez mais (Russell-Wood, 1968).

Na Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVI, em decorrência do crescimento populacional e das mudanças econômicas, as cidades se tornaram mais populosas (Sá, 2001). Por consequência, as Misericórdias passaram a ser as principais responsáveis pela assistência aos necessitados e aos doentes (Franco, 2011).

Diante deste cenário, em outubro de 1498, quando o rei retorna à Portugal, encontrou em Lisboa uma nova irmandade fundada pela rainha Leonor. A partir de então, o rei concedeu sua proteção e ampliou a criação por todo o reino e nos territórios conquistados. Assim, houve a expansão das confrarias mediante cartas enviadas para propagar as ideias das Misericórdias. Também aderiu a causa mostrando sua benevolência mediante a doação de esmolas na forma de produtos – como açúcar, incenso e especiarias (Sá, 2002).

Nesse mesmo período, os navegadores portugueses chegaram às Índias. Logo, o desenvolvimento do comércio marítimo propiciava intensa atividade portuária, estimulando a migração populacional para os centros urbanos em busca de trabalho ou enriquecimento. Essa dinâmica corroborou para o aumento de todo tipo de necessitados, pedintes, enjeitados e doentes. Em adição, devido a naufrágios também havia a intensificação no número de viúvas e órfãos (Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, 2023).

Usufruindo do patrocínio régio, as Santas Casas de Misericórdia logo espalharam-se pelas terras de domínio português, tornando-se a Irmandade leiga com maior influência na

assistência aos necessitados. Desse modo, em Portugal já havia inúmeras Santas Casas de Misericórdia, bem como nas ilhas de Açores e Madeira, Angola, Ásia e Brasil – sendo que neste último país as irmandades foram fundamentais para o projeto de colonização (Gandelman, 2001). Na proporção em que Portugal colonizou outros territórios, a fé cristã era expandida e tornada conhecida. Assim, os monarcas eram responsáveis pelo financiamento e fundação de igrejas paroquiais e conventos e concediam esmolas aos frades e missionários (Abreu, 2001).

A criação e desenvolvimento das Santas Casas de Misericórdia de forma vigorosa tem relação com os benefícios concedidos, de tal modo que o valor espiritual já não era o aspecto mais relevante para a sua implementação. Essas passaram a possuir um volume considerável de capital, sendo que as famílias que tradicionalmente integravam as instituições doaram parte significativa dos bens em benefício às irmandades (Sá, 2001).

Inicialmente, as fontes de renda ou receita das Santas Casas de Misericórdia eram provenientes de esmolas, dinheiro deixado nas arcas das igrejas e pagamentos de enterros. Nas listas constava o pagamento para enterro de homens, mulheres, crianças, criados e escravos, excluindo os pobres. Até a metade do século XV, as Irmandades não possuíam bens imóveis. Já no final do século XVI, as fontes de rendimento foram diversificadas, tanto que algumas Misericórdias possuíam vastos patrimônios em propriedades rurais e urbanas. Obviamente que as fontes de renda não eram homogêneas e variavam de acordo com cada instituição (Sá, 2001).

Na modernidade, as Santas Casas de Misericórdia em conjunto com as câmaras municipais assumiram o papel central enquanto instituições formalizadas de assistência. Elas consolidaram em uma única confraria todos os serviços oferecidos por outras entidades similares, estabelecendo um sistema baseado no modelo de Lisboa. Em 1516 foi promulgado um compromisso que serviu como diretriz para as novas irmandades criadas. Embora a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa tenha sido o paradigma a ser seguido, cada irmandade possuía autonomia, adaptando-se às peculiaridades locais (Franco, 2011).

Assim, as leis promulgadas por D. Manuel possibilitaram que as irmandades operassem sem obstáculos, concedendo incentivos como isenções fiscais e até mesmo dispensando obrigações legais dos seus membros. Desse modo, tem-se um conjunto de ações legislativas que podem ser divididas em três grupos, quais sejam (Sá, 2002):

- a) Privilégios e obras de misericórdia: que visavam proporcionar condições favoráveis para a prática das obras de misericórdias; aos irmãos era permitido o acesso aos presídios para assistir aos presos em suas necessidades, dando-lhes comida, bebida e curar suas doenças, bem como representá-los nos tribunais para que o processo

ocorresse de forma célere; os irmãos tinham garantido pela legislação o direito de andar em vias públicas durante a noite para o exercício da caridade;

- b) Privilégio e arrecadação de recursos: era proporcionado a Misericórdia de Lisboa vantagens em relação às demais na coleta de esmolas; os irmãos tinham prioridade nos açougues municipais para garantir o abastecimento de carnes e ainda ganhavam tecidos que eram confiscados a fim de assegurar agilidade no atendimento aos necessitados; as irmandades recebiam heranças que as beneficiavam, proporcionando acumulação do patrimônio móvel e imóvel, e;
- c) Privilégios concedidos à irmãos e mamposteiros: os irmãos eram isentos de imposto, principalmente aqueles que ficavam no comando; os mamposteiros – que eram as pessoas licenciadas para pedir as doações – também eram beneficiados com relação ao fisco, mais num grau menor que aqueles que compunham a mesa (treze membros).

A proteção régia conferia às Santas Casas de Misericórdia um *status* privilegiado em comparação com outras confrarias. Esse privilégio se estendeu até meados do século XVIII, quando ideias iluministas começaram a modificar a prática de doar bens em prol da alma (Araújo, 2002). A gestão administrativa das Santas Casas de Misericórdia era realizada com cuidado, sendo os tesoureiros os responsáveis por prestar contas das receitas e despesas. Mensalmente, cada irmão apresentava suas contas, e anualmente havia a prestação de contas geral (Sá, 2001).

As Santas Casas de Misericórdia acumularam considerável capital, sendo que não era incomum tornarem-se credoras emprestando dinheiro a juros. Os recursos emprestados pelas Misericórdias frequentemente advinham das capelas. Estas celebravam missas em nome das almas e em troca, recebiam os rendimentos dos bens deixados pelo testador com essa finalidade. Para aplicar esses rendimentos, as capelas requeriam uma escritura de posse, permitindo a administração dos fundos doados (Sá, 2001).

A formação dos membros da Santas Casas de Misericórdia era tradicional, embora os termos exatos do Compromisso de Lisboa não sejam conhecidos. Outras Misericórdias, como as de Porto e Évora, apresentam pouca diferença e se baseiam no modelo lisboeta. A Santa Casa de Misericórdia era composta por cem membros, divididos em dois grupos distintos. O primeiro grupo era formado por cinquenta irmãos pertencentes à nobreza, incluindo pessoas em posições sociais superiores, profissionais de classe e o clero. O segundo grupo era constituído por cinquenta plebeus ou irmãos de condição social inferior com ocupações mecânicas, conhecidos como oficiais mecânicos (Russell-Wood, 1968; Sá, 2001).

Todos os membros deveriam possuir uma reputação ilibada, serem devotos e servir fielmente à Irmandade sem questionamentos, atendendo sempre ao chamado do sino da Misericórdia. A obrigatoriedade de presença era exigida em três ocasiões específicas, quais sejam:

- a) para a eleição da mesa e do conselho dos tutores;
- b) na procissão da Quinta-Feira Santa;
- c) na procissão de Todos os Santos (Russell-Wood, 1968).

A Mesa era composta por treze irmãos, sendo seis representantes de cada classe. O provedor era escolhido entre os irmãos da classe alta. O conselho responsável pela direção da Misericórdia era formado pelo provedor, escrivão, nove conselheiros e dois mordomos (Russell-Wood, 1968).

O provedor detinha ampla responsabilidade na gestão diária e representação geral da Irmandade. A eleição para a mesa era anual, ocorrendo no dia de Nossa Senhora da Visitação. Após, os confrades eleitos assumiam a mesa, liderados pelo provedor que respondia pela distribuição dos cargos para executar as obras de assistência. Cada uma das seguintes obras de misericórdia era atribuída à dois conselheiros específicos: visitar hospitais e pobres da cidade; cuidar dos doentes pobres e dos presos; prover alimentos aos encarcerados necessitados, e; angariar esmolas e fundos (Sá, 2001). Além disso, um conselheiro e o escrivão atendiam aos envergonhados, enquanto dois se encarregavam das funções de mordomia, abarcando as atividades cotidianas. Para essas funções, realizavam-se eleições mensais no final de cada mês (Sousa, 2019).

Durante o século XVI todos os irmãos das confrarias participavam das decisões. No entanto, com o avanço do século XVII e o aumento da burocratização, surgiu o definitório ou junta de irmãos. Esta junta consistia em consultores responsáveis pela tomada de decisões, composta por irmãos com mais tempo de irmandade e de idade, incluindo em algumas ocasiões ex-mesários. Eles deliberavam sobre assuntos como a admissão de novos irmãos, a destinação das receitas antes de serem guardadas nos cofres, a concessão de sepulturas perpétuas nas igrejas das Misericórdias, o empréstimo de ornamentos e pratas, entre outras questões relevantes (Sá, 2001).

A formação das irmandades refletia a estrutura hierárquica das camadas sociais em Portugal durante o período de sua fundação. O Compromisso inicial, datado de 1516, limitava a admissão aos indivíduos que haviam recebido o batismo. Já o Compromisso estabelecido em 1577 proibia a participação de cristãos-novos, referindo-se aos judeus convertidos ao

cristianismo. Durante o século XVI, o Compromisso definiu sete regras para admissão (Sá, 2001).

Ainda segundo Sá (2001), até o século XVI, uma parcela considerável da população era aceita nas irmandades. Entretanto, a reforma do Compromisso em 1618 desencadeou um processo de elitização das instituições, restringindo a participação apenas a homens que atendiam as seguintes condições:

- a) idade superior a 25 anos;
- b) pertencentes a linhagens de famílias limpas de qualquer mácula;
- c) sem ocupações mecânicas. Em alguns casos, comerciantes eram admitidos como irmãos de segunda ordem. À medida que esses membros ascendiam na hierarquia social, eram promovidos à primeira ordem (Franco, 2011).

Apesar do *Compromisso de Lisboa* ser a referência central para as Santas Casas de Misericórdia do Império português, cada uma delas detinha autonomia para definir sua composição social, investimentos e patrimônio ajustando-se à realidade econômica e social de sua própria associação (Franco, 2011). Essa autonomia resultava na não replicação integral dos privilégios concedidos à Irmandade de Misericórdia de Lisboa para além-mar. A cada ascensão de um novo rei ao trono, as instituições eram obrigadas a requerer a renovação desses privilégios (Sá, 2002).

No contexto da colonização dos territórios conquistados, a expansão da fé católica e a organização religiosa mantinham uma relação intrínseca com os poderes civil e religioso. A responsabilidade pela estruturação religiosa nos territórios conquistados recaía sobre a Coroa, que se encarregava da criação de igrejas, conventos e outras instituições (Abreu, 2001). Assim, de acordo com Abreu (2001), a implementação das Misericórdias seguiu dois modelos distintos:

- a) o primeiro adotado nas ilhas atlânticas, Norte da África e Oriente, que se caracterizava pela implementação das instituições de caridade de maneira contemporânea à metrópole portuguesa, estabelecendo-se em territórios pouco dominados;
- b) o segundo modelo, adotado no Brasil e na costa africana, viu as instalações das Misericórdias surgirem posteriormente ao desenvolvimento econômico da região.

Com a expansão colonialista portuguesa, a colonização tornou-se fundamental para garantir o comércio e a exploração das terras. Assim, Portugal enviou casais para formarem pequenas comunidades nos portos e entrepostos comerciais, sendo que estas pessoas levavam consigo o estilo de vida das aldeias e cidades portuguesas. Consequentemente, soldados e

artesãos que migraram para o Oriente estabeleceram irmandades seguindo os moldes portugueses com ajustes específicos para atender às demandas locais (Russell-Wood, 1968).

A importância das Santas Casas de Misericórdia é inegável. D. Manuel não apenas incentivou sua criação, mas também garantiu a primazia de uma miríade de atividades em seu favor, sendo que até 1580 tais organizações eram um modelo de sucesso. Mesmo em locais onde a presença política portuguesa não era forte, havia uma Santa Casa de Misericórdia – como foi o caso de Manila, nas Filipinas, e no Japão. As Santas Casas recebiam apoio direto da Coroa para manter os hospitais de soldados. Já a Santa Casa de Misericórdia de Goa, em particular, servia de referência para as demais. Na Ásia, essa organização já estava estabelecida. Nas Américas, a formação das Irmandades da Misericórdia acompanhou o desenvolvimento das primeiras vilas e arraiais. Ou seja, a instalação dessa instituição possui relevância simbólica, pois era a principal confraria do Império (Franco, 2011).

Os benefícios concedidos pela realeza à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa persistiram após a União Ibérica, quando Filipe II da Espanha e I de Portugal visitou o novo reino e tornou-se um dos irmãos da Irmandade. Destinou-se à Misericórdia a exclusividade na posse do mobiliário fúnebre, tumbas e esquifes – uma lei que exigia que todas as outras irmandades e ordens terceiras alugassem esses recursos das Santas Casas de Misericórdia para realizar seus enterros. Além disso, foi proibido que outras confrarias realizassem obras de caridade presentes no *Compromisso das Irmandades da Misericórdia* (Sá, 2002).

Contando com a proteção real, um século após sua criação, já se haviam centenas de Misericórdias espalhadas por Portugal e territórios ultramarinos. A construção do Estado moderno e a consolidação do Império contribuíram para a expansão dessas confrarias. Ao obterem a proteção régia, as filiais buscavam os privilégios e poderes concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (Abreu, 2001).

Franco (2014) menciona que as Santas Casas de Misericórdia americanas estavam consolidando o modelo imperial. Tara tanto, recebiam apoio dos residentes locais na sua sustentação, proporcionando assistência aos órfãos, enfermos e realizando enterros, além de práticas espirituais – como a celebração de missas. No Brasil, a fundação das Misericórdias ocorreu conforme a exploração econômica da terra se desenvolvia (Abreu, 2001). Essas irmandades pioneiras surgiram durante o período colonial, estabelecendo-se próximas às primeiras vilas com o objetivo de prestar assistência aos enfermos da região e aos tripulantes dos navios nos portos (Ibao, 2023).

Com o descobrimento do Brasil, a Coroa portuguesa concedeu o arrendamento de terras à grupos de empresários cristãos-novos através de um contrato. Este acordo estipulava que anualmente seis navios explorariam e defenderiam o novo território, obtendo o monopólio da exploração do pau-brasil. Inicialmente, Portugal não demonstrou interesse por essas novas terras. Enquanto isso, os franceses navegavam ao longo da costa brasileira e estabeleciam relações amistosas com os índios Tupinambás. O comércio ilegal de pau-brasil pelos franceses acabou tendo um valor mais atrativo no mercado europeu, já que estava livre de impostos (Russell-Wood, 1968).

As incursões francesas na costa do Brasil causaram tensões entre Portugal e França. Em 1526 uma esquadra com quatro navios sob o comando de Cristóvão Jacques partiu de Lisboa com o objetivo de dissipar os franceses da costa brasileira. Em 1530, Martim Affonso de Sousa liderou uma frota de cinco velas em outra ofensiva contra os invasores franceses. Em seguida, em 1532, o rei Dom João III estabeleceu uma política mais definida para a colônia no Brasil, concedendo as capitanias hereditárias (Russell-Wood, 1968).

Assim, doze donatários foram atribuídos, tendo a responsabilidade de garantir recursos para a segurança do território, criar municípios, estabelecer impostos, nomear funcionários e alocar terras para cultivo. Entretanto, o sistema de capitanias fracassou, levando o rei a nomear um Governador-Geral para o Brasil: Tomé de Sousa. Este tinha a função de defender, colonizar, propagar a fé cristã e promover o comércio. Apesar do fracasso de algumas capitanias, outras – como Pernambuco e São Vicente – foram prósperas (Russell-Wood, 1968).

De acordo com Franco (2014), a criação das Misericórdias no Brasil ocorreu juntamente com o surgimento das primeiras vilas e arraiais. Essas instituições tinham duas funções principais, quais sejam:

- a) confirmar a Santa Casa de Misericórdia como a principal confraria imperial;
- b) introduzir nessas terras ultramarinas uma instituição que representasse a grandiosidade do Estado Português em regiões carentes de referências, símbolos e estruturas institucionais.

### **2.1.1 As Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa**

A fundação das Santas Casas de Misericórdia na América se deu entre os séculos XV e XVIII, embora não de maneira contínua. A assistência na Colônia era precária e a criação de irmandades não garantia um serviço constante até meados do século XVII (Franco, 2011).

Na América, o desenvolvimento das irmandades não foi tão vigoroso quanto em Portugal devido à limitada capacidade financeira, extensão territorial e a falta de interesse das elites em dedicar tempo às atividades das Misericórdias. Por cerca de três séculos, a rede de assistência permaneceu fragmentada, concentrando-se principalmente nos centros urbanos (Franco, 2011). Nas Misericórdias coloniais, os membros eram representantes da coroa, como vice-reis, governadores, capitães gerais, capitães de fortaleza, corregedores, juízes de fora e ouvidores (Sá, 2001).

Quanto à fundação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, conforme Franco (2011), tem-se a de Olinda em Pernambuco – entre 1539 e 1545 – e em São Vicente no município de Santos – em 1543. Entre essas, destaca-se a Irmandade de Santos, fundada por Brás Cubas, fidalgo português cuja criação foi confirmada por Alvará Real em 15 de abril de 1551 (Russell-Wood, 1968).

Posteriormente, foram fundadas as Misericórdias do Espírito Santo (1545), Bahia (1549), São Paulo (1560), Ilhéus (1564) e outras. Após o fim da União Ibérica (período de 1580 a 1640), estima-se que o Império Português já contava com mais de 300 Irmandades de Misericórdia. Durante esse período foram constituídas as Misericórdias do Rio de Janeiro (1582), Paraíba (1585) e São Luiz do Maranhão (1622). A partir do *Regimento de Gaspar de Sousa*, em 1621, Portugal incentivou a criação de novas Misericórdias, cujas cláusulas permaneceram inalteradas até 1808 (Franco, 2011).

Segundo Franco (2011), na região de Pernambuco, nos séculos XVI e XVII, houve um número considerável de Santas Casas de Misericórdia e apesar da falta de documentação sobre a congênere de Olinda, o papel proeminente na região é aceitável, principalmente no auxílio aos enfermos, doações de esmolas e no cuidado e sepultamento dos falecidos.

A partir do século XVIII, as Misericórdias mais prósperas passaram a administrar uma variedade de serviços assistenciais, incluindo hospitais, abrigos para órfãos, rodas dos enjeitados, boticas, cemitérios públicos, apoio a presidiários, distribuição de esmolas e assistência aos necessitados. Enquanto as Santas Casas em Portugal exerciam uma representatividade assistencial marcante, na América as mais próximas desse modelo eram as de Salvador e do Rio de Janeiro. As demais continuaram a oferecer serviços pouco sistematizados até o início do século XIX, seguindo o *Compromisso Lisboa* de forma seletiva e adaptando-se à realidade social e econômica da região (Franco, 2011).

Os privilégios régios concedidos às Santas Casas de Misericórdia permitiam que estas acumulassem bens-raiz, autorizando-as a conservar as propriedades doadas. Manter esse

patrimônio gerava impactos na gestão organizacional, já que nem todos os imóveis eram utilizados nas atividades de caridade. Diante disso, as Irmandades optavam por arrendar ou aforar suas propriedades, gerando uma fonte adicional de receita. Dessa maneira, mantinham o controle sobre esses bens sem afetar o patrimônio total, arcando apenas com as despesas de manutenção.

Por outro lado, o empréstimo de dinheiro a juros, embora mais lucrativo, reduzia a liquidez, pois retirava fundos dos cofres (Machado, 2023). Conforme observado por Sá (2002), à medida que o patrimônio aumentava, as Misericórdias encontravam dificuldades para receber as receitas provenientes de aluguéis e juros. Por esse motivo, solicitaram ao rei que intercedesse para a cobrança dessas rendas, utilizando mecanismos da Fazenda Régia.

As Santas Casas de Misericórdia contavam com diversas fontes de renda. Além das doações e dos privilégios concedidos pelo rei, obtinham também receitas por meio de esmolas, multas judiciais e, em algumas regiões do Império, tornavam-se herdeiras de propriedades – especialmente na Índia. Além disso, recebiam verbas de juros (Sá, 2002). Em algumas Misericórdias, os próprios irmãos realizavam doações pecuniárias. Em um caso particular, doações de pescados foram feitas para que a Santa Casa de Misericórdia os vendesse. Em adição, em outras situações, indivíduos envolvidos em grandes viagens doavam parte de seus lucros, contribuindo para uma acumulação considerável de receitas pelas Misericórdias (Sá, 2001).

Conforme apontado por Franco (2014), as Santas Casas de Misericórdia em Portugal vivenciaram um período de enriquecimento com o ouro proveniente das minas brasileiras, já que os exploradores contribuía com as irmandades das quais faziam parte. Contudo, no final do século XVIII, mudanças na sociedade, a perda de credibilidade e a transformação na prática religiosa levaram à uma nova conjuntura social, alterando as fontes de receita das instituições (Sá, 2001).

O processo de fundação das Misericórdias na América portuguesa foi retomado entre 1641 e 1750, resultando na criação de apenas três novas instituições, quais sejam: Belém (1650), Vila Rica (1735) e Recife (1735). No século XVIII observou-se um declínio do interesse da população nessas instituições, especialmente na região de Minas Gerais onde a fundação das irmandades misericordiosas foi tardia e acabou sendo obscurecida por outras confrarias já estabelecidas. A primeira Misericórdia nessa região foi fundada trinta anos após a colonização.

Nas regiões do Brasil ocupadas a partir do século XVIII, como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande de São Pedro, as Misericórdias não mantinham mais seu papel

primordial de auxílio aos pobres. Esse declínio de sua função original pode ser observado na fundação tardia da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, ocorrida somente em 1814 (Franco, 2011).

No século XVIII pequenas organizações que ofereciam assistência aos pobres passaram a receber o título de Misericórdia. Por exemplo, o hospital de Vila Cachoeira na Bahia, fundado em 1729, começou a ser administrado por uma Irmandade da Misericórdia em 1826. Em Desterro, atualmente Florianópolis, a Irmandade Senhor Jesus dos Passos já realizava obras de misericórdia desde 1765, embora não possuísse o título formal. No século XIX, passou a exercer funções gerenciadas pelas Misericórdias.

Já a Irmandade de São Gonçalo Garcia de Penedo, em Alagoas, era originalmente uma confraria formada por homens pardos. Não há registros precisos de quando essa irmandade passou a ser denominada de Santa Casa de Misericórdia. Não obstante, a Irmandade de Santo Amaro em 1778, na Bahia, foi uma confraria que surgiu por iniciativa das pessoas da vila, a qual denominada de Santa Casa do Hospital de Nossa Senhora da Natividade, em 1813, solicitou as prerrogativas de Misericórdia, pois alegou que suas receitas eram adquiridas por meio de doações dos fiéis. Então, em 1814, foi concedido o alvará régio (Franco, 2011).

De modo semelhante, em São João do Del Rei inicialmente fora criado em 1873, um hospital para atender aos doentes da região, chamado – Casa do Hospital e Caridade – sendo a capela construída sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, São João de Deus e das Benditas Almas do Purgatório. Apesar de fazer vezes de misericórdia, foi apenas em 1816 que está Santa Casa de Misericórdia aprovou o estatuto semelhante ao de Lisboa (Franco, 2011).

A formação das Santas Casas de Misericórdia mineiras ocorreu em 1787, quando Antônio de Abreu Guimarães propôs a criação de instituições de caridade com o patrimônio conquistado no Estado de Minas Gerais. Por não ter herdeiros diretos, ele deixou sua herança para a fundação de novos estabelecimentos e dentre estes tem-se o hospital de Sabará. Isso porque o doador gostaria que fosse criado um hospício de sacerdotes oratorianos. O valor de 800 mil réis foi repassado à Ordem Terceira do Carmo que administrou até 1832, quando foi criada a Misericórdia de Sabará, na capitania do Rio de Janeiro Já a fundação das Santas Casas de Misericórdia na vila de Campos dos Goytacazes ocorreu a partir de uma antiga irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens (Franco, 2011).

Conforme os estudos de Franco (2014), em 1804 o governador da capitania de São Paulo escreveu para o visconde relatando acerca da necessidade de duas Misericórdias – Itu (1804) e Sorocaba (1805), haja vista a importância das duas vilas em quantidade populacional,

agricultura e comércio. Os Compromissos de ambas foram aprovados 1807, sendo que em dezembro de 1803, o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul escreveu ao visconde de Anadia reportando a necessidade de um hospital – o qual se tornaria uma Misericórdia nos mesmos termos daquela de Lisboa em 1814 a partir da eleição da mesa. Assim, a Tabela 1 sintetiza o local e a data de fundação das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa.

**Tabela 1 – Fundação das Santas Casas de Misericórdia na América (XVI-XIX)**

Local	Ano de fundação
Olinda	1539
Santos	1543
Espírito Santos	1545
Salvador	1549
São Paulo	1560
Ilhéus	1564
Rio de Janeiro	1582
Paraíba	1585
Itamaracá	1611
Goiana	Não informado
Sergipe del Rei	Não informado
São Luís	1622
Igarassu	1629
Belém	1650
Vila Rica	1735
Recife	1735
Campos	1792
Itu	1804
Sorocaba	1805
Porto Alegre	1814
Santo Amaro	1814
São João del Rei	1816

Fonte: Franco (2014).

As Misericórdias na América Portuguesa foram importantes para prestar assistência aos necessitados, pobres, doentes e presos. A relevância social e econômica das congêneres da América revelou-se nas necessidades de realizar adaptações à estrutura muitas vezes precária da Colônia. Desse modo, nem todas as Misericórdias se assemelhavam em patrimônio, mas eram similares quanto ao público que atendiam e aos serviços que prestavam.

## 2.2 A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SÉCULO XVIII A XIX)

A filantropia realizada na província de São Pedro do Rio Grande tem relação estreita com a praticada na Ilha do Desterro, pois o encarregado de angariar fundos e negociar vantagens com a Coroa Portuguesa para a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos no Desterro foi o Irmão Joaquim Francisco do Livramento. Mesmo com as requisições para conseguir privilégios nos

moldes da lisboeta, em 1890, ele recebeu a negativa – algo que se tornará comum na segunda metade do século XVIII. O Irmão Joaquim impulsionou a criação de mais hospitais em Santa Catarina e posteriormente chegou a província de São Pedro, onde também estimulou a prática da caridade (Tomaschewski, 2014).

No Rio Grande do Sul os hospitais existentes no século XVIII eram ligados a organizações militares do exército ou marinha. Assim, o cirurgião consistia em uma figura essencial nessas organizações, sendo o responsável por tratar dos combatentes feridos, realizar amputações de membros e proceder com curativos. O primeiro hospital militar instalado na província foi o de Rio Grande em 1737, mas há registro de organizações similares em Rio Pardo e Porto Alegre. Todos contavam com um cirurgião, com exceção do hospital de Porto Alegre que possuía também um ajudante de cirurgião, um enfermeiro, um comprador e dois serventes. Entretanto, os hospitais militares não atendiam civis, sendo que esses deveriam contratar cirurgiões e sangradores em suas próprias casas (Franco; Stigger, 2003).

O Irmão Joaquim Francisco do Livramento fazia parte da Ordem Terceira de São Francisco e dedicou a vida a peregrinar pelo Brasil e a esmolar em favor dos pobres. Por meio de sua dedicação conseguiu fundar alguns estabelecimentos pios, como o Hospital de Caridade de Florianópolis, uma casa para menores abandonados em Salvador e seminários no Rio de Janeiro, Itu e São Paulo (Franco; Stigger, 2003).

Foi o Irmão Joaquim que pediu ao rei para fundar um hospital em Porto Alegre, cuja autorização foi concedida em 14 de maio de 1803. A Câmara de Porto Alegre foi a responsável por gerir as obras do hospital (Tomaschewski, 2014), sendo que o pedido para a criação da organização foi deferido pelo príncipe regente Dom João com a chancela do ministro Visconde de Anadia. Os recursos deveriam ser oriundos das esmolas dos fiéis, cabendo ao governador da Província proteger e favorecer os empreendedores da futura obra pia (Franco; Stigger, 2003).

Em 19 de outubro de 1803 ocorreu a oficialização do hospital de Caridade na Câmara de Porto Alegre, onde ficou registrada a escolha dos primeiros dirigentes, quais sejam: José Francisco da Silveira Casado, o tesoureiro; Joaquim Francisco Álvares, o escrivão, e; Luiz Antonio da Silva, procurador.

Esta comissão se responsabilizou por receber esmolas, zelar e inspecionar as obras do hospital (Franco; Stigger, 2003; Nascimento, 2014). No dia 23 de outubro do mesmo ano foi escolhido como provedor do novo hospital o Governador da Capitania, Paulo José da Silva Gama. Era comum que governadores e militares ocupassem esses cargos de destaque, pois sua figura demonstrava poder e prestígio perante a sociedade (Franco; Stigger, 2003).

O Brigadeiro Francisco José Rócio, governador da Capitania na época e um habilidoso engenheiro, doou o terreno e deu início à construção do Hospital de Caridade (Franco; Stigger, 2003). Durante o período de 1803 a 1826 a cidade de Porto Alegre passou por transformações em sua estrutura administrativa e jurídica em paralelo à edificação da Santa Casa. Em 23 de agosto de 1808 um Alvará Régio elevou o povoado à condição de Vila, *status* confirmado em 1822 (Nascimento, 2014).

Com a fundação da Irmandade em 24 de janeiro de 1814 o governador da época, Diogo de Souza, reconheceu a importância da eleição da Mesa Administrativa, inspirada no modelo da Irmandade de Lisboa. Isso visava garantir uma gestão eficiente dos recursos destinados à construção do hospital e da capela para abrigar a imagem do Senhor dos Passos, previamente mantida na Matriz sob os cuidados da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Franco; Stigger, 2003).

Assim, no ano seguinte, a Câmara Municipal realizou a eleição da primeira mesa administrativa da Irmandade, composta pelo provedor, vice-provedor e escrivão-secretário. Os indivíduos que ocuparam esses cargos foram, respectivamente: o governador e capitão-general Marquês de Alegrete; o tenente-general Joaquim Xavier Curado; e por último, o brigadeiro Miguel Lino de Moraes (Franco; Stigger, 2003).

A relação entre as Santas Casas de Misericórdia e o poder político sempre foi marcada por uma estreita proximidade, tanto na Europa quanto no Brasil. Essas irmandades contavam com políticos como provedores e membros da mesa, os quais eram líderes do poder local. Tal dinâmica persistiu durante o período do Império brasileiro visto que vereadores e chefes de Províncias demonstravam interesse em participar da administração da Irmandade (Nascimento, 2014). Muitas vezes, os presidentes da Província assumiram o cargo de provedor da Santa Casa, utilizando sua influência e prestígio para angariar doações (CHC, 2016).

O Compromisso de Lisboa estabelecido em 1516 serviu como modelo para os Compromissos das Misericórdias ao redor do império português. Ao longo do tempo, esse documento passou por alterações significativas, ocorrendo em 1619, 1806 e 1827. A Irmandade da Misericórdia de Porto Alegre adotou o Compromisso de 1827 como base até o ano de 1857, quando apresentou seu próprio estatuto levando em consideração as especificidades da região. No entanto, é importante ressaltar que essas modificações foram sutis, mantendo as diretrizes fundamentais do Compromisso estabelecido no período medieval (Nascimento, 2014).

Voltando ao período fundacional da Irmandade de Porto Alegre, a autorização para sua fundação foi concedida em 1803. A instituição se tornou uma Misericórdia em 1814. Embora

a estruturação da Santa Casa tenha se iniciado durante o período do Brasil Colônia, a confirmação oficial ocorreu em 29 de maio de 1822, coincidindo com o mesmo ano em que o príncipe Dom Pedro foi proclamado Imperador do Brasil (Franco; Stigger, 2003).

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre recebeu sua legitimidade pela concessão de Sua Majestade Imperial. Uma das normas estipuladas pela mesa administrativa envolvia o contingente de irmãos, estabelecendo um limite de 200 membros selecionados de acordo com critérios predefinidos. Tomaschewski (2014) detalha a lista de requisitos necessários para a admissão como irmão na instituição:

- a) ser católico;
- b) demonstrar notória probidade e bons costumes;
- c) possuir uma boa consciência e ser temente a Deus;
- d) ser modesto, caritativo e humilde;
- e) saber ler, escrever e contar;
- f) demonstrar inteligência;
- g) ter no mínimo 21 anos de idade;
- h) não possuir condenações anteriores;
- i) não ter sido escravo nem ser casado com mulher de cor preta;
- j) não receber salário da Santa Casa;
- k) possuir bens, estar envolvido em comércio, emprego ou ofício que proporcionasse uma renda satisfatória para contribuir financeiramente com a irmandade sem comprometer suas próprias condições financeiras.

O Compromisso da Santa Casa de Misericórdia evidencia uma certa preocupação com a composição elitista dos irmãos. No entanto, a realidade nas províncias não permitia a manutenção de critérios tão rigorosos, levando camadas mais simples da sociedade a comporem os grupos de irmãos. Não obstante, as funções de maior importância geralmente ficavam a cargo dos mais abastados (Franco; Stigger, 2003).

De acordo com Tomaschewski (2014), nos primeiros anos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre não era exigido o pagamento de uma joia de entrada para se tornar um irmão. Essa prática começou a ser adotada a partir do Compromisso de 1857, estipulando um valor variável de acordo com a idade do candidato: 50 mil réis para aqueles com até 50 anos e 100 mil réis para os mais idosos. Contudo, essa distinção de valor por idade foi abolida no Compromisso de 1867, estabelecendo que todos os novos membros deveriam pagar o valor fixo de 50 mil réis. Além disso, na data de fundação da Irmandade não houve registros de irmãos.

Somente em 1825 uma lista de possíveis candidatos foi apresentada e os presentes na assembleia deveriam convencê-los a se tornarem membros. O primeiro registro oficial foi o do provedor José Feliciano Fernandes Pinheiro.

As primeiras atas das atividades realizadas pelos membros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre são escassas. Os registros de reuniões começaram a ser feitos a partir de 1817, abordando assuntos como a eleição dos oficiais. No ano seguinte discutiram a substituição do provedor, a manutenção das operações do hospital e a mudança da imagem do Senhor dos Passos para ser o Padroeiro do hospital. Também trataram da garantia do patrimônio da Capela, doado pelo capitão-mor Silveira Casado (Meirelles, 2021).

Esses primeiros registros em atas demonstram como a organização estava sendo estruturada. A prestação de contas de 1821 revela os anseios da Santa Casa de Porto Alegre naquela época, enfatizando a inauguração do hospital – que custou 818\$850 réis e da capela, com custo de 1:264\$655 réis. Essa capela própria seria um auxílio significativo para a Irmandade na obtenção de doações e na realização de atividades de caridade, marcando sua presença de forma ativa no cotidiano da sociedade local (Meirelles, 2021).

Em janeiro de 1822, o mesmo ano da confirmação concedida por Dom Pedro, as atas registram a decisão de contratar um capelão. O pagamento estipulado foi de 150\$000 réis por ano, com as seguintes atribuições:

- a) celebrar duas missas na Capela: missa em louvor ao Senhor dos Passos, com intenção livre e missa em louvor a Nossa Senhora da Misericórdia, com intenção direcionada aos irmãos, tanto vivos quanto falecidos;
- b) realizar missas aos domingos e nos dias Santos;
- c) acompanhar os Padecentes (Meirelles, 2021).

Além das atribuições mencionadas anteriormente, o capelão também tinha a responsabilidade de acompanhar a Irmandade em suas saídas e fornecer assistência aos condenados à morte. No entanto, esse cargo demonstrou uma frequente rotatividade até o ano de 1824, quando a mesa administrativa decidiu aumentar a remuneração por esta função, que passou a ser de 200 mil réis por ano (Franco; Stigger, 2003).

Durante o período de construção do hospital iniciado pelo Brigadeiro Rócio em 1802, a Capitania enfrentava conflitos com Artigas. Nessa conjuntura, o Hospital de Caridade passou a abrigar uma enfermaria militar. Por alguns anos, os militares assumiram o controle da Irmandade, chegando ao ponto de transferir prisioneiros militares para as dependências da Santa Casa. Essa medida desagradou à população civil, levando a redução das contribuições para a

construção do hospital (Franco; Stigger, 2003). Não obstante, há uma observação feita em 1820 pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire sobre o hospital, descrevendo a construção como de imponentes proporções:

Fora da cidade, sobre um dos pontos mais elevados da colina, onde ela se acha construída, iniciou-se a construção de um hospital, cujas proporções são tão grandes, que provavelmente não seja terminado tão cedo; mas a sua posição foi escolhida com rara felicidade, porque é bem arejado, bastante afastado da cidade, para evitar contágios; ao mesmo tempo, muito próximo para que os doentes fiquem ao alcance de socorro de qualquer espécie (Saint-Hilaire, 2019, p. 72).

O relato indica como a construção do hospital estava integrada à paisagem urbana da cidade, impressionando o botânico Saint-Hilaire com suas imponentes proporções. Ele expressou a crença de que a conclusão da obra levaria bastante tempo. No entanto, nesse período ocorreram mudanças estruturais significativas no país e na cidade. Rumores sobre a independência da coroa portuguesa circulavam e na província de São Pedro os provedores Desembargador Luís Corrêa Teixeira de Bragança e, posteriormente, o Visconde de São Leopoldo, aceleraram o ritmo da construção do hospital da Irmandade, contrariando as previsões de Saint-Hilaire (Franco; Stigger, 2013).

O ano de 1825 foi promissor para a Irmandade. O primeiro presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, aceitou o cargo de provedor, elevando a capela do Senhor dos Passos a uma posição de destaque entre os templos religiosos da cidade. Há relatos que indicam a participação ativa do provedor José Feliciano nas atividades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Meirelles, 2021). A importância da capela pode ser percebida no montante destinado à sua construção, que totalizou 1:264\$655 réis, enquanto a quantia destinada ao hospital foi mais modesta, atingindo 818\$850 réis (Franco; Stigger, 2013).

O Visconde de São Leopoldo desempenhou um papel importante na história do Rio Grande do Sul. Fundador da Colônia de São Leopoldo, ele assumiu a presidência da Província logo após o Brasil se tornar um Império. Como entusiasta da Irmandade da Misericórdia, se dedicou a concluir as obras do Hospital de Caridade. As atas da mesa do ano de 1825 registraram numerosas doações, legados recebidos e vendas de terrenos, garantindo o capital financeiro para a conclusão da construção. O comprometimento do provedor era tão grande que ele mesmo se ofereceu para custear as despesas do primeiro mês de funcionamento do hospital. Esse gesto despertou o interesse dos irmãos que ofereceram auxílio para outras necessidades, como a abertura das valas do cemitério. Assim, no dia primeiro de janeiro de 1826, o Hospital

de Caridade recebeu os primeiros doentes. Além disso, o provedor enviou um decreto para realizar dez loterias em benefício da Santa Casa (Franco; Stigger, 2003).

Com o objetivo de agilizar a angariação de fundos para a conclusão do hospital, a mesa administrativa elaborou uma lista de possíveis candidatos para serem admitidos como irmãos. Além disso, eles relacionaram as formas de ajuda que os membros poderiam oferecer e, posteriormente, realizaram pedidos de doações pela cidade. Dessa maneira, a Irmandade tornou-se uma estrutura crucial para a sociedade da época, conferindo privilégios aos seus membros.

Ao fazer parte da irmandade, os membros eram socialmente reconhecidos pelos requisitos necessários para ingressar, exigindo virtudes e conduta exemplar. Eles serviam como modelos a serem seguidos. Quanto às assistências prestadas, contribuíam significativamente para diminuir as dificuldades enfrentadas pelas camadas mais humildes da sociedade (Meirelles, 2021).

As Misericórdias ao longo do tempo evoluíram incorporando uma variedade de serviços de assistência. De acordo com Tomaszewski (2007), as Santas Casas de Misericórdia assumiram responsabilidades que abrangiam hospitais, asilos, abrigos para crianças abandonadas, recolhimentos para mulheres desamparadas, administração de cemitérios, cuidados com os pobres encarcerados, fornecendo-lhes alimentação e assistência jurídica, acompanhamento dos condenados à força, distribuição de esmolas aos necessitados e zeladoria da capela, que tinha o propósito de cuidar das almas dos irmãos benfeitores.

Em Porto Alegre, a Santa Casa de Misericórdia inicialmente contava com o hospital e a enfermaria destinados ao tratamento de pessoas carentes. No século XIX, a Irmandade expandiu suas obras, absorvendo outras atividades, como a administração de um asilo para atender às necessidades dos indigentes, o cuidado com soldados e menores do Arsenal de Guerra, o fornecimento de alimentação aos presos pobres, o acolhimento de crianças abandonadas e a gestão do primeiro cemitério público da cidade (Meirelles, 2021).

Inicialmente, o cemitério organizado junto à Santa Casa era destinado ao sepultamento dos condenados à morte. No entanto, uma resolução da mesa administrativa datada do ano de 1826 autorizou a construção de sepulturas para os Irmãos e outras pessoas que desejassem ser ali enterradas. Posteriormente, devido ao espaço limitado, em 1829, foi reconhecida a necessidade de estabelecer outro cemitério, denominado Cemitério da Caridade, localizado mais afastado do prédio e da capela (Franco; Stigger, 2003).

O enterro caritativo representa uma das sete obras de misericórdia corporal. Portanto, juntamente com as demais obras, a criação de cemitérios próximos aos hospitais das irmandades ganha relevância. Na sociedade medieval o sepultamento era considerado crucial para a eternidade da alma humana. Dessa forma, era importante para a sociedade dispor de um local de sepultamento nas proximidades dos templos religiosos (Meirelles, 2021).

Outra obra de misericórdia realizada pela Santa Casa de Misericórdia consistia no recolhimento das crianças expostas – que eram abandonadas por suas famílias, seja por questões morais ou financeiras. No entanto, era responsabilidade das câmaras municipais durante o período do Brasil Colônia a proteção dessas crianças, sendo que o Estado remunerava receptores habilitados para acolhê-las e cuidá-las. Essa despesa representava um dos encargos mais pesados para o município.

Quando o Visconde de São Leopoldo assumiu a presidência da Província do Rio Grande do Sul determinou que todos os terrenos não utilizados fossem destinados ao benefício das crianças expostas. Mesmo com esses incentivos, a situação financeira das câmaras municipais não foi resolvida. Em um determinado momento, cogitou-se que a Misericórdia assumisse essa responsabilidade, porém a mesa administrativa recusou tal proposta em 1830, alegando não possuir casas suficientes para abrigar as crianças (Franco; Stigger, 2003).

Segundo Tomaschewski (2014), onde existiam Misericórdias era comum que o cuidado das crianças expostas ficasse sob a responsabilidade da Irmandade, seguindo o modelo europeu da Roda de Expostos. Esta roda consistia em um cilindro de madeira que girava em torno do próprio eixo; as crianças eram colocadas dentro dessa roda pelo lado de fora e ao girá-la as transportava para dentro do prédio. Esse sistema visava evitar que crianças abandonadas fossem deixadas nas ruas, oferecendo-lhes um local seguro para cuidados.

Inicialmente, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre não aceitou a responsabilidade de cuidar dos expostos, que ficavam sob responsabilidade da câmara municipal. Foi somente durante o período da Revolução Farroupilha que a Assembleia Provincial aprovou a transferência da tutela das crianças expostas para a Santa Casa da Misericórdia. Assim, surgiu a Casa da Roda, que funcionou como instituição de acolhimento para essas crianças até o ano de 1940 (Franco; Stigger, 2003).

Como mencionado anteriormente, a Câmara Municipal ao cuidar dos menores abandonados recebia garantias para obter recursos financeiros. Por meio de um decreto de 6 de julho de 1826, a organização recebeu o direito de realizar seis loterias para beneficiar os

enfeitados. Quando a Irmandade assumiu a tutela dos expostos, fontes adicionais de recursos foram necessárias. Isso incluía não apenas a concessão para a realização de loterias, mas também o acesso a terrenos devolutos e aforados, os quais o Visconde de São Leopoldo tinha destinado para esse propósito (Franco; Stigger, 2003).

No século XIX, a Casa da Roda de Porto Alegre além de receber crianças abandonadas começou a acolher, no século seguinte, crianças tuteladas pelo Estado. Estas incluíam filhos de pessoas condenadas à morte ou de pessoas que não tinham capacidade para cuidar dos filhos devido à sua condição de alienação (Tomaschewski, 2014). A Casa da Roda de Porto Alegre foi a última desse tipo no Brasil a ser encerrada. Funcionou até a criação da maternidade pelo médico Mário Totta (Tomaschewski, 2014).

A Santa Casa sempre contou com homens públicos importantes da sociedade de Porto Alegre em sua administração, que ocupavam o cargo de provedores da Irmandade. Essa dinâmica mudou somente no início do século XX, quando o hospital passou a ser gerido por médicos. Isso evidenciou uma transformação na relação entre ciência e religião, onde as doenças do corpo já não eram mais associadas estritamente à uma condição de pecado (Nascimento, 2014).

Conforme Nascimento (2014), até o século XIX o hospital da Santa Casa era reconhecido por sua prática de caridade. Entretanto, no início do século XX passou a ser visto também como um local voltado para a prática da cura por meio da ciência. Essa transição marcou uma mudança significativa na maneira como a instituição era percebida e como suas atividades eram conduzidas.

As configurações sociais e econômicas exercem influência em todas as esferas da sociedade, e com a filantropia não é diferente. A Irmandade da Misericórdia foi fundada em 1803, assumindo, desde então, as diretrizes do *Compromisso Lisboeta*. No entanto, em 1857, a Misericórdia de Porto Alegre elaborou seu próprio Compromisso, estabelecendo diretrizes para regular seu funcionamento. Nesse Compromisso foram definidos os cargos para a formação da mesa, que incluíam "[...] provedor, escrivão, tesoureiro e dois procuradores; quatro mordomos do hospital, um da capela, um da botica, um dos presos, um dos testamentos, uma das obras, um mordomo dos expostos e um do cemitério; cinco conselheiros e dezesseis definidores" (Tomaschewski, 2007, p.102). O novo Compromisso não apresentou diferenças substanciais em relação aos princípios já aplicados pela Irmandade.

A Misericórdia desempenhava um papel significativo no cotidiano da população porto-alegrense. No primeiro dia de janeiro de cada ano ocorria a festa da visitação nas dependências

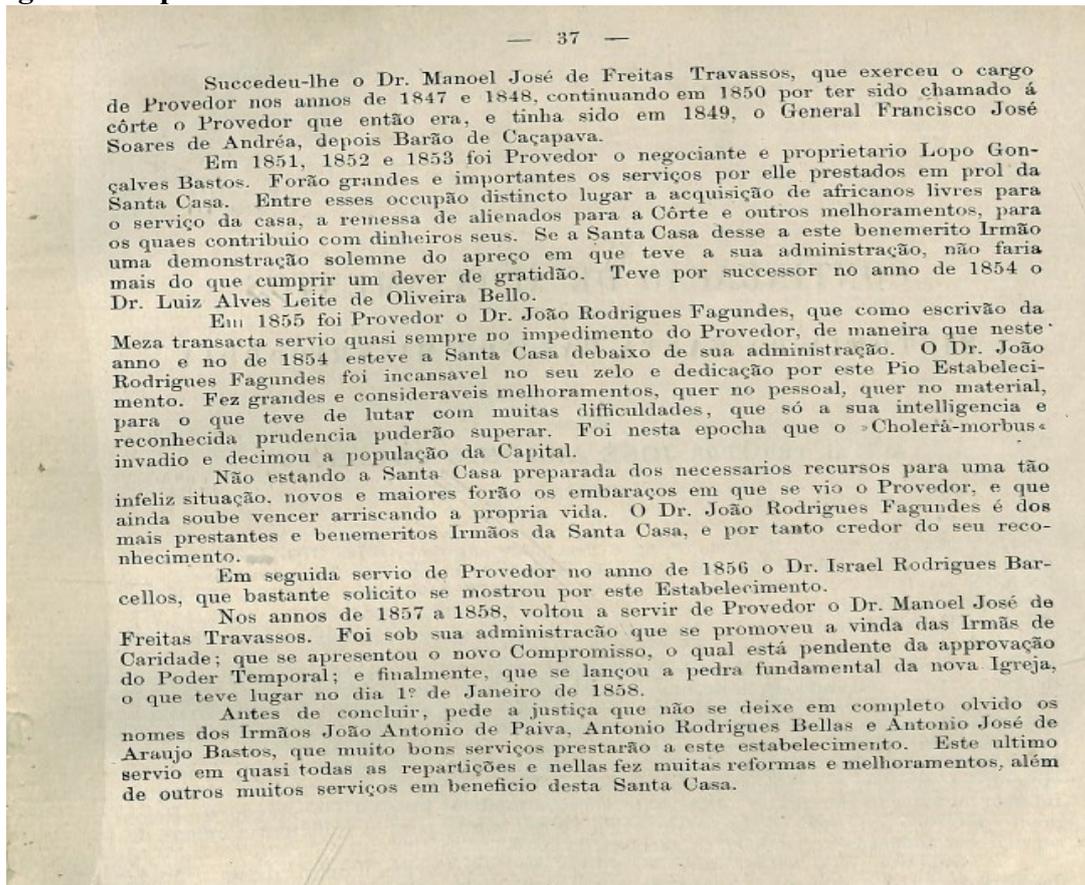
do hospital. Essa celebração tinha como objetivo principal mostrar as melhorias na estrutura física do prédio e o trabalho de caridade realizado com os doentes e expostos. Após a realização da missa presidida pelo capelão da Misericórdia, os festejos começavam em torno da capela do Senhor dos Passos durante a manhã e à tarde a população visitava as dependências do hospital (Nascimento, 2014).

Conforme Nascimento (2014), a mesa administrativa tinha como principal objetivo organizar essa festa anual para obter reconhecimento e admiração. Tal busca por valorização também era a motivação basilar dos irmãos, que desejavam o reconhecimento público por suas contribuições à instituição. Isso os incentivava a realizar significativas doações em dinheiro para a Misericórdia.

Não obstante, em 1855 a sociedade enfrentou uma epidemia de *Cólera-morbus*, um acontecimento documentado nos registros históricos da fundação do hospital por meio dos apontamentos de Manoel José de Freitas Travassos, um Irmão da instituição. Essa epidemia teve início nas províncias do Norte do país em setembro de 1855 e, posteriormente, os primeiros casos foram observados nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Jaguarão, atingindo intensamente a capital. Segundo o relatório do Barão de Muritiba, presidente da província na época, o número de mortos chegou a 1405 pessoas devido à epidemia de *Cólera-morbus* (Franco; Stigger, 2003).

No entanto, de acordo com o relatório do provedor e do mordomo do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, muitas mortes não foram registradas devido ao aumento significativo no número de óbitos. A epidemia atingiu seu pico no mês de dezembro, resultando em 1229 enterros no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o que representa uma média de 40 enterros diários, tanto de pessoas livres quanto de cativas (Franco; Stigger, 2003). Abaixo, destaca-se um trecho dos Apontamentos da História da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre que evidenciou a gravidade da epidemia de *Cólera-morbus*.

**Figura 1 – Epidemia de Cólera no ano de 1855**



Fonte: Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1879, Apontamentos para a História da Fundação, fl.37.

Durante a gestão do provedor João Rodrigues Fagundes a Santa Casa enfrentou desafios significativos, incluindo a epidemia de cólera. No entanto, o provedor demonstrou incansável cuidado e dedicação para com a instituição, implementando melhorias. Posteriormente, o Dr. Manoel José de Freitas Travassos assumiu novamente o cargo de provedor entre os anos de 1857 e 1858. Durante seu segundo mandato, foi responsável por trazer as Irmãs de Caridade para auxiliar nos serviços hospitalares, além de introduzir um novo Compromisso e lançar as bases para a construção da nova Igreja.

Antes da chegada das Irmãs de Caridade, a enfermagem na Santa Casa era realizada por leigos, o que resultava em diversas reclamações. Esses problemas motivaram o provedor a convidar as Irmãs para prestar serviços nos cuidados hospitalares (Franco; Stigger, 2003). As Irmãs da Caridade também ficaram encarregadas do cuidado das crianças expostas acima de quatro anos de idade. Em 1857 foi estabelecido o Asilo Santa Leopoldina para acolher órfãos, para onde as meninas deixadas na roda dos expostos eram enviadas (Tomaschewski, 2007).

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre assumiu a responsabilidade de recolher e cuidar dos pacientes considerados alienados na cidade, mesmo que, naquela época, as doenças mentais fossem consideradas incuráveis devido ao limitado desenvolvimento da ciência psiquiátrica (Franco; Stigger, 2003). O governo já se responsabilizava pelo recolhimento dos indivíduos considerados "loucos". Em 1830, foi sugerida a criação de um hospital específico para tratamento de pessoas com problemas mentais ou a possibilidade de enviá-los à Misericórdia. O provedor da Santa Casa concordou em acolhe-los, cobrando diárias de 800 réis para os livres e 500 réis para os escravos, pois os hospitais da Santa Casa de Misericórdia já cuidavam de um expressivo número de loucos pobres sem o auxílio do governo. Na década de 1850 houve pressão para a criação de um hospital específico para esses pacientes (Tomaschewski, 2007).

A Santa Casa de Misericórdia assumiu as responsabilidades designadas pelo Estado para o cuidado dos desamparados. Ao longo do tempo, expandiu sua rede de serviços para atender às necessidades da população, oferecendo hospital, cemitério, casa para crianças expostas, asilos e boticas. Com essa abordagem operacional, tornou-se uma das instituições mais importantes da cidade, dedicando-se à caridade para com os pobres. Isso resultou em um aumento de membros, pois indivíduos influentes e abastados eram atraídos a fazer parte da Irmandade, contribuindo com joias, doações e prestígio para a organização.

Na cidade de Porto Alegre, as irmandades possuíam uma variedade de recursos – como terrenos, residências, fontes de água, títulos de terrenos destinados a espaços públicos, taxas cobradas em funerais, contribuições dos membros associados, propriedades urbanas e aluguéis de imóveis deixados por irmãos falecidos ou em troca de serviços oferecidos pela entidade pública. Tais fontes de recursos mostram o amplo patrimônio das irmandades na época, que desempenharam um papel importante na sociedade porto-alegrense, atuando como agentes de caridade e propagadores da fé católica nos centros urbanos (Nascimento, 2004).

Para aquela sociedade do século XIX, não existia uma dicotomia entre os males corporais e os da alma, pois as doenças eram vistas como a consequência de má conduta espiritual. Contudo, essa situação dissolveu-se à medida que a população passa a secularizar a vida social e a medicina se torna uma ciência separada da religião. Por consequência, o hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre deixou de ser visto como um lugar para prática de filantropia e já no século XX, passou a ser um local destinado à prática da cura pela ciência médica (Nascimento, 2014).

### 2.3 CONTABILIDADE HISTÓRICA

O surgimento da Contabilidade remonta à antiguidade. Em sítios arqueológicos em Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã foram encontrados vestígios que indicam que civilizações pré-históricas utilizavam sistema de registros contábeis que antecedem o surgimento da escrita. Esses registros encontrados no formato de pequenas fichas de argila garantiam o controle dos produtos advindos da agricultura e da criação de animais (Schmidt; Santos, 2006).

Tais fichas de argila foram classificadas em dois grupos, quais sejam: fichas simples e complexas. As simples eram utilizadas principalmente em áreas rurais, representadas em formato de esferas, discos, cones e ovóides. Já as fichas complexas, encontradas em regiões de cidades e ao redor dos templos, possuíam uma quantidade maior de formas, continham inserção de pontos e, por vezes, eram perfuradas. As pequenas peças de argila eram feitas à mão e mediam entre um e quatro centímetros (Schmidt; Santos, 2006).

As referidas fichas são datadas de 8000 a 3100 a. C. e foram encontradas em diversas regiões habitadas na antiguidade. Algumas vezes as fichas eram colocadas em uma bola de argila oca e vedada. No entanto, continham sinais que indicavam o conteúdo de dentro, facilitando a rápida identificação. Assim, pode-se considerar que esta seria uma das primeiras evidências de um sistema de contabilidade (Mattessich, 1987).

Para Schmidt e Santos (2006), a escrita e a contagem no sentido abstrato tiveram seu surgimento impulsionado pelas fichas contábeis. Segundo os autores, a contagem teve três fases evolutivas, quais sejam:

- a) a primeira fase é definida pela correspondência de um sinal (um osso, uma cocha do mar) a um tipo de mercadoria (um carneiro, uma medida de grão);
- b) a segunda refere-se a contagem concreta principalmente por fichas que eram relacionadas a coisas específicas;
- c) a terceira fase diz respeito a contagem abstrata por meio dos números.

Para Schmidt e Santos (2006), a Contabilidade pré-histórica pode ser definida em períodos. Em 8.000 a.C. as fichas de argila tinham a função de controle do fluxo dos produtos agrícolas e animais. Já em 4.440 a.C., com o surgimento do Estado, as fichas tornam-se mais complexas para garantir maior assertividade no controle dos produtos, sendo que novos formatos foram acrescentados – como por exemplo parábolas, espirais e furos. No período de 3.250 a.C. surgem os selos nos envelopes de argila – costume dos sumérios. Esses selos eram pessoais ou de instituições e foram utilizados para inventário ou reclamação de dívidas, bem

como para controle do patrimônio.

Conforme a civilização foi avançando e se desenvolvendo, as técnicas de controle foram sendo aprimoradas. No período de 3.200 a.C. os envelopes de argila apresentavam no seu exterior o conteúdo das fichas que eram ali armazenadas. Ou seja, a ficha dentro do envelope representava um ativo e a ficha impressa na superfície indicava o patrimônio correspondente. O período entre 3.100 e 3.000 a.C. contemplou o surgimento da escrita cuneiforme arcaica e o começo da contagem abstrata (Schmidt; Santos, 2006). Já em 2.000 a.C. os egípcios utilizavam livros para registrar suas transações comerciais, sendo que escrituravam as contas tendo como base o valor da moeda de ouro e prata. No período de 454 a 406 a.C. foi encontrado um registro contábil que identificava os pagadores de impostos do Império Grego.

Esses artefatos de registros contábeis foram encontrados em diversas regiões (Mesopotâmia, Persa, Egito, Grécia e outros) na medida em que a civilização desenvolveu seu conhecimento em relação às formas de registro do controle patrimonial. Na Grécia Clássica o conhecimento das civilizações antigas atingiu seu auge com os ensinamentos dos filósofos Platão e Aristóteles, dos escritores Homero e Sófocles e dos matemáticos Euclides e Pitágoras. Além disso, suas contribuições ainda influenciam a forma de pensar até os dias atuais. Em 302 a. C. Alexandre fundou a cidade de Alexandria com a maior biblioteca do mundo antigo, sendo que nesse período foram encontrados vários registros contábeis (Hendriksen; Breda, 2018).

Assim, com o surgimento da moeda e das medidas de valor, o sistema de contas contábil tornou-se completo. Na Grécia encontrou-se um documento contábil considerado o mais avançado da antiguidade datado de 454 a.C. a 406 a.C., cujo registro relatava todos os contribuintes de impostos do império grego. De acordo com Schmidt e Santos (2006), o desenvolvimento do Estado Grego corroborou com a necessidade de controlar os valores recebidos de impostos e a prestação de contas para a sociedade, evidenciados pelos documentos encontrados nas ilhas gregas datados entre 454 e 90 a.C., que apresentavam anotações de preços e o valor de compra da moeda.

Após a escassez de terras, os povos do norte e do centro da Europa atacaram o Império Romano em 410 d.C. quando Roma foi saqueada (Hendriksen; Breda, 2018). O período do século I d.C. a V d.C. foi marcado por um retrocesso civilizatório onde todo o conhecimento acumulado e preservado na biblioteca de Alexandria havia desaparecido. No ano de 610 d.C. surge na cidade de Meca, atual Arábia Saudita, o profeta Maomé que escreveu o Corão e fundou o Islã. Assim, seus seguidores conquistaram a parte norte da África e do Oriente Médio e já haviam atingido a Europa (Hendriksen; Breda, 2018).

Posteriormente os Árabes chegam a Europa e a Jerusalém. A capital do império Islã é transferida para a cidade de Bagdá, que é transformada em um grande centro de conhecimento do primeiro milênio. Já na Índia os Árabes criaram o conceito de zero, sendo também nesse período que surge a álgebra pelo matemático Musa Al-Khwarizmi (Hendriksen; Breda, 2018).

Com o desenvolvimento de novas tecnologias proporcionou-se um comércio frutífero entre os povos. Tem-se no século IX a invenção da pólvora pelos chineses, que logo atinge a Europa. Neste período a bússola já era utilizada na China e em 1180 passa a ser usada obrigatoriamente nas navegações espanholas. Em 1250 surgiu a vela triangular, que substituiu a vela quadrada dos romanos. Desse modo, as navegações poderiam ser realizadas em quaisquer épocas do ano (Hendriksen; Breda, 2018).

As cruzadas que sucederam do século XI ao XIII contribuíram para o comércio entre o Oriente e a Europa, principalmente em cidades litorâneas da Itália que tiveram um período de vasta prosperidade econômica. Com a acumulação de riquezas surgem as entidades empresariais diferentes da pessoa física, o que maximiza a necessidade de controle e de prestação de contas do patrimônio. Foi esse ambiente que proporcionou o surgimento da Contabilidade (Hendriksen; Breda, 2018; Schmidt, 1996).

A idade moderna na Europa entre os séculos XIV a XVI, com o advento do renascimento, estimulou transformações no mundo das ciências, das artes e da economia. Assim, com o surgimento das novas configurações sociais e da burguesia, impulsionaram-se as descobertas no campo das ciências. Por consequência, a Contabilidade nesse período adquire seus primeiros traços de uma ciência incentivada pela atmosfera do momento, desenvolvendo-se principalmente na Itália (Iudícibus; Marion; Faria, 2009).

As cidades do norte da Itália, Veneza, Florença e Gênova foram o berço da efervescência mercantil da época. Tais atividades levaram ao desenvolvimento econômico, social e institucional, corroborando para o surgimento do sistema de escrituração de partidas dobradas (Iudícibus, 2021). Para Hendriksen e Breda (2018), não há registro de quem inventou a Contabilidade, sendo correto afirmar que esta se desenvolveu de forma gradual. No século XIII e XIV o método das partidas dobradas surge, sendo que o primeiro registro completo foi encontrado no arquivo municipal se referindo ao ano de 1.340, em Gênova (Hendriksen; Breda, 2018).

O primeiro a codificar o método das partidas dobradas foi Luca Pacioli, um frei franciscano que nasceu na região da Toscana, Itália, cuja obra foi intitulada *Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá*. Neste tratado primordialmente

matemático incluiu-se uma seção denominada *Particularis de Computis et Scripturis*, onde se descreveu o sistema de partidas dobradas que são utilizados até os dias atuais para entendimento lógico dos lançamentos contábeis (Hendriksen; Breda, 2018). A obra de Pacioli consolidou o método das partidas dobradas e solidificou o uso das terminologias débito e crédito, expressando a relação de causa e efeito no patrimônio (Iudicibus; Marion; Faria, 2009).

O método das partidas dobradas já era utilizado antes da obra de Pacioli. Porém ele foi o responsável por escrever a primeira literatura contábil, considerada o marco inicial do pensamento científico da Contabilidade (Iudicibus; Marion; Faria, 2009). Embora o método já fosse empregado antes, sua utilização não ocorria de forma organizada, sendo que foi a partir da referida obra que se sistematizaram todas as informações já existentes da prática contábil (Iudicibus, 2021).

Não obstante, a Contabilidade histórica investiga por meio dos estudos fatos que conduzam à uma compreensão do passado e que potencialize fornecer uma visão do presente e do futuro (Carnegie, 2020). Os primeiros historiadores da Contabilidade examinaram a história como um banco de dados, o qual pode fornecer informações para a compressão das práticas atuais ou soluções aplicadas no passado, podendo ser úteis para os problemas contemporâneos (Carnegie; Napier, 1996).

Nas últimas décadas as pesquisas históricas em Contabilidade apresentaram maior importância entre as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação, o que ocorre concomitantemente ao aumento no número de pesquisadores contábeis (Carnegie *et al.*, 2020). Deste modo, o desenvolvimento histórico está diretamente relacionado com o ensino contábil. Outrossim, os primeiros estudos buscavam demonstrar a formação e o desenvolvimento da Contabilidade como ciência. A partir dessa perspectiva, busca-se explicar e trazer para o presente como ocorreu essa evolução.

Schmidt e Gass (2018) relacionaram o surgimento das escolas contábeis com o contexto no qual estavam inseridas, aos fatos sociais, econômicos e políticos da época. Mas foi em 1840 que a Contabilidade passou a ser parte da ciência por meio da Escola de Lombardia, tendo como expoente Francesco Villa. Nesta época tem-se ainda o advento da Revolução Industrial, onde a Contabilidade tornou-se mais complexa. Ademais, Ferri, Lusiani e Pareschi (2018) buscaram analisar as publicações apresentadas na revista *Accounting History* no período de 1996 a 2015, cujos resultados evidenciaram que o interesse pelo núcleo técnico em história da Contabilidade está perdendo espaço para abordagens variadas.

O desenvolvimento econômico e tecnológico conduz a humanidade ao progresso constante, modificando as interações sociais. Neste sentido, o campo da ciência também evolui para atender às demandas que surgem. No que concerne a literatura contábil, assim como nas demais ciências, tem-se que as mudanças fazem parte desse sistema social que é interligado e está em constante transformação. Logo, a história permite que a sociedade atual aprenda com as lições das civilizações passadas, analisando fatos ocorridos e as ações que foram empregadas para situações semelhantes, aprimorando onde for necessário (McBride; Verma, 2021).

No século XX os pesquisadores contábeis passaram a usar o termo Nova História Contábil. Essa terminologia tem suas origens na nova história, refletindo conceitos latentes para pesquisas (Napier, 2006; Schmidt; Gass, 2018). Maia *et al.* (2011) apontam pontos centrais das discussões dessa nova história, quais sejam:

- a) o interesse por toda a atividade humana;
- b) relevância nas análises das estruturas;
- c) foco em contar a história de pessoas comuns;
- d) expansão do conceito de fontes, crítica à noção de tempo e fato histórico;
- e) utilização de novas temáticas, metodologias e técnicas que permitem um melhor desempenho na investigação científica.

Isto posto, a compreensão da dimensão social permitiu que a Contabilidade expandisse seu escopo de pesquisa para grupos e indivíduos diferentes (Napier, 2006). Ao utilizar a Contabilidade como fonte de conhecimentos e experiências em um período ou contexto social tem-se um instrumento prático para além dos controles de patrimônios estáticos das organizações, tornando-se transformadora nas nações ou culturas locais (Miller; Hopper; Laughlin, 1991). Por conseguinte, os pesquisadores da Contabilidade histórica e contemporânea passaram a ver a referida ciência como o meio para atingir um fim. Portanto, os historiadores contábeis são conduzidos a interpretar a função, a utilidade e os impactos da Contabilidade nas relações organizacionais e sociais em que estão inseridos (Carnegie, 2014).

Carnegie (2014) analisou as publicações na história da Contabilidade buscando delinear as contribuições metodológicas, o estado da arte e os rumos futuros da pesquisa interdisciplinar sobre o passado histórico. O resultado apontou uma crescente literatura na especialização histórica da Contabilidade. Além disso, a realização de pesquisa em instituições empresariais, sociais e religiosas teve abrangência de diversas teorias ao longo dos últimos vinte anos, destacando a premissa da Contabilidade como prática social.

Na atualidade a Contabilidade tem foco em questões contemporâneas e não acolhe o passado como fonte de aprendizado para solucionar questões do presente. Porém, ao não relacionar o presente como um reflexo do passado sugere que as questões que surgem nas organizações são novas, buscando em criar soluções inéditas (Mcbride; Verma, 2021). Ao descrever a história das entidades sob o viés contábil, permite-se que os mecanismos de controle e tecnologias que geram resultados sobre o comportamento das ações dos indivíduos sejam perceptíveis, instrumentados como uma ferramenta transformadora da sociedade (Lazzini; Nicolliello, 2021).

Para Lima (2013), o surgimento da nova história contábil foi um evento importante para a disciplina: “[...] os seus impulsos geradores procedem da união entre o novo paradigma crítico radical da investigação contabilística, com a discussão metodológica e epistemológica”. O autor enfatiza ainda que os seus adeptos não constituem escola ou corpo único doutrinário, mas compartilham ideias e tendências comuns. As novas abordagens utilizadas pelos contadores – como a institucional e a social, por exemplo – colocam a Contabilidade como participante do processo institucional ao qual faz parte (Iudícibus, 2021)

## 2.4 ESCOLAS DO PENSAMENTO CONTÁBIL

Para Santos *et al.* (2011), a teoria contábil está relacionada a toda noção de conhecimento de fatos iniciais que auxiliam a solução de problemas ou elucidam de forma racional a prática atual e passada. De acordo com os autores, a Contabilidade deixou de ser apenas registros de práticas comerciais e tornou-se um instrumento que evolui de acordo com as demandas da sociedade, passando a ser objeto de estudos para aprimorar suas bases históricas, cujo registro do seu arcabouço teórico está sendo aplicado de maneira global em sistemas cada vez mais internacionalizados.

Santos *et al.* (2011) consideram ainda que a existência da Contabilidade depende da contabilização de eventos mensuráveis. Assim, a prática contábil é responsável por proporcionar o conhecimento, enquanto a teoria trata da organização das estruturas. Ademais, é possível afirmar que a Contabilidade se originou da prática, sendo que seus aspectos teóricos foram gradativamente construídos em consonância com o avanço das técnicas. Ao investigar as origens do processo contábil torna-se essencial que o historiador revele como ocorre a evolução dessa teoria e como o desenvolvimento das sociedades influencia para emergir ou

melhorar as formas de controle. O Quadro 1 apresenta o resumo das principais escolas de pensamento contábil.

**Quadro 1 – Escolas do Pensamento Contábil**

<b>Escola</b>	<b>Ideias central/ objeto</b>	<b>Principais autores</b>
Escola Contista	A Conta é objeto da Contabilidade	Luca Pacioli
Escola Administrativa ou Lombarda	Desenvolver técnicas de controle para a organização/empresa	Francesco Villa e Antonio Tonzig
Escola Personalista	Buscou relacionar Economia, Administração e Contabilidade	Francesco Marchi, Giuseppe Cerboni e Giovanni Rossi
Escola Controlista	A Contabilidade como a ciência do controle econômico	Fabio Besta, Vittorio Alfieri, Carlo Ghidiglia, Pietro Rigobon e outros
Escola Americana	Criação das associações <i>American Association of Public Accountants</i> (AAPA). Qualificação da informação e padronização	Charles Spague, Henry Hatfield, William Paton, Ananias Littleton, Carman Blough, Maurice Moonitz, Raymond Chambers e outros.
Escola Matemática	As contas contábeis fundamentais. O balanço é representado por valores numéricos	Giovanni Rossi
Escola Neocontista	A Contabilidade trata da revelação patrimonial se ocupando dos registros e classificação das contas	Jean Dumarchey, René Delaporte, Jean Bournisien e Albert Calmés
Escola Alemã	A escola tem duas matérias que são a teoria econômica das empresas e Contabilidade ou sistema de cálculo	Schmalenbach, Schmidt e Gomberg
Escola Italiana Moderna	A principal contribuição é colocar o resultado como o elemento mais importante da empresa	Gino Zappa
Escola Patrimonialista	A Escola Patrimonialista tem como objeto da Contabilidade o patrimônio, e este é dividido em três contas, ativo, passivo e diferenciais	Vincenzo Masi e Frederico Herrmann

Fonte: Adaptado de Schmidt e Santos (2006).

Para Sá (2005) a evolução do conhecimento contábil foi resultado de um processo natural de desenvolvimento das ciências humanas. Assim, não se pode definir o inventor da Contabilidade ou do sistema de partidas dobradas como é conhecido na atualidade. Entretanto, há menção da utilização desses registros desde o século XIII por comerciantes no norte da Itália (Hendriksen; Breda, 2018). Isto posto, é por meio dos conceitos estabelecidos pela história que se verifica a imagem e as considerações do arcabouço de regras pré-definidas para se identificar o objeto da Contabilidade. As escolas de pensamento contábil fundamentam a evolução da Contabilidade como uma ciência social. Portanto, tem-se a divisão das escolas contábeis proposta por Schmidt e Santos (2006).

### 2.4.1 Escola Contista

Conhecer a história da ciência consiste em encontrar o cerne da evolução do pensamento e as bases a partir das quais as doutrinas se constituem. Assim, a disciplina de Contabilidade conta com um significativo número de registros dos fenômenos contábeis, contribuindo para o estudo científico (Sá, 2005). Para explicar a cientificidade da Contabilidade surge a primeira escola de pensamento contábil no século XV que tem como objeto a conta. Nesse período foram impressos os primeiros livros de Contabilidade, sendo que as teorias defendidas por essa Escola continuaram até o século XVIII (Santos *et al.*, 2011).

A principal obra desse período foi o livro do Frei Luca Pacioli em 1494, intitulado a *La summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalità*, cuja contribuição foi a compilação e sistematização dos conhecimentos das partidas dobradas (Iudícibus, 2021). No período da Escola Contista foi criada a conta capital registrada no passivo, segregando as contas do proprietário e da entidade. Acerca da escrituração, tem-se que o registro contábil era realizado por pessoas que comercializavam com a empresa (Santos *et al.*, 2011).

O movimento intelectual da Escola Contista teve como expoentes principalmente os franceses. Degranges em 1795 criou a teoria das cinco contas, que era direcionada ao comércio e possuía as seguintes contas:

- a) de mercadorias;
- b) o dinheiro;
- c) efeitos a pagar;
- d) efeitos a receber;
- e) lucros e perda.

Além disso, tal Escola contribuiu para a personificação das contas com a coexistência de duas correntes personalistas. A primeira contemplava o proprietário, gerente e terceiros ao passo que a segunda corrente abrangia o proprietário, os correspondentes, os empregados ou os agentes depositários (Santos *et al.*, 2011).

A Contabilidade teve um tempo de estagnação correspondente ao período entre a obra de Luca Pacioli (1494) e a de Villa (1840). Embora caracterizado como um momento de desenvolvimento reduzido na Ciência Contábil, foi nesse período que o sistema de partidas dobradas se difundiu e passou a ser utilizado em várias partes do mundo (Santos *et al.*, 2011). Ademais, os principais expoentes da considerada primeira escola de conhecimento contábil foram Benedetto Cotrugli – que escreveu um documento que abordava o registro de partidas

dobradas – e Luca Pacioli – que sistematizou o pensamento contábil existente no *Tractatus de Computis et Scripturis* (Santos *et al.*, 2011).

#### **2.4.2 Escola Administrativa ou Lombarda**

A Escola Administrativa ou Lombarda surgiu em 1840 com a publicação do livro *La contabilità applicada alle amministrazioni private e pubbliche*, de Francesco Villa, dando início assim a fase científica da Contabilidade (Schmidt; Santos, 2006). A Escola Administrativa é assim denominada por mesclar elementos contabilísticos e econômico-financeiros (Santos *et al.*, 2007). Da mesma forma, recebe o nome de Escola Lombarda devido a região do norte da Itália chamada Lombardia, onde situava-se a localidade que abrigava o pensamento contábil a partir dessa corrente de pensamento (Sá, 1997). Os principais representantes da Escola de Lombarda foram Francesco Villa – que nasceu em Milão na Itália em 1801 – e Antonio Tonzig – nascido em Pádua em 1804, identificado como o primeiro professor de Contabilidade (Schmidt; Santos, 2006).

O tema de estudo dos pensadores de Contabilidade passou a ser a administração da empresa, abrangendo questões relativas à viabilidade, retorno do capital, entre outros. Logo, a Ciência Contábil se tornou uma área essencial para auxiliar as organizações na tomada de decisão. Ademais, o principal objetivo dessa escola foi desenvolver fundamentos e técnicas de controle administrativo (Santos *et al.*, 2011). Desse modo, a Contabilidade não se restringe à escrituração das contas, mas ao conjunto de informações para controlar a gestão (Schmidt; Santos, 2006).

A ideia fundamental da Escola de Lombarda é a relação entre a Administração Econômica e a Contabilidade. Isso porque para Francesco Villa os princípios econômicos gerais deveriam ser aplicados à Contabilidade, ao passo que os seguidores dessa Escola entendiam que o contador deve ter conhecimento de gestão da entidade, aplicando noções de economia no registro das contas e confecção dos livros (Schmidt; Santos, 2006). Embora Villa seja considerado o principal autor desta escola, Giuseppe Cerboni apresentou normas onde defendia que a Contabilidade era a Ciência da Administração da entidade, tendo como objeto o estudo das leis que geriam as aziende (Santos *et al.*, 2007).

### 2.4.3 Escola Personalista

O personalismo surge em 1867, sendo que nesse período concomitantemente houve a criação de outras escolas de pensamento científico de Contabilidade (Santos *et al.*, 2007). A Escola Personalista é uma reação ao contismo, personalizando as contas para explicar a relação de direito e obrigação (Favero *et al.*, 1997). Segundo Santos *et al.* (2007), para os teóricos personalistas as contas deveriam ser abertas para pessoas reais, físicas ou jurídicas.

O fundador da Escola Personalista foi Francesco Marchi, cujas defesas teóricas e científicas estão compiladas na obra *I cinquecontist ovvero la ingannevole teorica che viene insegnata negli istituti tecnici del Regno e fuori del Regno intorno il Sistema de Scrittura a partita doppia e nuovo saggio per la facile intelligenza ed applicazione del sistema* (Santos *et al.*, 2007). Marchi foi o criador do movimento, mas Giuseppe Cerboni desenvolveu a teoria (Sá, 1997).

Marchi define que o responsável pelo ativo e passivo da entidade é o administrador, uma vez que a ele é outorgado o controle da organização. Por fim, classifica as contas em consignatários, correspondentes, administradores e proprietário (Schmidt; Santos, 2006). Já Cerboni deu enfoque para a relação jurídica entre o proprietário e a entidade (Santos *et al.*, 2007). Rossi, por sua vez, trabalhou em diversos cargos públicos, escreveu obras e fundou a revista *Il Logismografo* (1877-1882), sendo considerado um importante estudioso da história da Contabilidade (Sá, 1997).

Dentro da Escola Personalista destaca-se a Doutrina Logismografia, composta por dois sistemas de escrituração patrimonial. O primeiro tem por objetivo criar no balanço patrimonial a conta proprietária e a conta de terceiros correspondentes. Por outro lado, o segundo seria o sistema financeiro contemplando as contas do proprietário e do administrador (Schmidt; Santos, 2006). Assim, esta doutrina fundamenta-se em relacionar a Economia, a Administração e a Contabilidade.

### 2.4.4 Escola Controlista

A Escola Controlista ou veneziana tem suas bases iniciais na cidade de Veneza, na Itália em 1880 com a obra de Fábio Besta (Santos; Schmidt; Machado, 2006). Esta escola de pensamento contábil surge em oposição a Escola Personalista, indicando como objeto da Contabilidade o controle da riqueza administrativa (Favero *et al.*, 1997). Para Sá (1997), a

divergência de ideias sobre o pensamento humano é positiva e sempre ocorreu em todas as áreas do conhecimento.

O Controlismo tem como fundador Fábio Besta, italiano, nascido em 1845 na cidade de Teglio de Valtellina. Contador graduado pelo Instituto Técnico Comercial de Sondrio em 1868, professor da mesma instituição, editou o seu primeiro livro denominado *Corso di Ragioneria* em 1891. Besta foi o fundador da Escola Controlista e seu trabalho repercutiu para a Escola Neocontista – contudo existem pesquisadores que afirmam que Besta foi um dos de tal escola. Certamente havia afinidade entre a escola fundada por Besta e a Escola Neocontista, o que pode ser justificada em função da posição assumida contra as ideias da Escola Personalista de Cerboni (Schmidt; Santos, 2006).

Segundo Sá (1997), o controlista Fabio Besta teve profunda influência no desenvolvimento do pensamento científico contábil. Em sua obra *La Ragioneria* apresenta seu posicionamento científico (Sá, 1997), cujo ponto fundamental consistiu na diferenciação do conceito de administração geral e de administração econômica (Santos *et al.*, 2007). Administração geral corresponde ao ato de administrar a empresa como um todo, enquanto que a administração econômica versa sobre o cuidado com o patrimônio da empresa para gerar novas riquezas (Schmidt; Santos, 2006).

Conforme Schmidt e Santos (2006), a administração econômica se divide em gestão, direção e controle (Contabilidade) – o que explica porque Besta entendia a Contabilidade como a ciência do controle econômico. Além deste pensador, outros expoentes da escola são destacados, quais sejam: Vittorio Alfieri, Carlo Ghidiglia, Pietro Rigobon e Pietro D'Alvise (Santos; Schmidt; Machado, 2006). Para eles as demonstrações contábeis representavam uma forma de controle das riquezas das entidades (Schmidt; Santos, 2006).

Ao separar a Contabilidade em ramos de conhecimento, Besta considerou a Contabilidade Geral como sendo aquela aplicada a todas as entidades. No que tange a Contabilidade Aplicada, enfatizava a consonância com as características das organizações, prezando também pela continuidade da gestão. Assim, classificou as funções do controle econômico da seguinte forma:

- a) antecedentes (previamente delimitadas);
- b) concomitantes (vigilância das tarefas determinadas para cada indivíduo);
- c) subsequentes (o confronto do planejado com o executado) (Schmidt; Santos, 2006).

Carlo Ghidiglia é considerado o maior doutrinário da Escola Veneziana, destacando-se no campo da História da Contabilidade e da Teoria da Contabilidade Pública. Para ele, a

Contabilidade consiste na ciência do controle econômico e ao mesmo tempo estuda as leis e acontecimentos humanos para suprir suas necessidades. Assim, foi nesse período que surge o conceito de Contabilidade como uma Ciência Social (Sá, 1997).

#### **2.4.5 Escola Americana**

O desenvolvimento econômico e o surgimento do mercado de capitais, bem como a formação de conglomerados da indústria e comércio com a participação de acionistas tornou a Contabilidade dotada de maior complexidade a fim de fornecer informações assertivas aos seus usuários (Favero *et al.*, 1997). O ano de surgimento da Escola Americana foi 1887 mediante a criação da *American Association of Public Accountants* (AAPA). Essa associação contribuiu para a qualificação da informação contábil, padronização e a divisão da Contabilidade em financeira e gerencial (Santos; Schmidt; Machado, 2005).

Esse período marcado pela Revolução Industrial e o advento de empresas com capital aberto levou o Instituto Americano de Contadores Públicos a cooperar com a bolsa de valores de Nova Iorque, criando comitê para tratar de assuntos relacionados aos interesses dos investidores. A partir de então, o instituto foi determinante para o desenvolvimento dos Princípios Contábeis (Favero, 1997). Conforme Schmidt e Santos (2005), o início da Escola Americana tem como característica o tratamento de questões práticas relacionadas à Contabilidade e pouca discussão teórica.

Diferente das escolas anteriores que tinha um representante para uma determinada corrente de pensamento, na Escola Americana o que predominou foi o trabalho em equipe, visto que as associações profissionais foram as responsáveis por assumirem os rumos da profissão contábil. Apesar dessa cooperação, alguns nomes merecem destaque como o Charles Spague, Henry Hatfield, William Paton, Ananias Littleton, Carman Blough, Maurice Moonitz, Raymond Chambers, Richard Mattessich, Lawrence Dicksee, Kenneth Most, Kenneth MacNeal e outros (Favero *et al.*, 1997; Schmidt; Santos, 2006).

As principais associações profissionais foram a *American Accounting Association* (AAA), que contribuiu para a publicação da *Accounting Review* e da monografia de Littleton e Paton, a qual trata dos padrões da Contabilidade (Schmidt; Santos, 2006). Já a *American Institute of Certified Public Accountings* (AICPA) teve cinco fases, sendo que suas contribuições mais relevantes foram o foco nos programas profissionalizantes, a certificação dos profissionais da Contabilidade, a criação de revistas de Contabilidade e a padronização da

Contabilidade e da pesquisa contábil. Essa escola criou o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) em 1973, cuja finalidade é estabelecer padrões para a Contabilidade (Schmidt; Santos, 2006).

#### **2.4.6 Escola Matemática**

A Escola Matemática tem a Contabilidade como a ciência essencialmente matemática, cuja finalidade consiste em observar as contas que estão registradas. Assim se opõe a teoria de que a Contabilidade é uma Ciência Social (Santos; Schmidt; Machado, 2005). Surge em 1901, com a publicação de Giovanni Rossi intitulada *Della scrittura doppia italiana*. Para Rossi as contas da Contabilidade são os elementos matemáticos e, portanto, pode ser equiparada à uma Ciência Aplicada (Schmidt; Santos, 2006).

Conforme Schmidt e Santos (2006), os teóricos desta Escola consideram as contas contábeis fundamentais, pois correspondem ao elemento de evidenciação da Contabilidade. De acordo com os autores, as contas contábeis exibem a natureza abstrata e não o que realmente representam – ou seja, as grandezas matemáticas são o objeto de estudo e não podem ser consideradas concretas.

Para esta escola o balanço é a representação de valores numéricos e não precisa ser patrimonial. Então, qualquer representação estatística pode ser considerada balanço quando confrontado duas grandezas. Por fim, a escola considera a Contabilidade com uma ferramenta auxiliar para outras ciências (Schmidt; Santos, 2006).

#### **2.4.7 Escola Neocontista**

A Escola Neocontista surge na França no final do século XIX, onde o conceito de valor passou a basear a teoria de escrituração e das contas em contraposição ao pensamento personalista. A escola foi iniciada pelo francês Jean Dumarchey, que defendia o valor como o fundamento principal da Contabilidade. Outros representantes desta linha de defesa do valor das contas foram René Delaporte, Jean Bournisien e Albert Calmés (Schmidt; Santos, 2006).

Para os pensadores dessa linha de raciocínio, as contas devem ser divididas em ativo, passivo e situação líquida, de modo que ativo e passivo representam contas concretas do patrimônio e a situação líquida representaria valores abstratos (Schmidt; Santos, 2006). Para os autores, a teoria central neocontista está fundamentada na teoria materialista ou positivista, pois para os seguidores dessa escola a Contabilidade trata da revelação patrimonial se ocupando dos

registros e classificação das contas. Ademais, Jean Dumanchey (nascido em 1874 na França) foi considerado o teórico francês mais importante do início do século XX, dedicando-se a Contabilidade com destaque a obra *Théorie positive de la comptabilité* (Schmidt; Santos, 2006).

#### **2.4.8 Escola Alemã**

O desenvolvimento teórico da Escola Alemã de Contabilidade teve início em 1919, com a publicação do livro de Schmalenbach sobre balanço dinâmico. No final do século XIX e início do século XX, o mundo estava vivendo uma grande transformação devido a Revolução Industrial. Assim, os usuários de Contabilidade se multiplicavam e as necessidades também se tornava mais complexas, abrindo espaço para o surgimento da Escola Alemã, que se torna uma das mais prospera quando se trata de doutrina (Schmidt; Santos, 2006).

Conforme Schmidt e Santos (2006), esta escola tem duas matérias essenciais, quais sejam: *Betriebstwirtschaftlehre* (teoria econômica das empresas) e *Rechnungswesen* (Contabilidade ou sistema de cálculo). A primeira foca no processo de gerenciamento enquanto a segunda trata da evidenciação dos recursos. Ainda, uma das principais contribuições dessa escola foi distinguir o balanço patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Os representantes dessa escola foram Schmalenbach, Schmidt e Gomberg. Salienta-se que Eugen Schmalenbach nasceu na Alemanha em 1873, formou-se pela Universidade de Leipzig, foi professor e ainda se tornou consultor do governo na república de Weimar, figurando como o principal expoente desta Escola Contábil (Schmidt; Santos, 2006).

#### **2.4.9 Escola Italiana Moderna (Economia Aziendal)**

A Escola Italiana Moderna surge em 1922 com forte influência da Escola Alemã, cujas teorias são aplicadas até os dias atuais. É nessa Escola que o sistema patrimonial é substituído pelo sistema de resultado, sendo que a principal contribuição é colocar o resultado como o elemento mais importante da empresa. Outra característica latente diz respeito a relacionar todas as funções da empresa à administração, à gestão e à Contabilidade para construir a economia aziendale (Santos; Schmidt; Machado, 2005).

Segundo Schmidt e Santos (2006), na Escola Moderna Italiana o capital é formado pelos elementos do ativo e do passivo, sendo que a variação dos elementos patrimoniais de um determinado período é o que constitui o resultado. Assim, o resultado consiste em contas de

crédito que tratam da gestão e das estimativas, numerárias que se referem ao valor financeiro das contas e capital (que contemplam ainda as reservas e o resultado do exercício).

O principal expoente da Economia Aziendale é Gino Zappa, professor no Instituto Superior de Economia e Comércio. Sua obra intitulava-se *Tendenze nuove negli studi di ragioneria* e esboça o teor da doutrina defendida por Zappa da Economia Aziendale. Ademais, o pensador dedicou uma especial atenção para tratar da formação do resultado em seus estudos (Schmidt; Santos, 2006)

#### 2.4.10 Escola Patrimonialista

Fundada em 1926 na Itália, teve início com a publicação da obra *Ragioneria Generale* de Vincenzo Masi, a Escola Patrimonialista tem como objeto da Contabilidade o patrimônio, sendo este dividido em três contas: ativo, passivo e diferenciais (Sá, 1997; Schmidt; Santos, 2006). Segundo Sá (2004), foi o patrimonialismo de Masi na primeira metade do século XX o responsável por apresentar teorias lógicas e rigorosas para a Contabilidade científica. Assim, os conceitos e pressupostos apresentados nessa escola tornaram-se a maior corrente doutrinária dentro da Contabilidade.

Na corrente patrimonialista a Contabilidade tornou-se uma ciência independente, dispondo de objeto de estudo, finalidade e seus próprios métodos científicos, mas mantendo a relação com as demais ciências (Sá, 2004). Para os patrimonialistas, a ciência da Contabilidade utiliza métodos (por exemplo, descritivo-estatístico) e instrumentos (fontes primárias e secundárias) para atingir o resultado (Schmidt; Santos, 2006).

Favero *et al.* (1997) apresentam os pilares da Escola Patrimonialista, quais sejam:

- a) o objeto da Contabilidade é o patrimônio;
- b) os fenômenos patrimoniais são os fenômenos contábeis;
- c) a Contabilidade é uma ciência;
- d) a Contabilidade tem três ramificações distintas: estática patrimonial, dinâmica patrimonial e levantamento patrimonial;
- e) o patrimônio deve ser analisado de forma qualitativa e quantitativa;
- f) o fenômeno patrimonial é definido por tudo que está relacionado ao patrimônio;
- g) Contabilidade não é igual a levantamento patrimonial, essa é apenas uma parte da Contabilidade;
- h) a Contabilidade está interrelacionada com os demais ramos do conhecimento;

- i) o principal método utilizado pela ciência contábil é o indutivo, e;
- j) a finalidade da observação contábil é o cumprimento dos objetivos da entidade.

Os principais representantes do patrimonialismo foram Vincenzo Masi e Frederico Herrmann. Vincenzo Masi considerava Fábio Besta um mestre, porém seguiu uma vertente diferente e tornou-se o precursor da Escola Patrimonialista. Apesar de ter surgido na Itália, a corrente patrimonialista não conseguiu a aderência das universidades italianas que estavam fechadas com a corrente aziendalista (Sá, 1997).

Para Favero *et al.* (1997), a corrente patrimonialista analisa o patrimônio sob dois aspectos:

- a) o estático, que estuda a situação patrimonial da entidade em um determinado momento;
- b) o dinâmico, que investiga a variação do patrimônio influenciado pelas ações administrativas que geram aumento ou redução do patrimônio.

Os autores ainda corroboram quanto a geração de informações, salientando o uso de métodos dedutivos e indutivos, bem como de instrumentos de registro, controle e demonstração das transformações do patrimônio mediante a escrituração, o cálculo e a estatística (Favero *et al.*, 1997).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo a tipologia do estudo, o método utilizado e as técnicas de análise empregadas para o tratamento dos dados. A investigação baseou-se principalmente em documentos do arquivo histórico do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Porto Alegre (CHC). O objetivo foi identificar e examinar informações relevantes contidas nos registros e documentos contábeis da época. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a utilização de documentos como fonte de pesquisa permite a extração e a ampliação do entendimento para a compreensão do contexto histórico e sociocultural.

Para Carnegie *et al.* (2020, p.1009327, tradução própria), “a Contabilidade existe onde o comportamento humano deve ser monitorado, controlado ou modificado e agora é tipicamente percebido pelos historiadores contábeis”. Quando os sistemas sociais são tratados como um evento construído, tem-se o ponto inicial para uma investigação qualitativa. Esse tipo de estudo concerne em explicar como os fenômenos sociais são interpretados, compreendidos, produzidos e constituídos (Silva, 2013).

O método de pesquisa empregado foi qualitativo na abordagem, cuja foco é a interpretação das informações contábeis a partir das perspectivas daqueles que foram participantes da construção social (Gil, 2019). A pesquisa qualitativa tem sido útil no estudo dos papéis simbólicos da Contabilidade nas organizações e na sociedade (Covaleski; Dirsmith, 1990).

Os objetivos do estudo são de natureza descritiva, pois visam realizar uma análise histórica do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com base nos documentos contábeis disponíveis. Para embasar teoricamente essa análise foram utilizadas as Escolas de Pensamento Contábil. Seguindo a definição de Gil (2002), a pesquisa descritiva busca descrever os aspectos de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. De acordo com Raupp e Beuren (2008), uma pesquisa com objetivos descritivos tem como propósito descrever, comparar e observar as características de uma população ou fenômeno específico.

No âmbito dos procedimentos metodológicos, o estudo é classificado como pesquisa documental e bibliográfica. Seguindo a conceituação de Gil (2002), a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica principalmente pelas fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa documental se baseia em documentos primários que não passaram por tratamentos analíticos

prévios, a pesquisa bibliográfica faz uso de contribuições já elaboradas e apresentadas sobre um determinado assunto. No caso da pesquisa documental, o foco principal reside na análise de documentos originais – como registros contábeis, documentos históricos, correspondências, entre outros, que não foram previamente analisados e interpretados.

No que concerne a pesquisa bibliográfica, esta possibilita ao pesquisador acesso à uma série de fatos, principalmente quando o problema de pesquisa requer uma quantidade de dados que estão disseminados pelo território. Em contrapartida, a pesquisa documental se baseia em uma ampla variedade de fontes dispersas, sendo divididas em documentos primários e secundários (Gil, 2002).

Os documentos primários não foram submetidos a nenhum tipo de tratamento analítico, sendo encontrados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas. Já os documentos secundários são aqueles que receberam algum tipo de análise prévia e podem incluir resultados de pesquisa, relatórios empresariais e tabelas estatísticas. Destarte, as pesquisas que se apoiam em documentos são relevantes não por oferecerem respostas definitivas à um problema, mas por proporcionarem uma visão detalhada e ampla do tema em estudo. Isso permite a verificação por meio de outras metodologias (Gil, 2002).

Para a realização da pesquisa, inicialmente contatou-se o Arquivo do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Porto Alegre por *e-mail*. A primeira visita ao Arquivo ocorreu em 2021 com o intuito de buscar os documentos disponíveis dentro do escopo da pesquisa que concerne a Contabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no período Imperial Brasileiro. Outras visitas ocorreram em período posterior para a coleta dos documentos.

Os documentos manuseados foi a *Ata Inicial* e os *Relatórios da Provedoria*. Em relação aos *Relatórios da Provedoria* há lacunas temporais devido à falta de preservação. Assim, tais documentos disponíveis no Arquivo abrangem períodos específicos, iniciando-se em 1855 até 1857, posteriormente de 1867 a 1868, seguido por 1872 a 1884 e, por fim, de 1888 a 1889.

Esses relatórios forneceram informações sobre as movimentações patrimoniais e os atos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Segundo Schmidt (2021), o controle do patrimônio é uma prática observada em diversas civilizações ao longo da história. No Quadro 2 demonstra-se o processo de coleta dos documentos.

**Quadro 2 – Processo de coleta dos documentos**

Local da coleta dos dados	Arquivo do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Porto Alegre (CHC)
Quais os documentos	“Relatórios da Provedoria”
Período	1855 e 1857; 1867 e 1868; 1874 a 1884; 1888 a 1889.
Os documentos analisados	Os balanços de receitas e despesas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre do período de 1822 a 1889
Tratamentos dos dados	Foi realizado o registro fotográfico e a digitalização dos balanços de receitas e despesas
Tabulação dos dados	Foram tabulados no Excel para a construção dos gráficos e tabelas

Fonte: elaborada pela autora.

Para este propósito foram utilizados documentos primários e registros originais das demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Após a análise desses documentos, foram selecionados os Relatórios da Provedoria, onde conta os "Balanços de Receitas e Despesas". Ademais, a análise documental é uma técnica relevante para a abordagem de dados qualitativos, empregada para revelar informações novas sobre um tema ou auxiliando outras técnicas (Lüdke; André, 2018).

Na fase inicial da análise documental procedeu-se com a leitura dos documentos, que incluíram a Ata Inicial e os Relatórios da Provedoria. Após esta etapa, selecionaram-se os Balanços de Receitas e Despesas da Santa Casa, os quais foram tabulados no *software Excel* para a posterior elaboração de gráficos e tabelas.

Os arquivos do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC) abrangem documentos desde 1814 relacionados à formação da instituição. No entanto, observa-se uma ausência de registros anteriores a 1855 nos Relatórios da Provedoria. No Apêndice A estão listados os documentos utilizados para a coleta dos dados.

Reverbera-se ainda que os registros de balanço de receitas e despesas contêm informações abrangentes, incluindo dados da botica, casa dos expostos, capela, cemitério, relação nominal de irmãos e do hospital. Para atender aos objetivos do estudo foram utilizados especificamente o balanço de receitas e despesas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

#### 4 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre era uma das principais cidades da província do Rio Grande de São Pedro, concentrando a circulação de bens, serviços e pessoas. Essa dinâmica propiciou que o modelo de assistência aos pobres organizado pelas Santas Casas de Misericórdia se desenvolvesse em meio às elites locais na prática da caridade, que recebiam benefícios com o monopólio da assistência (Tomaschewski, 2007). Essa conjuntura social e política beneficiou as Santas Casas de Misericórdia propiciando o acúmulo de patrimônio.

Algumas Santas Casas de Misericórdia eram proprietárias de terrenos, casas, fontes de água, donas de títulos de terrenos destinados a logradouros públicos, taxas de funerais, contribuição de associados, propriedades fundiárias, aluguéis de casas deixadas de herança pelos irmãos falecidos ou doados pelo poder público em troca dos serviços de assistência prestados (Nascimento, 2004).

Conforme exposto, há lacunas temporais nos *Relatórios da Provedoria*. O primeiro relatório encontrado no Arquivo é datado de 1855 e listava como provedor o Dr. João Rodrigues Fagundes, tesoureiro Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e escrivão João Felix da Fonseca Oliveira Pinto.

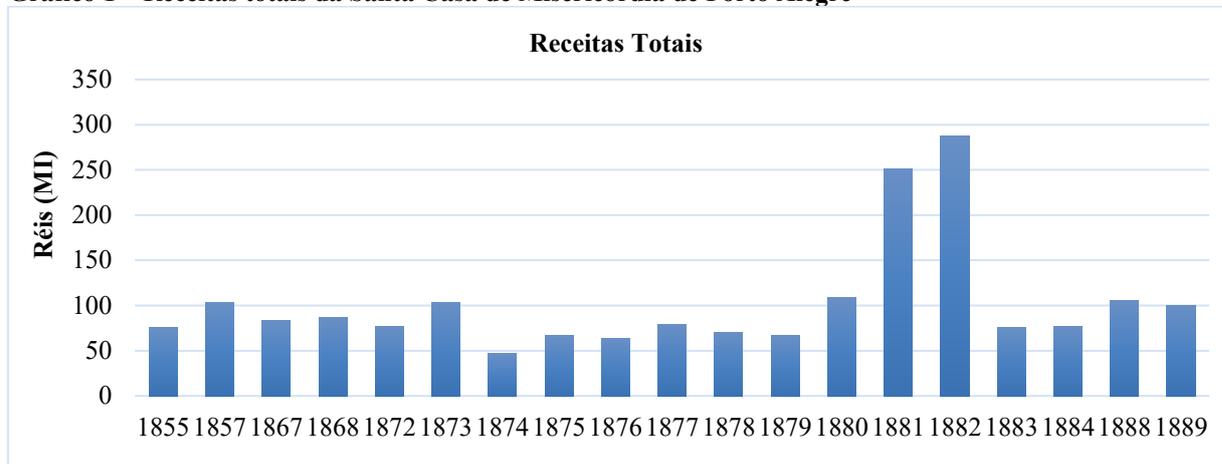
Nos *Relatórios da Provedoria* constam informações administrativas, de movimentações patrimoniais, de gestão, de empregados e de serviços de assistência. Ou seja, tratava-se de um relatório anual completo de todas as atividades realizadas pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Entretanto, para fins analíticos e tendo em vista que o objeto desse estudo é a Contabilidade da Santa Casa de Misericórdia apenas foi utilizado os balanços de receita e despesas da Santa Casa que constam no Relatório da Provedoria. O documento se assemelha a um balanço consolidado, pois apresenta no mesmo balanço todas as movimentações patrimoniais ocorrida no ano.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre realizava obras de assistência e necessitava de uma alta soma em dinheiro. Para isto contava com fontes de renda variadas, tais como aquelas provenientes de imóveis urbanos e rurais, juros de apólices, despachos marítimos, oblatas, valor recebido pelo tratamento dos enfermos no hospital, loterias, legados, pios, esmolas, medicamentos fornecidos ao hospital militar, jóias dos irmãos e indenizações.

Conforme o balanço de receita e despesa do ano de 1855, as receitas eram divididas em ordinárias, extraordinárias e com renda de aplicação especial. Observa-se no período da

documentação acessada (de 1855 a 1889) que corresponde ao final do Império brasileiro a evolução de contas da Santa Casa de Misericórdia disposta no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Receitas totais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**



Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

É possível constatar que os valores de receitas se mantiveram estáveis na maioria dos anos, exceto em 1881 e 1882 – que corresponderam a 251:090\$252 e 287:416\$576 de réis. Esse aumento é representado pelo valor das apólices que passaram do exercício de 1879, 1880 e primeiro semestre de 1881, influenciando na maximização das receitas nos respectivos anos. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre não foi a Irmandade com maior número de membros, contudo destacou-se pelo patrimônio que acumulou desde a sua fundação. Esse modelo de assistência surgiu com os reis portugueses e espalhou-se por todos os territórios de seu domínio.

Em Portugal as Misericórdias sempre tiveram êxitos e foram integradas na estrutura religiosa e social. Mas a partir do século XVIII, a sociedade passou por mudanças estruturais, sendo que a burguesia em ascensão entende a pobreza com uma condição a ser resolvida. Nesse período há uma maior secularização da vida cotidiana e o crescimento da consciência social (Meirelles, 2021).

As Misericórdias Portuguesas a partir da segunda metade do século XVIII passaram a enfrentar dificuldades financeiras. Esse processo pode ser explicado por situações gerais do país, tais como a redução aurífera brasileira – que levou ao empobrecimento dos fidalgos – a crise econômica, a alta inflação, as invasões francesas, a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio e a assinatura do tratado com a Inglaterra. Desse modo, tem-se alterações econômicas no país, o que impactou no aumento generalizado dos preços, empobrecimento da população, fuga de

população, aglomeração de pessoas pobres nas cidades e propagação de epidemias. Ante a esse panorama, as instituições de assistência não conseguiam corresponder às necessidades da população (Sá; Lopes, 2008).

As dificuldades financeiras enfrentadas pelas Misericórdias levaram a perda de recursos, pois a alta dos preços e o risco no crédito contribuíam para a depreciação dos rendimentos. Assim, para enfrentar a minimização da receita, as Santas Casas passaram a utilizar-se da atividade de crédito, emprestando dinheiro a juros. Isso impactou na venda de propriedades recebidas de doações. Não obstante, problemas relacionados ao número de encargos pios, a perda do monopólio dos enterros, a falta de controle administrativo e a corrupção consumiam parte das receitas das entidades. Assim, com vistas a sanar tais dificuldades criaram-se as loterias (Sá; Lopes, 2008).

Ainda no século XVIII ocorreram mudanças legislativas em Portugal introduzidas pelo Marquês de Pombal. Foram promulgadas leis que afetariam as Misericórdias, tais como a perseguição a vadios – que se propunha limitar a mendicância e vadiagem. Assim, a atividade de mendicante passou a ter a obrigação na emissão de licenças pela Intendência Geral da Polícia e provocava a necessidade de interação dos membros da Misericórdia com representantes do órgão expedidor de licenças. Isso interferiu nos rendimentos das capelas, pois impôs limites a margens de lucro. Quanto aos membros da Irmandade também foi abolida a distinção entre cristãos e cristãos novos, ao passo que acerca da concessão passou a ser obrigada a declaração de bens que ficavam consignados no valor do capital e o rendimento (Sá, 2001).

As mudanças nas leis e uma crescente laicidade da sociedade, bem como o descontentamento com o clero e as mudanças na mentalidade da época impactaram nas receitas das instituições de caridade (Meirelles, 2021). Contudo, no Brasil, tem-se no final do século XVIII a chegada da corte portuguesa, o que gerou transformações na formação social, criando uma atmosfera propícia para o aumento das Misericórdias. Tal fato pode ter ocorrido devido à quantidade de portugueses que chegaram e a relevância dessa confraria em Portugal (Meirelles, 2021). Já no século seguinte continua a fundação das Misericórdias. Em 1804 ocorre a fundação da Misericórdia de Itu. No ano seguinte, em 1805, foi fundada em Sorocaba, enquanto que em 1814 fundou-se a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e Santo Amaro. E por fim, em 1816 surge a entidade de São João del Rei.

Foi nessa conjuntura política e social que foi fundada na capital da Província de São Pedro, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que obteve sua confirmação em 29 de maio de 1822 por Dom Pedro I. Conforme Nascimento (2014), há uma relação no desenvolvimento

do espaço urbano e a fundação das Misericórdias no solo brasileiro, pois as estruturas urbanas estavam fundamentadas em três instituições, quais sejam: hospital, capela e cemitério. Assim os irmãos conseguiram materializar em torno da confraria a vivência urbana em sua plenitude, tornando a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre fundamental na paisagem urbana das cidades. Porto Alegre seguiu o mesmo curso das demais cidades brasileiras naquele período e a Santa Casa de Misericórdia angariava de suas obras a vivência da vida urbana.

Contando com o auxílio das pessoas mais influentes da província, logo a Irmandade tornou-se uma das mais importantes para o serviço da caridade. Ressalta-se que não há Relatórios da Provedoria em período anterior ao ano de 1855. Foram analisadas as contas do balanço de receitas e despesas para cada ano, sendo que na Figura 2 apresenta-se a imagem do referido balanço da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de 1855.

**Figura 2 – Balanço de Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de 1855**

BALANÇO da RECEITA E DESPEZA da Santa Casa de Misericórdia, da Cidade de Porto Alegre, no anno compromissal, decorrido do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1855.							
RECEITA.			DESPEZA.				
	DEMONSTRAÇÕES.	PARCIAES.	TOTAL.		DEMONSTRAÇÕES.	PARCIAES.	TOTAL.
Saldo que passou do anno de 1854.... N.º 1			19.168 \$ 230	DESEPEZA ORDINARIA:			
<b>RECEITA ORDINARIA:</b>				Igreja, Coro e Sacristia..... N.º 1	1.349 \$ 113		
Prédios urbanos..... 2	5.151 \$ 90			Sufragios..... 2	590 \$ 180		
Prédios rusticos..... 3	120 \$ 00			Hospital..... 3	10.339 \$ 138		
Juros de Apolices..... 4	460 \$ 000			Administração, Serviço Sanitario e empre- gados..... 4	8.318 \$ 138		
Despachos maritimos..... 5	1.422 \$ 400			Juros de Apolices..... 5	394 \$ 667		
Oblatas..... 6	800 \$ 000			Botica..... 6	6.720 \$ 196		
Enfermos tratados á sua custa..... 7	1.874 \$ 340			Expostos..... 7	19.220 \$ 000	46.931 \$ 402	
Producto de loterias..... 8	2.625 \$ 000			<b>DESPEZA EXTRAORDINARIA:</b>			
Saldos da arrecadação anterior..... 9	11.570 \$ 890	24.024 \$ 599		Obras e concertos de predios..... 8	12.106 \$ 181		
<b>RECEITA EXTRAORDINARIA:</b>				Saldos a favor de diversos..... 9	844 \$ 475		
Legados..... 10	660 \$ 000			Compra de Apolices para a Exposita Maria do Carmo de Santa Anna, com o dote of- ferecido pelos Subditos Portuguezes... 10	654 \$ 660		
Legados pios não cumpridos..... 11	2.998 \$ 000			Construção de Tumulos no Cemiterio... 11	310 \$ 520		
Esmolas..... 12	1.410 \$ 206			Liquidação do legado do finado Padre Igna- cio Soares Vianna..... 12	3.900 \$ 000		
Medicamentos fornecidos ao Hospital Militar 13	1.897 \$ 640			Eventuaes..... 13	403 \$ 733	17.328 \$ 871	
Venda de ambulancias ao Exercito..... 14	679 \$ 220						
Tratamento dos Menores do Ars. de Guerra 15	175 \$ 629						
Curativos das praças da Força Policial... 16	510 \$ 153						
Tratamento dos presos pobres..... 17	61 \$ 880						
Alimentos fornecidos aos Expostos..... 18	950 \$ 967						
Cobrança da divida activa..... 19	1.215 \$ 850						
Indemnisação de supprimentos..... 20	875 \$ 037						
Agio de moedas..... 21	167 \$ 010						
Não classificada..... 22	1.885 \$ 787	13.487 \$ 291		Saldo em Cofre, que passa a conta nova. 14	11.609 \$ 851	11.609 \$ 851	
<b>RENDA COM APLICAÇÃO ESPECIAL:</b>							
Consignação votada pela Assembléa e agios. 23	15.996 \$ 120						
Fóros e laudemios..... 24	31 \$ 775						
Donativos e dotes..... 25	3.162 \$ 000	19.189 \$ 895					
			Rs. ... 75.870 \$ 124				Rs. ... 75.870 \$ 124

Secretaria da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, 31 de Dezembro de 1855.  
O TRESOUREIRO, Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães. O ESCRIVÃO, João Felix da Fonseca Pereira Pinto.

Fonte: Balanço de Receitas e Despesas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de 1855.

A receita ordinária com maior arrecadação foi obtida com prédios urbanos, representando 6,79% da receita total, enfermos tratados à sua custa 2,47 %, despacho marítimo respondia por 1,87% e produtos de loterias contribuíam com 3,45%. No que tange às receitas extraordinárias tem-se os legados pios e legados pios não cumpridos, representando 4,80% da receita total. Em seguida há medicamentos fornecidos ao hospital militar com 2,50% e esmolos

totalizando 1,90% da receita total.

Já a renda com aplicação especial concerne ao valor de consignação votado pela Assembleia e ágios no total 21,08 %, formando a maior receita da Santa Casa de Misericórdia naquele ano. A instituição sempre contou com donativos e privilégios concedidos pelo Estado, sendo que teve como irmãos as pessoas influentes da província, tais como governadores e legisladores. Desse modo, era possível assegurar leis que destinassem donativos para manter assistência aos necessitados, o que contribuiu para a construção do patrimônio.

Conforme Tomaszewski (2014), a influência do Estado se deu em outras Santas Casas de Misericórdia, como por exemplo a Santa Casa de Pelotas que recebeu uma série de privilégios – como a isenção da décima urbana em todos os prédios. Ademais, todas as instituições de caridade contavam com irmãos deputados ou senadores empenhados em defender os interesses das irmandades. Observa-se a ação do Estado em outras Santas Casas de Misericórdias pelo Brasil, como é o caso de Vila Cachoeira na Bahia, onde além das esmolas e joias doadas pelos irmãos, a Irmandade contou com o apoio da Câmara da Vila da Cachoeira no período imperial (Cerqueira, 2019).

As Santas Casas de Misericórdia recebiam legados e heranças de pessoas falecidas que deixavam seus bens para as confrarias. Tais ações contribuíram para o acúmulo de patrimônio de bens móveis e imóveis, sendo que a fundamentação para que as entidades fossem receptoras de tais bens era a fé na salvação da alma por meio da doação material (Sá, 2002). A doutrina do purgatório colaborou para a propagação da expiação dos pecados mediante orações, esmolas em intenção dos parentes mortos. Ou seja, acreditava-se que com essas ações reduzia-se o tempo de pena da pessoa favorecida que estivesse no purgatório por cometimento de pecados veniais. As ordens mendicantes foram propagandistas da crença do purgatório e afirmavam que o testamento era um instrumento de salvação, encorajando a prática entre os fiéis (Rodrigues, 2008).

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre recebia como obra de salvação legados pios, esmolas e doações. Esses bens doados tinham por função promover as obras de caridade em forma de assistência aos menos privilegiados nos tratamentos hospitalares, no cuidado com os expostos, na botica e na construção de túmulos no cemitério. No relatório de despesas de 1855, o hospital representou 13,65%, a botica 8,86% e os expostos 25,31% das despesas totais. Já entre as despesas para manter a estrutura física e os serviços destacam-se os administrativos, sanitários e empregados com 10,96%, e obra de consertos de prédios respondendo por 15,96 %, das despesas totais.

Segundo Silva e Sousa (2017), quando se analisa o balanço de uma entidade tem-se uma representação do seu objeto da Contabilidade, o patrimônio. Entretanto, são as alterações patrimoniais e os desdobramentos dessa riqueza gerada que levaram a Contabilidade a amadurecer como ciência. Isto é, não basta escriturar pois é primordial entender o que a escrituração significa. Para tanto, ao analisar o balanço da Santa Casa de Porto Alegre de 1855, tem-se acesso a escrituração do patrimônio, porém é por meio da ciência contábil que torna-se possível identificar as variações que ocorrem no patrimônio dentro daquele contexto histórico.

A primeira Escola de Pensamento Contábil a surgir foi a Contista. Para essa Escola, a Contabilidade deveria cuidar especialmente do processo de escrituração (Schmidt; Santos, 2006). Ao analisar o balanço de 1855 é possível perceber a influência do sistema de contas através dos registros por meio das partidas dobradas. A Escola Contista iniciou no século XV com a obra de Pacioli e permaneceu quase que inalterada até o século XVIII. Apesar de ser considerado o período de estagnação do pensamento contábil, foi nesse momento que o sistema de partidas dobradas foi consolidado e disseminado por todo o mundo (Schmidt; Santos, 2006).

As contas apresentadas na Figura 2 expressam fatos ocorridos no patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Corrobora-se com a ideia da Escola Contista, onde a conta refere-se a expressão de um fenômeno que ocorreu no patrimônio da instituição por meio das ações dos seus administradores (Favero *et al.*, 1997). A Contabilidade se consolida como ciência a partir do século XX, sendo que o patrimonialismo traz para Contabilidade essa definição da ciência do patrimônio. Definem-se assim os seguintes aspectos: qualitativos, que representam a expressão do nome; quantitativos que concernem a expressão monetária e funcional que é a classificação dentro do patrimônio (Paixão Filho *et al.*, 2015).

Fazendo um paralelo temporal, foi nesse período que um alvará de 18 de outubro de 1806 determinou que todas as Misericórdias se regulassem pelo Compromisso de Lisboa. Dentre as mudanças, as mesas deveriam apresentar as contas à nova direção na presença do provedor e estes eram incumbidos de analisá-las e sugerir medidas administrativas, bem como ponderar sobre quais despesas deveriam ser realizadas. Tudo era registrado, o que restringia a autonomia das Misericórdias, pois as ações assistencialistas eram gerenciadas pelos agentes régios (Sá, 2008).

Portanto, tem-se as Escolas de Pensamento Contábil como fundamento teórico para a análise. Assim, contempla-se a avaliação das principais contas de receitas que formavam o patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, a fim de evidenciar o valor e a funcionalidade do patrimônio dentro dos Relatórios da Provedoria.

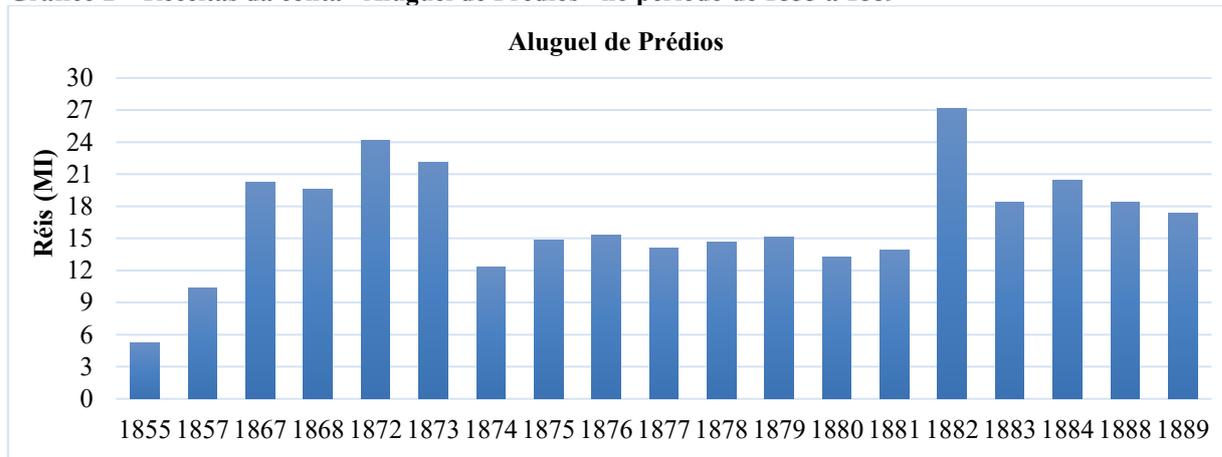
#### 4.1 PRINCIPAIS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Os balanços de receitas e despesas da Santa Casa durante o período analisado (1855-1889) são representados nominalmente na demonstração contábil, expressando os valores monetários e subdivididos em seções como sendo ordinária ou extraordinária. A formação do patrimônio para a manutenção de entidades benfeitoras era oriunda de doações. Estes recursos deveriam ser administrados de forma a garantir a realização das atividades fins. Dentre os legados podiam constar imóveis, escravos, terras, objetos, dinheiro e outros. Conquanto, os legados após estarem na posse da Irmandade poderiam ser vendidos, arrendados, alugados, e o capital também poderia ser convertido em apólices de dívida pública (Weber, 1997).

No Relatório da Provedoria da Santa Casa de Porto Alegre de 1867, o irmão escrivão da mesa, Manoel de Oliveira Paes, mencionou que os prédios são a principal fonte de receita da Santa Casa: “Esta foi a principal receita do nosso Pio Estabelecimento, teve um aumento em razão de alguns prédios estarem alugados por muito módico preço e julguei necessário elevar o aluguel d’aquelles que estavam nesse caso, a fim de poder” (RPSCPA de 1867, f.18-19).

Esses imóveis eram alugados gerando receita para a Santa Casa. Entretanto, os imóveis alugados acarretavam deterioração por parte dos inquilinos ou por ação do tempo. Para sanar as despesas com reparos, no ano de 1867 houve aumento no valor do aluguel. Ao analisar os relatórios constata-se que com o passar dos anos foi observando-se mudanças em relação à política de manutenção do patrimônio. Dessa forma, apresenta-se o Gráfico 2 concernente a conta “Aluguel de Prédios”, no qual observa-se que esta representa considerável fonte de receita para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

**Gráfico 2 – Receitas da conta "Aluguel de Prédios" no período de 1855 a 1889**



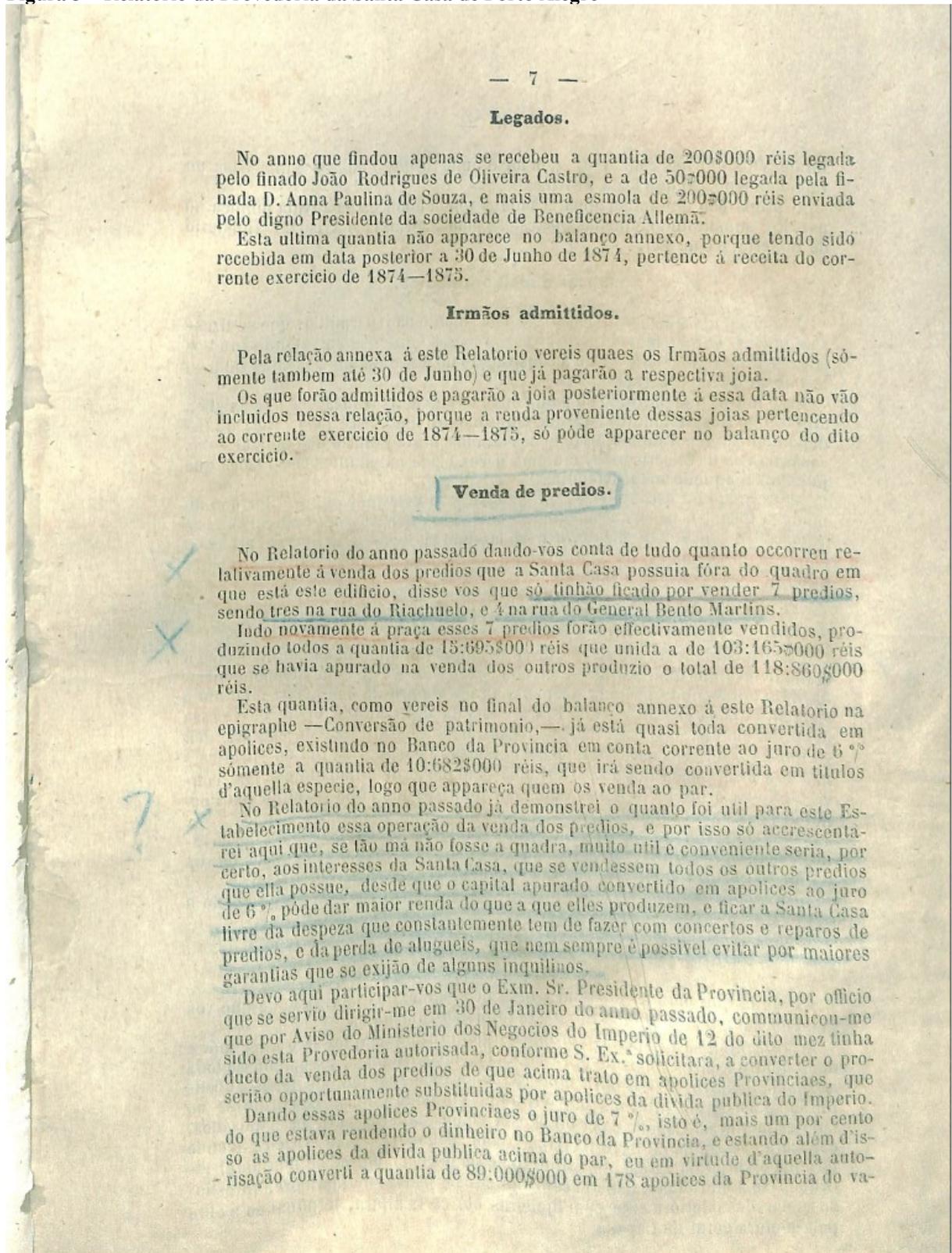
Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

A receitas com “Aluguéis de Prédios” foram uma importante fonte recursos. Assim, considerando os valores da conta e comparando com a receita total tem-se que os anos de 1867 e 1868, 1872 a 1879, 1883 e 1888, representaram mais de 20% do capital de cada ano. O destaque é dado para o ano de 1872, onde o valor de receitas com aluguéis totalizou 24:124\$160 réis, o que representou 31,54 % da receita total daquele ano.

A Santa Casa possuía uma significativa quantidade de imóveis, denominada no Relatório da Provedoria como “Prédios”, que arrecadava receita para a manutenção das suas atividades. No Relatório da Provedoria de 1883, por exemplo, é apresentada uma lista dos prédios pertencentes a Santa Casa, na qual consta a rua, a quantidade de prédios, o nome dos inquilinos e o valor mensal de aluguel. Somente na rua Misericórdia haviam 14 prédios, na rua Independência 12 imóveis, no Campo do Bonfim totalizava-se 10 prédios e haviam mais dois na Travessa do Paysandu.

Com o passar dos anos, se observa mudanças em relação à política de manutenção do patrimônio. No Relatório da Provedoria de 1874 descreve-se a venda dos prédios pertencentes à Santa Casa e o quanto foi útil a operação efetuada. A receita arrecadada com a comercialização passou a ser empregada em apólices provinciais e que, oportunamente, eram transformadas em apólices da dívida pública do Império. A Figura 3 destaca a página do Relatório da Provedoria que trata do referido tema.

Figura 3 – Relatório da Provedoria da Santa Casa de Porto Alegre



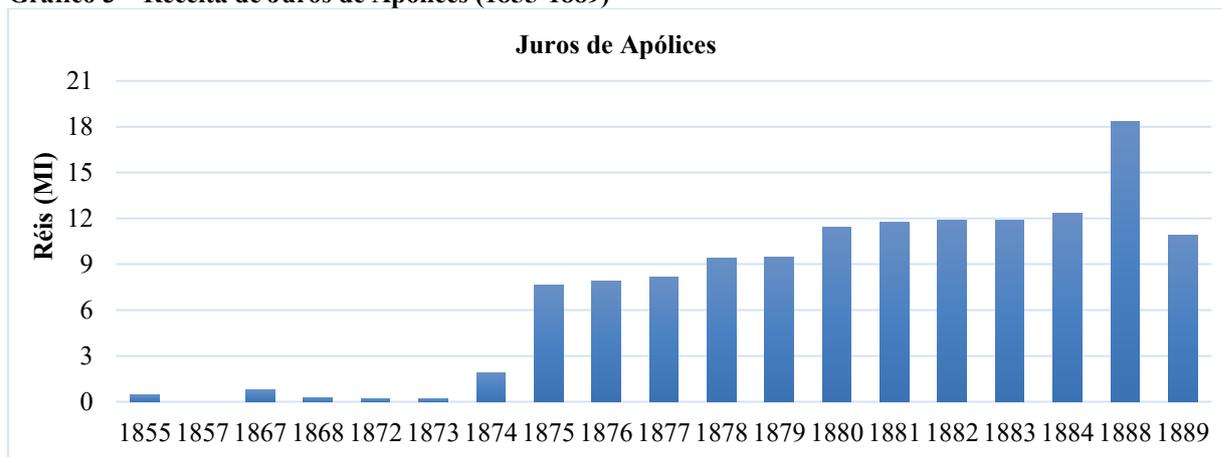
Fonte: Relatório da Provedoria da Santa Casa de Porto Alegre (1874, fl.7).

A prática de doar bens para a Santa Casa aumentou o Patrimônio das instituições, pois havia interesse do Governo em acompanhar a gestão dos bens e as decisões administrativas (Sá,

2008). Então em 18 outubro de 1806, o alvará determinava que as Misericórdias fossem todas reguladas pelo *Compromisso da Lisboa*, e que a prestação de contas ocorresse na presença do provedor da Comarca – seja um corregedor ou juiz que realizariam as análises das prestações de contas e proporião medidas administrativas que julgassem necessárias (Sá, 2008). Desse modo, tem-se a lei de desamortização do patrimônio, a qual determina que todo patrimônio que não fosse utilizado para as atividades do pio deveria ser vendido e convertido em títulos da dívida pública. Outra medida exigida pela lei foi o inventário dos prédios rústicos e urbanos (Sá, 2008).

A realização da conversão do patrimônio era comum na venda de “Prédios”. O dinheiro arrecadado era convertido em compra de apólices da dívida pública, uma fonte de receita rentável para a Irmandade. As apólices que foram compradas geravam receita de juros, conforme demonstrado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Receita de Juros de Apólices (1855-1889)**



Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

Na análise das receitas provenientes desses juros de apólices observou-se um crescimento a partir do ano de 1874, quando a política patrimonial da Santa Casa mudou em relação à conservação dos bens imóveis, adotando a lei de desamortização.

A conta de receita “Juros de Apólices” inicialmente não é expressiva para a formação do patrimônio. Conforme observa-se, a partir de 1874 é que ocorre a maximização nessa receita. No ano de 1873 a receita correspondia a 210\$000 réis, passando para 1:920\$000, correspondendo a 814 % de crescimento. Tal receita continuou se intensificando ao longo dos anos seguintes. Assim, em 1888 a receita de juros correspondia a 18:359\$950 réis, o que não

se manteve posteriormente, quando ocorreu o último ano do Governo Imperial Brasileiro e o início da República.

A conversão do patrimônio mostrava-se vantajosa financeiramente, pois a receita do “Aluguel de Prédios” era sujeita a décima urbana, prêmio de seguro, despesas com manutenção de reparos e consertos, sem falar dos inquilinos não pagadores. Nos Relatórios da Provedoria é notória a venda desse patrimônio sob a justificativa de maior rentabilidade com os juros, sendo que estes não estariam sujeitos às intempéries da depreciação.

Desse modo, ao comprar apólices da dívida pública os juros correspondiam a 6 % ao ano. Essa vantagem, por exemplo é exposta no balanço de receita e despesas da Santa Casa no ano de 1873. Conforme o provedor, o valor arrecadado com a comercialização dos imóveis para adquirir apólices da dívida pública foi de 103:165\$000 réis, referente a venda de 14 prédios e um terreno – que rendiam anualmente de aluguel o valor de 5:520\$000 réis, enquanto a quantia aplicada renderia de juros 6:180\$000 réis. Comparando a receita de aluguéis com a de juros, o acréscimo é de 660\$000 réis por ano.

Uma característica da Escola Controlista é a distinção entre administração geral e econômica. A administração econômica refere-se a gestão do patrimônio para gerar mais riquezas para a empresa (Schmidt; Santos, 2006). Desse modo, tem-se a maximização de receitas da Santa Casa de Misericórdia por meio de investimentos com a transformação de prédios em apólices da dívida pública. E, por conseguinte, há a elevação da receita através da gestão do patrimônio.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre passou a investir o capital das vendas de seus bens imóveis em apólices, pois a receita de juros se mostrava mais vantajosa que as receitas de aluguéis. Um argumento utilizado para incentivar a venda dos prédios do estabelecimento pio é a vantagem de aumento de receita. No relatório de 1888 apresentado pelo provedor Joaquim Pedro Salgado destaca-se a conveniência para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a venda de todos os prédios e do terreno que se localizavam entre as ruas Independência, Conceição e Campo da Redenção. Isso ocorria para transformar o capital em apólices a fim de obter maiores rendimentos com juros, obtendo assim uma renda sem nenhum ônus.

Outra receita importante para a Misericórdia foi a receita de Contribuição ou Imposto Marítimo. Em 11 de janeiro de 1838 foi decretado pelo Presidente da Província o pagamento de contribuições marítimas à Santa Casa de Misericórdia sobre as embarcações e marinheiros, seguindo o modelo que já havia sido implementado na Corte pela repartição alfandegária. Este imposto era uma contribuição direta concedida à Misericórdia como um privilégio

(Tomaschewski, 2014). A contribuição marítima na Santa Casa de Porto Alegre sempre perfaz mais de 1% da receita total de cada ano, de maneira constante.

A cidade de Porto Alegre destaca-se por sua localização geográfica que garante um fácil acesso fluvial ao seu porto. Por conta desse fato, tornou-se uma rota de passagem para pessoas de variados perfis – comerciantes, militares, marinheiros e outros (Silva, 2014). Certamente o fluxo de pessoas e a intensa atividade portuária propiciou uma constância na arrecadação da receita marítima, como pode-se observar na Tabela 2.

**Tabela 2 – Receitas de Contribuição Marítima (1855-1889)**

Anos	Contribuição/ Imposto Marítimo	% Sobre a Receita Total
1855	1.422.460	1,87
1857	1.492.440	1,44
1867	2.003.850	2,40
1868	2.284.910	2,64
1872	1.594.107	2,08
1873	1.633.370	1,58
1874	1.281.450	2,72
1875	2.278.550	3,40
1876	1.637.940	2,56
1877	1.388.580	1,75
1878	3.536.890	5,05
1879	3.450.230	5,13
1880	3.380.090	3,12
1881	3.225.035	1,28
1882	5.745.300	2,00
1883	3.926.660	5,16
1884	3.386.420	4,43
1888	2.819.260	2,68

Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

A receita de contribuição marítima representa um valor significativo para a Irmandade na receita total anual. Entre os anos de 1878 e 1884 as receitas superaram os três contos de réis. Nesse período, o desenvolvimento da cidade impulsionou o acúmulo de capital com a comercialização de produtos da zona colonial. A cidade de Porto Alegre tornou-se um importante polo de contato com o centro do país e possibilitava a exportação de produtos agrícolas (Weber, 1992). Assim, o aumento do fluxo de pessoas e a comercialização de produtos beneficiou a Santa Casa de Misericórdia a partir da maximização da receita marítima.

No ano de 1883 o valor da receita chegou a atingir 5,16 % do valor da receita total, seguido por 1879, cuja proporção corresponde a 5,13% e 1873 representando 5,05 % da receita total. As receitas marítimas eram repassadas para a Santa Casa de Misericórdia com regularidade pelo Estado. A classificação para fins de demonstração contábil a enquadrava como receita ordinária, o que se manteve por todo o período analisado.

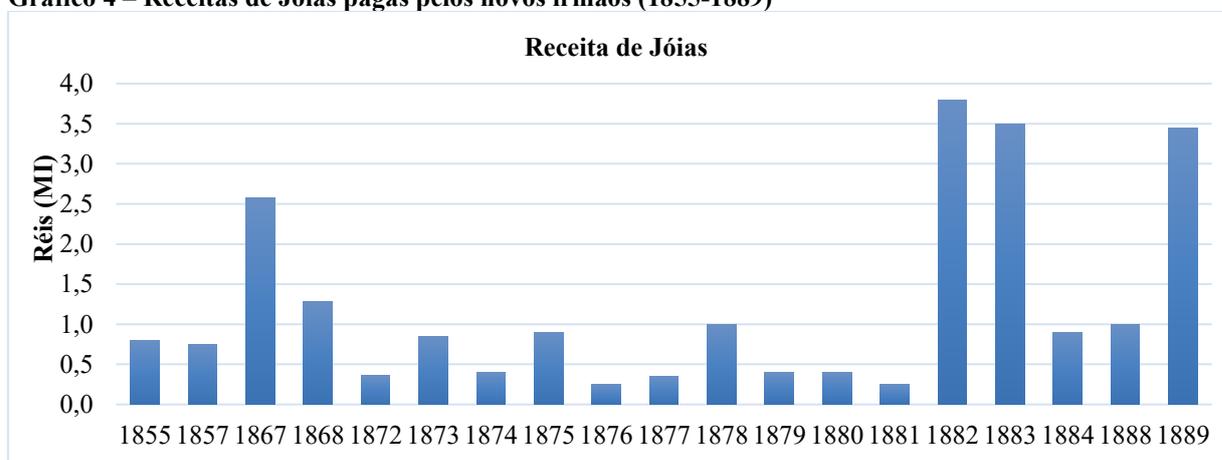
Entretanto, o processo de registro sofreu alterações quanto a nomenclatura utilizada para designar a receita marítima em 1855 e 1857 (despacho marítimo), em 1867 e 1868 (contribuição marítima), de 1872 a 1877 (imposto marítimo) e nos anos de 1878 a 1884 e 1888 a 1889 (contribuição marítima). Quando a Contabilidade se consolidou como ciência uma das questões centrais dos primeiros teóricos consistiu em colocar em seu cerne o processo de escrituração por meios de técnicas de registros através de um sistema de contas baseado na evidenciação dos saldos das contas. O registro das contas da Santa Casa de Misericórdia não seguiu um padrão na forma, escrita conforme evidenciado. Porém essa falta de padronização não interfere no entendimento da composição do patrimônio.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre sempre teve sob seu comando os homens mais influentes e poderosos da província. Para ser admitido como irmão, o candidato deveria cumprir determinados requisitos étnicos, sociais e o pagamento de uma “Joia” no valor de 50.000 réis – que era direcionado para o hospital como esmola (Nascimento, 2014).

No ano de 1867 a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre editou o seu próprio Compromisso, onde reduziu a lista de exigências para o ingresso de novos irmãos. Isso pode ter incentivado a candidatura de novos irmãos que possivelmente por temor de terem seus pedidos de candidatura recusados com base nos antigos Compromissos não tinham se candidatado anteriormente (Tomaschewski, 2014).

Desse modo, o Relatório da Provedoria de 1867 informou que no triênio de 1865 a 1867 foram admitidos 63 novos irmãos. Tal fato elevou a receita de Joia para aquele ano no valor de 2.570.000 réis, o que representou 3,08% das receitas totais do período. O Gráfico 4 demonstra os valores arrecadados de Receitas de Joias pagas pelos novos irmãos.

**Gráfico 4 – Receitas de Joias pagas pelos novos irmãos (1855-1889)**



Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

O crescimento na Receita de Joias se manteve no ano de 1868 no valor de 1.280.000 réis, representando 1,48% da receita anual. Nos demais períodos os registros de receitas foram constantes e menos expressivos, mas continuavam a contar com a incidência de Receita de Joias. Em 1882, 1883 e 1889 novamente houve um salto na receita, que totalizou 3:800\$000, 3:500\$000 e 3:450\$000 réis, respectivamente

Os Relatórios Anuais da Provedoria além das demonstrações contábeis, trazem informações de cunho gerencial. O irmão provedor registrava informações relacionadas à gestão da aplicação do patrimônio, demonstrando aos membros da Irmandade e ao Governo a administração dos recursos e a destinação de cada receita. Essa forma de gestão da informação voltada para os usuários internos e externos tem sua base na **Escola Controlista**, visando o controle eficaz da administração do patrimônio.

Desse modo, ao realizar os registros nos relatórios pode-se observar que o Irmão Provedor descreve no período de 1875, fl.8, a quantidade de 18 irmãos admitidos, o que correspondeu a importância de “joia” de 900\$000 réis. Logo, de posse dessas informações os usuários podem controlar o patrimônio, a origem e a destinação dos recursos.

Outra importante fonte de recurso para a Santa Casa de Misericórdia foram os legados. Estes consistiam na disponibilização de bens ou serviços com o objetivo da busca da salvação por pessoas ricas ou remediadas. Assim, a Irmandade se tornava gestora e cumpridora dos legados, que passaram a constituir expressiva parcela do patrimônio das Santas Casas. Tal recebimento de bens era direcionado sobretudo para as despesas com a capela, mas os rendimentos auferidos também acabavam sendo utilizados em outras atividades da instituição (Machado, 2023). A receita total desde 1855 a 1889 no que tange a “Legados Pios” destinados à Santa Casa de Misericórdia contemplou a quantia de 83:441\$060 de réis.

No ano de 1877 a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre recebeu 20:000\$000 réis enquanto legado recebido de testamento de Domingos Barbosa Brito, falecido em Portugal. Esse montante correspondeu a 25,17% da Receita Total. Em 1880 a “Receita de Legados” respondeu por 28,30% da Receita Total, cuja origem deve-se a doação por Francisco Luiz Corrêa (500\$000), Joaquim Gonçalves Bastos (200\$000) e pelo Visconde de Rio Grande em 30 apólices da dívida pública na quantia de 30:000\$000. Em 1882, a Receita de Legados representou 3,72% da Receita Total.

Destaca-se que nos anos de 1875, 1879 e 1884 não existem informações da conta legado. Com relação a escrituração contábil verificam-se variações na nomenclatura e na maneira de tratar determinadas contas, alterando por vezes a exposição no balanço. Tais informações

podem ser exemplificadas nas Figuras 4 e 5:

Figura 4 – Balanço de Receitas da Santa Casa de Porto Alegre em 1873

N. 7. — BALANÇO da receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia, do 1.º de Dezembro de 1872 a 30 de Novembro de 1873.				
RECEITA	DESEZA			
Saldo do anno anterior: Em dinheiro . . . . .	3-412\$124	Vencimentos dos empregados, medico, capellão, boticario, sacristão, capataz, cosinheiro, serventes, etc., constant do quadro A . . . . .	19-728\$724	
Alugueis de predios . . . . .	22-153\$420	Despendido com o enterro do fallecido José Leal de Azevedo . . . . .	162\$000	
Imposto marítimo . . . . .	1-333\$370	Imposto sobre a botica, do exercicio de 1862 a 1863 . . . . .	38\$500	
Juros de irmãos novos . . . . .	850\$000	Calçado, feitos e engomados de roupa, meia duzia de cadeiras, cal e diversos outras miudezas . . . . .	519\$420	
Juros de apolices . . . . .	210\$000	Drogas, bixas e outros objectos para a botica . . . . .	648\$250	
Recibido do cofre do cemiterio pelas comedorias suppridas pela Santa Casa nos bolseiras da cocheira, pelo capim que fornece aos animas da mesma e pelo jornal de um preto da Santa Casa ao serviço do mesmo cemiterio . . . . .	1-228\$000	Drogas compradas no anno de 1872 idem . . . . .	353\$020	
Diuitas pagas por enfermos particulares . . . . .	4-654\$160	Milha para encher colchões e travesseiros . . . . .	53\$000	
Medicamentos, mortallas e roupas pagas pelos mesmos . . . . .	656\$000	Vazilhame para o serviço . . . . .	338\$455	
Alimentos suppridos pela Santa Casa aos expostos existentes na casa da roda . . . . .	826\$000	Ferragens, tintas e varios concertos . . . . .	376\$000	
Legado recebido do testamenteiro do finado Eloy Rodrigues Machado . . . . .	100\$000	Expediente . . . . .	201\$760	
Escola recebida da Exm.ª Sra. D. Joquina Marcolina da Camara Nery, viuva do coronel Philippe H. de Oliveira Nery . . . . .	535\$650	2 lampões . . . . .	89\$000	
Idem da Sociedade de Beneficencia Allema . . . . .	200\$000	Generos alimenticios, lenha e carvão @ anno de 1872 até Setembro de 1873 . . . . .	7-619\$337	
Emolumentos de certidões . . . . .	79\$200	Carne de Setembro de 1872 a Setembro de 1873 . . . . .	4-345\$570	
RENTA COM APLICAÇÃO ESPECIAL		Pão idem idem . . . . .	4-384\$446	
Subvenção recebida do cofre provincial de Novembro de 1872 até Outubro de 1873 para criação dos expostos, tratamento e curativo das pruzas da policia, menores do Arsenal de Guerra, presos pobres e auxilio do cemiterio . . . . .	25-800\$000	Fazendas compradas a Antonio Ribeiro da Silva Filho em 1872 . . . . .	182\$750	
Diaria dos menores do Arsenal de Guerra de Julho de 1872 a Outubro de 1873 . . . . .	1-029\$500	Idem idem a Kahn & Duval, idem . . . . .	150\$000	
Rapaz das praças de policia de Setembro de 1872 a Agosto de 1873 . . . . .	634\$220	Idem idem a Paradedá & Filhos, idem . . . . .	763\$050	
Laudemios dos terrenos dos expostos . . . . .	422\$500	Idem idem aos mesmos em 1873 . . . . .	172\$700	
Fóros dos mesmos . . . . .	420\$110	Idem a Antero H. da Silva & C.ª, idem . . . . .	1-137\$650	
RENTA DA CAPELLA		Idem a Machado & C.ª, idem . . . . .	122\$470	
Escolas encontradas nas caixilhas . . . . .	346\$150	Lavagem de roupa . . . . .	606\$533	
Encomendação de D. Anna Maria de Sousa . . . . .	31\$100	Emissão d'agua . . . . .	180\$000	
DITA COM APLICAÇÃO ESPECIAL		Impressão do Relatório de 1872 . . . . .	200\$000	
Escolas obtidas para as obras que se estão fazendo na igreja . . . . .	4-505\$810	Idem idem de 1873 . . . . .	100\$000	
NÃO CLASSIFICADA		Caixilhas com trezões de arame para juchellas . . . . .	353\$900	
Sobras encontradas no cofre em Dezembro de 1872 . . . . .	158\$08	Luzes para o passeio junto ao muro de seguimento da rua dos Andradas . . . . .	169\$200	
Descontos obtidos nos pagamentos de fazendas compradas a Antero H. da Silva & C.ª . . . . .	107\$520	Objectos de ferro e concertos . . . . .	204\$140	
Idem feitas nas gratificações de empregados . . . . .	65\$06	Tapas de lena e outras miudezas em 1872 . . . . .	38\$600	
Recibido do administrador pelos saldos de sua conta de receita e despeza . . . . .	148\$963	Concerto de fogos da cozinha . . . . .	165\$000	
		Calafetos nas enfermarias . . . . .	269\$820	
		DESPESAS DA CAPELLA		
		Diversas despezas miudas feitas em 1872 . . . . .	151\$280	
		Festividade do 1.º de Janeiro de 1873 . . . . .	78\$040	
		Processão de Passos de 1873 . . . . .	403\$940	
		Cera e lampões . . . . .	158\$550	
		DESPESAS DA MESMA CAPELLA		
		Despendido com a obra que se está fazendo . . . . .	4-505\$810	
		DESPESAS DE PREDIOS		
		Concertos feitos no anno de 1872 . . . . .	100\$000	
		Idem . . . . .	1-023\$050	
		Publicação de editaes para venda de predios . . . . .	236\$800	
		Custas pela arrematação dos mesmos . . . . .	44\$250	
		Decima urbana no exercicio de 1872 a 1873 . . . . .	1-324\$320	
		DESPESA ESPECIAL		
		Entrega ao thesoureiro dos expostos . . . . .	15-000\$000	
		Entrega a caixa do cemiterio por conta da subvenção provincial . . . . .	1-250\$000	
		Idem a tres expostas que se casarão . . . . .	500\$000	
		EMENDICAÇÃO		
		Entrega ao cofre de empenção por remissão do emprestimo feito a Santa Casa no anno de 1872 . . . . .	700\$000	
		Importancia do deposito feito em 1872 que foi despendido com concertos na subida do cemiterio . . . . .	134\$080	
		Saldo em dinheiro disponível . . . . .	487\$555	
			70-153\$027	
Conversão do Patrimonio		Importancia retirada do Banco da Provincia para comprar 7 apolices da divida publica . . . . .		2-400\$000
Importancia apurada na venda de 14 predios e 1 terreno desta Santa Casa, cuja quantia foi recolhida ao Banco da Provincia . . . . .	103-165\$000	Idem para pagar ao proprietario das mesmas o juro vencido de Julho a Outubro proximo findo . . . . .	48\$000	
		Saldo conforme a cadereta . . . . .	100-717\$000	
			103-165\$000	
Secretaria da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, 1.º de Dezembro de 1873.		O escrivão da mesa, SEBASTIÃO CORTESÃO DA SILVA.		

Fonte: Balanço de Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1873).

Figura 5 – Balanço de Receita da Santa Casa de Porto Alegre em 1876

N. 11.

**BALANÇO da receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia do 1º de Julho de 1875 á 30 de Junho de 1876.**

RECEITA.		DESPESA.	
Saldo do balanço anterior	1.961.828	DESPESAS GERAES.	
<b>RENDAS DIVERSAS.</b>		Importancia despendida com os vencimentos dos empregados, medicos, capellão, sacristão, boticario, capataz, cosinheiros, serventes etc.	18.794.800
Importancia de alugueis dos predios.	15.292.932	Idem, idem generos alimenticios, carne e pão pagos aos fornecedores e despezas miudas pagas ao administrador.	15.029.265
Idem de juros de applicoes.	7.928.000	Idem, idem com drogas e albugeis de bixas	1.333.820
Idem de dietas, medicamentos e mortallas cobradas de enfermos particulares.	2.073.830	Idem, idem com a lavagem da roupa do hospital	760.824
Idem do imposto maritimo.	1.357.890	Idem, idem com a obra da nova cozinha	4.293.770
Idem recibida da repartiçao do cemiterio pelo capim fornecido aos animaes da cocheira	88.800	Idem, idem com a compra de fazendas	5.048.025
Idem da repartiçao dos expostos proveniente de alimentos suppridos pela Santa Casa aos existentes na casa da rede	977.830	Idem, idem em concerto nos pedios	4.038.100
Idem de joia de irmaos	250.800	Idem, idem ditos na Santa Casa	4.783.730
Idem de juros das quantias recolhidas no banco da provincia em c/c	188.880	Idem, idem com caçiao idem	3.083.000
Idem de emolumentos de certidões.	157.800	Idem, idem uma banheira de zinco	3.258.700
<b>ESMOLAS.</b>		Idem, idem com as latrinas idem	37.085.12
Importancia offerecida pela Sociedade de Beneficencia Allemã	4.038.000	Idem, idem com o fogio idem	3.429.220
Idem, idem por Antonio Marques Alfama	2.038.000	Idem, idem uma rampa junto ao portão de ferro	7.498.000
<b>LEGADOS.</b>		Idem, idem 10 cubos de madeira.	7.000
Importancia recibida do testamento do finado barão de Saican	5.008.000	Idem, idem uma banheira de zinco	61.800
Idem, idem de Luiz Pereira da Silva	4.008.000	Idem, idem 33 ornatos	68.840
Idem, idem de Bernardo de Oliveira Porto.	2.008.000	Idem, idem diversas vasilhas	70.500
Idem, idem de D. Maria Dolores Vianna	1.008.000	Idem, idem um caixão funebre	25.000
Idem, idem de D. Mariana Joaquina Gonçalves	2.008.000	Idem, idem 50 colchoes e 50 travesseiros	300.000
<b>EMPRESTIMOS.</b>		Idem, idem 1 mangueira para apagar incendios	55.000
Importancia de uma letra descontada no banco da provincia.	2.008.000	Idem, idem diversas costuras	1.587.730
<b>RENDA DA CAPELLA.</b>		Idem, idem de varios objectos	114.500
Importancia de esmolas encontradas nas caixinhas que estão na igreja	228.710	Idem, idem editaes e annuncijs	10.830
Idem, cobradas de dois enterros	289.000	Idem, idem de livros para a escripturaçao	33.400
<b>DIVIDA ACTIVA.</b>		Idem, idem de mappa, popeletas, pedios diarios etc.	11.689.00
Importancia recibida de devedores de exercicios findos	558.000	Idem, de emissão d'agua	3.655.00
<b>RENDA EXTRAORDINARIA.</b>		Idem, da impressao do relatório de 1875	25.000
Importancia recibida de diversas proveniencias	38.850	Idem, de emolumentos de uma certidão dos legados deixados á Santa Casa	250.000
<b>RENDA COM applicação ESPECIAL.</b>		Idem, do retrato do benefactor Francisco Silveira dos Santos	130.000
Subvençao do cofre provincial.	34.008.000	Idem, dito do conego Thome Luiz de Sousa, composura	43.000
Diaria dos menores do arsenal de guerra	628.000	Idem, do officio pelo benefactor Francisco Silveira dos Santos.	1.208.350
Esqpa das pracas da força policial	381.170	Idem, dito pelos irmaos fallecidos	112.750
Indemnisaçao.	108.880	Idem, de missas do setimo dia pelos mesmos	408.000
Laudemios de terrenos	108.000	Idem, do enterro do irmao Manoel Francisco Moreira	62.000
Fores de ditos	1.208.000	Idem, de festividade do 1º de Janeiro	1.288.850
Deficit suprido pela caixa do exercicio de 1875-1877	1.138.813	Idem, de dita da 5ª feira Santa	216.000
		46.241.880	
		<b>EMPRESTIMO.</b>	
		Importancia entregue por conta da letra de 2.008.000 rs.	1.008.000
		<b>DESPESA DA CAPELLA.</b>	
		Importancia do azeite, kerosene e outras miudezas	211.850
		<b>DIVIDA PASSIVA.</b>	
		Importancia paga por objectos comprados para o expediente no exercicio de 1874-1876	60.000
		Idem idem na alfandega pelo imposto sobre a botica no exercicio de 1860-1861	548.250
		Idem idem pela anula imposta á Santa Casa por falta de registro de terras no districto da Aldeia no exercicio de 1860-1867	45.850
		<b>DESPESA ESPECIAL.</b>	
		Importancia entregue ao thesoureiro dos expostos para pagar as despezas da mesma repartiçao.	14.303.250
		Idem despendida com o emovel de casamento de uma exposta	308.000
		Idem entregue á repartiçao do cemiterio pelo deficit da conta de receita e despesa	1.812.335
			16.415.604
			Rs. .... 64.028.800
<b>CONVERSAO DO PATRIMONIO.</b>			
Saldo do balanço anterior	4.682.000	Importancia retirada do banco da provincia para comprar 4 apolicoes da divida publica.	2.400.000
		Saldo em c/c no banco da provincia	2.282.000
			Rs. .... 4.682.000

Secretaria da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre 5 de Outubro de 1876

O Escrição da Mesa,  
Sebastião Coutinho da Silva.

Fonte: Balanço de Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1876).

Nos balanços de 1873 e 1876 observa-se a falta de padronização da informação contábil, o que contrasta com os princípios da **Escola Norte-Americana**. Conforme indicado por Schmidt e Santos (2006), quanto mais qualificada e padronizada for a informação contábil, mais assertiva será a gestão do patrimônio.

De acordo com Machado (2023), as Santas Casas de Misericórdia foram beneficiadas por numerosos Legados Pios, presentes em testamentos e inventários tanto no Reino quanto no ultramar. Não apenas a camada social mais abastada contribuía com esses Legados Pios; a crença no paraíso era profundamente enraizada na sociedade da época. Assim, mesmo os mais pobres, ao receberem auxílio por meio das obras de caridade da Santa Casa, também realizavam doações em bens ou serviços em busca da salvação de suas almas.

Apesar das diversas fontes de receita, as funções assistenciais atribuídas pelo Estado à Santa Casa continuavam a aumentar. Uma das fontes que contribuía para a suplementação de receitas eram as loterias. Essas doações podiam ocorrer diretamente do tesoureiro das loterias

ou por meio de doações individuais de pessoas contempladas com o prêmio, que destinavam parte dele em benefício dos expostos (Tomaschewski, 2014). Embora a receita das loterias não fosse constante, desempenhava um papel significativo na composição do patrimônio, conforme observa-se na Tabela 3.

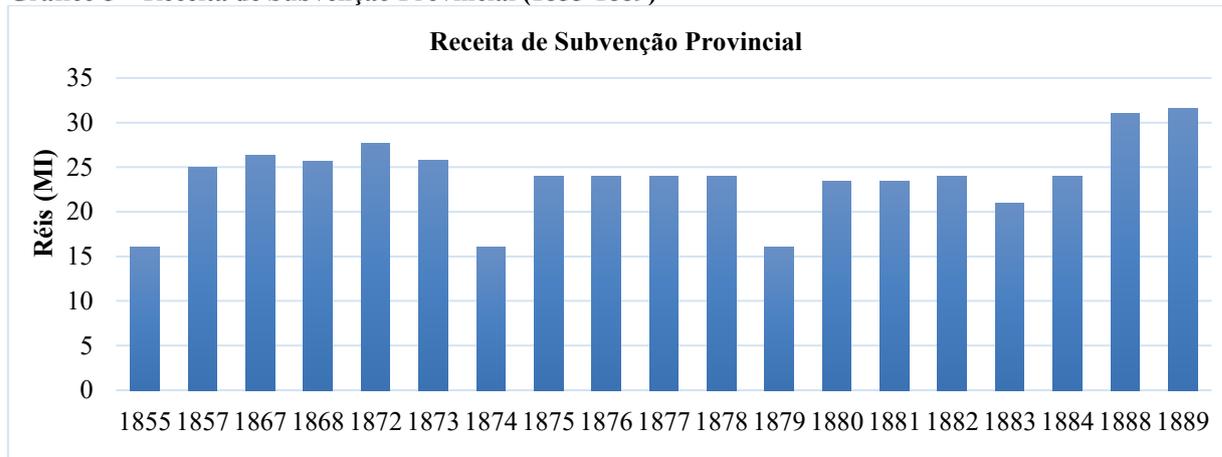
**Tabela 3 – Receitas de Loterias (1855-1889)**

Ano	Valor em réis	% Sobre a Rec. Total Anual	Ano	Valor em réis	% Sobre a Rec. Total
1855	2:625\$000	3,46	1875	6:000\$000	8,95
1856	2:625\$000	2,53	1879	12:000\$000	11,85
1868	2:250\$000	2,60	1880	30\$000	0,03
1874	3:000\$000	6,37	1888	7:200\$000	6,85

Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

No ano de 1879, a Receita de Loteria representou 17,85% da receita total. Esse valor expressivo foi resultado de uma loteria concedida pela Assembleia Legislativa Provincial para a criação dos Expostos e outros encargos, conforme relatado nos Relatórios da Provedoria daquele ano. No entanto, é importante notar que essa verba foi destinada a compensar a diminuição no repasse da receita de Subvenção Provincial.

Dos valores recebidos em 1880, destaca-se a quantia de 30\$000 réis proveniente do portador de um bilhete premiado, evidenciando a prática comum de pessoas individuais doarem parte de seus prêmios. Conforme observado por Franco (2011), a concessão de loterias para as Misericórdias seguiu o modelo adotado em Lisboa, onde as loterias eram utilizadas para custear despesas hospitalares. No entanto, as loterias não foram a única forma de financiamento direto do Governo para a Santa Casa de Misericórdia. A receita de Subvenção Provincial, oriunda do Estado e sujeita à aprovação anual na Assembleia Provincial, também desempenhou um papel significativo. Como demonstrado no Gráfico 5, tal subvenção correspondia a uma parte substancial da receita anual da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

**Gráfico 5 – Receita de Subvenção Provincial (1855-1889)**

Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

Durante o período de análise de nove anos, a receita de Subvenção representou mais de 30% das receitas totais. Em 1872, essa receita totalizou 27.650\$000 de réis. A partir de 1875, a assembleia passou a aprovar anualmente o valor de 24.000\$000 de réis. No entanto, em 1879 houve uma queda significativa no valor da receita, que diminuiu para 15.990\$970 de réis, resultando em uma redução de 10,46% em relação ao ano anterior. Conquanto, no ano seguinte, constatou-se um aumento, que se manteve até 1889, ao final do período analisado.

O orçamento aprovado nas assembleias era administrado pelo Presidente da Província com base nas informações disponíveis sobre os estabelecimentos pios. Era comum que o presidente sugerisse, em seus relatórios, como conceder a subvenção da província para tais organizações (Tomaschewski, 2014). Para uma gestão eficaz reconhece-se que é essencial dispor de um conjunto de informações contábeis que representem a evolução e a modificação patrimonial. Isso se mostrou especialmente relevante para a Santa Casa, pois sem tais informações não seria possível atender adequadamente aos expostos, cujo cuidado demandava altos gastos.

A capela dedicada ao Senhor dos Passos, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, recebia esmolas deixadas na caixinha. No relatório do provedor Joaquim Pedro Salgado de 1888, a capela da Santa Casa é descrita como um dos templos mais limpos, organizados e decorados com gosto refinado. Há indicativos no documento de que durante as celebrações a orquestra da Catedral era substituída pela música do coro de São José, o que não prejudicou o esplendor das festividades. Essa substituição tinha como objetivo economizar recursos.

A partir do balanço de 1873 a 1875 incide uma conta denominada "Esmola para a obra da Capela", que somou a quantia de 8.035\$820 réis ao longo desses três anos. Parte da receita

das loterias também foi destinada à reforma da capela. O provedor demonstrava um cuidado especial em apresentar a modificação e a evolução das contas relacionadas a essa obra.

Ao analisar as contas em instituições filantrópicas, o foco não está na gestão da riqueza, mas sim na maneira a partir da qual os recursos estão sendo administrados para alcançar a função social a qual a instituição se propôs. Os recursos obtidos por esses estabelecimentos, conhecidos como estabelecimentos pios, provêm de doações e, muitas vezes, oferecem uma solução para necessidades assistenciais que o Estado não consegue prover. A Contabilidade proporciona ferramentas que auxiliam na geração de informações para que a finalidade das entidades seja alcançada. Assim, tendo em vista que a Contabilidade é uma ciência social, torna-se possível por meio dos registros contábeis demonstrar as mudanças sociais (Santos *et al.*, 2007).

Para compreender como os registros contábeis podem demonstrar as mudanças sociais ocorridas, pode-se observar um exemplo no Balanço de Receitas e Despesas da Santa Casa. Em 1873 verifica-se a entrada de uma esmola recebida da Sociedade Beneficência Alemã no valor de 200\$000 réis. Inicialmente, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre comprometeu-se a atender apenas pessoas pobres em seu hospital, excluindo escravizados e colonos, cujo tratamento deveria ser providenciado por seus senhores ou pelo Governo devido à política de imigração da época.

Entretanto, ao longo dos anos, essa situação foi modificada e a Sociedade Beneficência Alemã começou a doar esmolas para a Santa Casa em reconhecimento aos cuidados médicos oferecidos aos enfermos de nacionalidade alemã. Conforme mencionado por Tomaschewski (2014), em 1882, o provedor da Santa Casa foi autorizado a negociar com a Sociedade Beneficência Alemã acerca do tratamento de seus sócios no hospital da instituição. Assim, tais registros contábeis refletem não apenas as mudanças na origem das receitas da Santa Casa, mas também a evolução das políticas de saúde e assistência social, evidenciando como a instituição adaptou-se às necessidades da comunidade ao longo do tempo.

A receita dos Enfermos Particulares, ou seja, aqueles tratados às suas próprias custas, constituía uma parte significativa do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia. Essa receita era classificada como ordinária e apresentava poucas oscilações de valores ao longo do tempo. Curiosamente, nos anos de 1867 e 1872, tal receita não foi registrada no balanço, o que indica uma inconsistência na contabilização.

No ano de 1868, o valor proveniente dessa receita foi agrupado em rendas diversas, resultando em uma mudança na forma de apresentação da conta contábil. Essa alteração

prejudicou o entendimento da informação contábil e o deslocamento dentro do balanço, dificultando a evidenciação adequada da composição do patrimônio. Considerando que a Contabilidade é a ciência das contas responsável por revelar a composição do patrimônio (Santos; Schmidt; Machado, 2005), é fundamental garantir a consistência e a transparência na apresentação das informações contábeis. A alteração na forma de registro dos Enfermos Particulares comprometeu essa transparência e dificultou a compreensão da situação financeira da instituição.

Assim, no relatório de receitas e despesas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no ano de 1868 não foi possível identificar o valor específico da receita proveniente dos Enfermos Particulares. Todavia, essa limitação não diminui a importância dessa fonte de receita. Como salientado por Sá (1997), o capital está sujeito a contínuas transformações, as quais podem influenciar as análises das estruturas financeiras das organizações ao longo do tempo.

No contexto das receitas provenientes dos Enfermos Particulares é pertinente observar que, nos anos subsequentes, essas se mantiveram com uma representatividade significativa em relação às receitas totais anuais. Por exemplo, nos anos de 1874, 1875, 1878 e 1879, as receitas provenientes dos Enfermos Particulares corresponderam a aproximadamente 7,6%, 6%, 6,6% e 6,10% das receitas totais anuais, respectivamente. Tal constatação evidencia a continuidade da relevância dessa fonte de receita para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre ao longo do período analisado.

Com relação às receitas de formação do patrimônio, foram analisadas aquelas que possuíam maior representatividade dentro do processo de formação do capital ou ainda as que apresentavam constância nos relatórios anuais, quais sejam:

- a) receitas de emolumentos, foros e laudêmios;
- b) etapa policiais;
- c) medicamentos fornecidos ao hospício São Pedro;
- d) indenização pelo cuidado e criação de expostos.

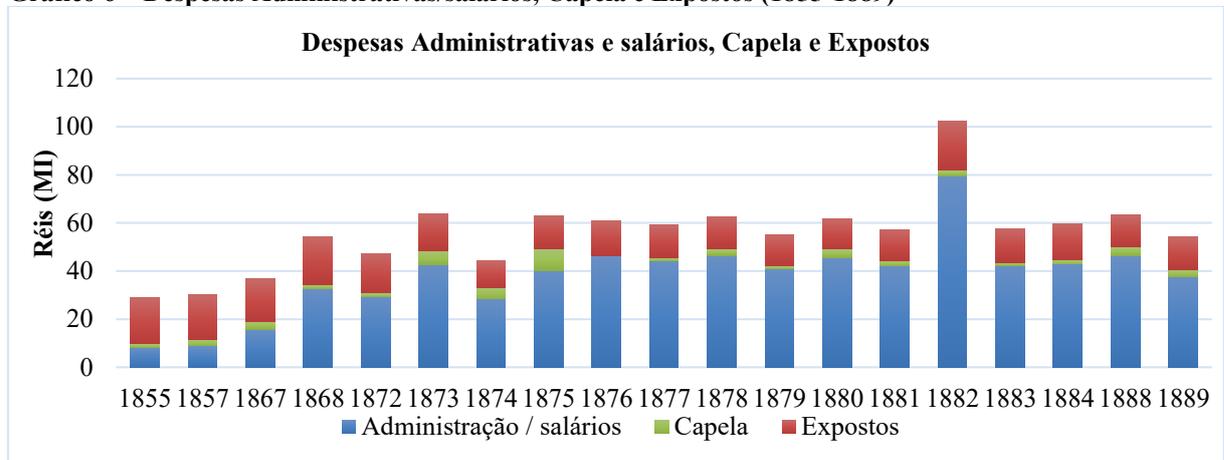
Essa movimentação permanente e constante que ocorre nas fontes de investimento, seja por ações da gestão ou não, contribui para a dinâmica patrimonial (Sá, 1997).

Se para todo o crédito há um débito de igual valor, com as receitas da Santa Casa de Porto Alegre não é diferente. A instituição tinha sob sua guarda diversos serviços assistenciais conforme anteriormente relatado. Assim, as despesas com Administração da Santa Casa, Expostos, Hospital e Capela totalizavam a maior parte das despesas da entidade. Segundo

Favero *et al.* (1997, p. 95), “despesa representa os sacrifícios de recursos com que a entidade se vê obrigada a arcar para a obtenção da receita”.

No que tange a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre tem-se o quanto de receita é sacrificada para a prestação de assistência aos que necessitam. A despesa “Administrativa” da Santa Casa foi de 37%, considerando a soma total das despesas anuais do período analisado. Os “Expostos” e “Capela” consistiram, respectivamente, a 15% e 3 % das receitas totais. No Gráfico 6 apresentam-se as Despesas Administrativa, Expostos e Capela, que figuram como as mais expressivas nas demonstrações de Receitas e Despesas da Santa Casa de Porto Alegre.

**Gráfico 6 – Despesas Administrativas/salários, Capela e Expostos (1855-1889)**



Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1855-1889).

Essas despesas juntas absorvem 55% de todas as receitas. A Despesa Administrativa é composta por vencimentos de empregados, gêneros alimentícios e outros, drogas, medicamentos e sanguessugas, lavagem de roupa do hospital, livros, papel para o expediente, anúncios, editais, impressões, fazendas e utensílios para o hospital, água e gás, obras de melhoramento no edifício e consertos nos prédios da Santa Casa, décima urbana, condução de cadáveres de irmãos, enterros de irmãos pobres, despesas judiciais e outras relacionadas às atividades desempenhadas. Observa-se que no ano de 1882, o valor de despesa chegou a 79:686\$515 de réis, as subcontas despesas com salários, alimentos e melhoramento no edifício, respectivamente, representaram 36%, 25% e 17% da receita administrativa.

A despesa com a Capela tem na sua composição gastos com cera, querosene, vinho, músicas nas festividades, reformas e outros. Tais despesas não apresentam variações bruscas. Para Santos *et al.* (2007, p. 134-135), as despesas são definidas pelo IASB pela “redução nos benefícios econômicos durante um período contábil na forma de saídas de caixa ou consumo

de ativos ou ocorrências de obrigações”. A capela recebia receitas de esmolas e doações que eram utilizadas na composição do patrimônio.

No que tange a Despesa com os Exposto a entidade contava com o auxílio do Governo mediante a receita de Subvenção da Província, que era destinada para a manutenção dos Exposto e para o Cemitério. Essa despesa consumia uma parcela significativa de ativo capital, sendo que em determinados períodos foi necessário solicitar maior suplementação do valor subsidiado pelo Governo.

#### 4.2 A ESCOLA CONTROLISTA E A INFLUÊNCIA NA CONTABILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

A Contabilidade teve sua origem e desenvolvimento nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença, Pisa e outras regiões da Europa, que eram caracterizadas por uma intensa atividade mercantil, econômica e cultural. Durante os séculos XIII a XVII, essa região representava o epicentro do progresso em termos de empreendimentos comerciais e industriais. Tal contexto propiciou o surgimento e a evolução dos princípios e práticas contábeis que formaram as bases da Contabilidade moderna, conforme observado por Iudícibus (1997).

A visão científica da Contabilidade iniciou no século XV com a obra de Pacioli e permaneceu quase que inalterada até o século XVIII. Apesar de ser considerado o período de estagnação do pensamento contábil, foi durante essa época que o sistema de partidas dobradas foi consolidado e disseminado por todo o mundo (Schmidt; Santos, 2006). Para a **Escola Contista**, a preocupação pautava-se em descrever e apresentar modelos de como registrar as transações nos livros contábeis por meio de partidas dobradas, tendo como finalidade essencial o processo de registros com técnicas do sistema de contas (Schmidt; Santos, 2006).

Na análise das contas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é evidente a preocupação com o registro detalhado das transações, refletindo a influência do sistema de partidas dobradas. Os balanços de Receitas e Despesas abrangiam todas as movimentações realizadas pela instituição. Essa abordagem contábil, que valoriza o registro preciso e sistemático das operações financeiras, desempenhou um papel fundamental na consolidação da Contabilidade como ciência.

Segundo Silva e Nepomuceno (2011), a partir do final do século XIX, os estudiosos da Contabilidade expandiram seu interesse além da simples determinação do objeto e da finalidade de estudo. Eles passaram a buscar compreender mais profundamente o papel da riqueza, para

quem ela serve e como o homem a utiliza para alcançar eficientemente os propósitos de seus empreendimentos. Esse enfoque abrangente reflete a evolução da Contabilidade como disciplina científica, ampliando seu escopo para além dos aspectos técnicos para abarcar questões sociais e econômicas.

No que tange aos registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, identifica-se maior influência da **Escola Controlista**. Para Schmidt, Santos (2006), as principais características dessa Escola são as seguintes:

- a) a preocupação com o usuário interno, pois ao apresentar o relatório anual da provedoria tem-se a finalidade de prestar contas aos irmãos benfeitores sobre a aplicação dos recursos destinados a caridade;
- b) distinção entre administração geral e administração econômica., sendo que a Santa Casa no século XIX agregou formas de assistências (hospital, botica, casa da roda, hospício e outros) e contava com funcionários e um extenso patrimônio. No que tange a administração econômica, a gestão do patrimônio, das riquezas, além de apresentados os valores monetários nos balanços, as transformações patrimoniais também constavam nos relatórios;
- c) o patrimônio, uma vez que os balanços de receitas e despesas contemplavam os valores patrimoniais positivos e negativos.

Para a Escola Controlista, a administração econômica compreende três séries de esforços, quais sejam: a gestão, a direção e o controle (Santos *et al.*, 2007). A gestão compreende as atividades da administração econômica, ou seja, a gestão dos recursos para a realização da finalidade da entidade. A gestão patrimonial dos recursos da Santa Casa tinha por função atender as demandas da entidade nos serviços de caridade prestados.

Não obstante, a direção administrativa era composta pelos irmãos mediante a votação para compor a mesa. O controle dos recursos oriundos de doações, oblatas, subvenção provincial, loterias, aluguéis e juros de apólices é apresentado no balanço anual das receitas e despesas. No relatório da provedoria há o controle dos prédios, de valores de doações, de joias, de funcionários e de todas as atividades econômicas que representam as transações patrimoniais.

Os relatórios e as demonstrações contábeis eram importantes fontes de controle, tanto para os usuários internos quanto para os órgãos do governo. Assim, a concessão de loterias e a subvenção provincial necessárias para custear as despesas do cuidado com os expostos

passavam por votação anual na Assembleia da Província para determinar o valor de receitas com base nos relatórios apresentados.

Na **Escola Controlista** de Fábio Besta, a escrituração contábil é efetivada com a criação das contas contábeis. A conta é basicamente um registro feito para acompanhar um objeto, medindo e registrando sua condição em um determinado momento a fim de fornecer informações sobre as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Isto posto, as contas formam um complexo de escrituração e são expressas em grandezas mensuráveis, tais como moedas, volume, peso e outros (Santos *et al.*, 2007).

Conforme Santos, Schmidt e Machado (2005) as funções do controle contábil dividem-se nas seguintes:

- a) antecedente, delimitado anteriormente (contrato, estatuto);
- b) concomitante, caracterizado pela vigilância de determinadas tarefas (medidas, cartões), e;
- c) subsequentes, que contemplam a análise dos acontecimentos sob a ótica jurídica e econômica (balanços, prestação de contas).

A natureza do controle econômico divide-se em ordinária e extraordinária. As ordinárias ocorrem no cotidiano da entidade, ao passo que as extraordinárias se manifestam em situações de exceção. Nos balanços as receitas e despesas eram divididas em ordinárias, extraordinárias e com renda de aplicação especial, denotando a influência da **Escola Controlista**.

Ao realizar o controle das contas e registrar os fatos ocorridos no patrimônio da entidade torna-se possível gerir os recursos para cumprir a sua finalidade – que no caso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no período Imperial é a filantropia. Por meio da demonstração em Relatórios e Balanços de Receitas e Despesas os provedores tomavam decisões acerca da gestão do patrimônio ou recebiam ajuda governamental em forma de subvenção provincial ou prêmios de loterias.

Para a gestão administrativa os relatórios apresentavam em suas contas todas as atividades desempenhadas. De fato, a Contabilidade no período analisado estava em pleno desenvolvimento como ciência na Europa. No Brasil, a primeira obrigatoriedade de aplicação do método das partidas dobradas ocorreu em 1808 por meio de um Alvará que obrigava os contadores gerais da Real Fazenda a aplicar o método. Observou-se nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a indigência do controle na gestão do patrimônio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Porto Alegre, devido a sua posição estratégica, era vista pelo Império como um importante ponto de defesa do território contra invasores estrangeiros e por isso concentrava alta atividade militar (Weber, 1992). A necessidade da construção de instituições pias ocorreu ainda no período colonial (Tomaschewski, 2014). Dessa forma, a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre teve início durante o período colonial. No entanto, a confirmação régia só ocorreu em 1822, começo do Império brasileiro.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre inicialmente adotou o Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516, e suas posteriores alterações. Apenas em 1857 constituiu seu próprio Compromisso e deixou de utilizar o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, sendo este orientado pelas quatorze obras de caridade: sete obras de natureza espiritual e sete de natureza corporal (Abreu, 2001; Franco, 2011; Sousa, 2019).

O modelo de assistência da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre logo foi integrado na prática de caridade da sociedade local. Essa circunstância levou a instituição a receber uma quantidade significativa de doações (Tomaschewski, 2007). Desse modo, a formação do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre era proveniente de doações de terrenos, casas, títulos, taxas de funerais, contribuição de associados e outros (Nascimento, 2004).

Sendo assim, realizar o registro de forma correta da informação contábil figurava como essencial para realizar a gestão de recursos. Por consequência, a Contabilidade pode ser utilizada como fonte de conhecimento das dinâmicas sociais passadas. Para Miller, Hopper e Laughlin, (1991), a Contabilidade é um instrumento prático que possibilita controles patrimoniais nas organizações e na sociedade. Com base nas análises realizadas nos “Balanço de Receitas e Despesas” que constam no Relatórios da Provedoria identificaram-se as contas, valores e informações patrimoniais que formam o Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Conforme as análises empregadas, identificou-se que a principal fonte de receita na formação do Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foram os "Aluguéis de Prédios", que representaram 20% das receitas nos anos de 1867, 1868, 1872 a 1879 e 1883 a 1888. No ano de 1872, especificamente, esses aluguéis corresponderam a 31,54% da receita total.

A conta “Aluguéis de Prédios” além de ter sido uma das principais fontes de “Receita”

passou a ser utilizada para conversão do Patrimônio em “Apólices da Dívida Pública”, o que refletiu no aumento patrimonial. Essa conversão do patrimônio relaciona-se com o patrimônio enquanto uma grandeza real que vai se modificando no decorrer das atividades econômicas, contribuindo para a análise adequada das variações ocorridas em um determinado período (Faveto *et al.*, 1997).

A “Receita Aluguel de Prédios” desempenhou uma função relevante na sustentabilidade financeira da instituição. No Relatório da Provedoria de 1872 constam informações detalhadas sobre os prédios, incluindo sua localização, quantidade e o valor mensal arrecadado com aluguéis. Esses imóveis foram utilizados na conversão do Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em “Apólices”, as quais originaram a “Receita de Juros de Apólices”.

A conversão do Patrimônio mostrava-se vantajosa financeiramente, pois os aluguéis estavam sujeitos a pagamento de taxas, seguro e reparos, enquanto as “Apólices” ofereciam rendimento de 6% ao ano, superando os rendimentos com aluguéis. Nesse sentido, vai-se ao encontro do conceito de controle da **Escola Controlista**, que visa a administração do patrimônio e busca harmonizar Contabilidade e as relações internas e externas para impedir o desperdício (Schmidt; Santos, 2006).

A “Receita Juros de Apólices” a partir de 1874 teve um aumento exponencial que correspondeu a 814% em relação ao ano anterior. Esse crescimento pode ser entendido com base na Lei de Desamortização que proibia as Santas Casas de possuírem bens imóveis que não fossem para a “atividades fim” e assim deveriam converter os “Imóveis” em “Apólices Dívida Pública”.

Nos Balanços destacam-se as “Receitas de Contribuição Marítima”. Devido a sua posição, a cidade de Porto Alegre tornou-se um ponto de escoamento de produção para o centro do país e exterior (Weber, 1992). Com o aumento no fluxo de pessoas e de “Capital”, os valores das “Receitas de Contribuição Marítima” aumentaram. Nos anos de 1883 o valor de receita chegou a 5,16 % do valor da receita total, seguido por 1879 com o percentual de 5,13% e 1873 representando 5,05 % da receita total. As receitas marítimas eram repassadas para a Santa Casa de Misericórdia com regularidade pelo Estado.

Para pertencer a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o candidato à Irmão deveria pagar uma “Joia” com a quantia de 50.000 réis. Esse valor era aplicado no hospital como esmola. No período analisado, a “Receita com Joias” apresentou crescimento no ano de 1867, quanto a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre editou o seu próprio Compromisso.

Para Tomaszewski (2014), o ingresso de novos irmãos pode ter motivação na redução das exigências para a candidatura. Como efeito desses novos “Irmãos” houve um aumento na “Receita de Joias”. No triênio de 1865 a 1867 foram admitidos 63 novos Irmãos. As receitas dos anos de 1883 e 1889 representaram respectivamente 4,60% e 3,46%.

Segundo Machado (2023), a busca pela salvação era o caminho seguido por todos os segmentos sociais, sejam ricos ou pobres. Dessa forma, as pessoas disponibilizavam seus bens e serviços com a finalidade de alcançar a Salvação. Ademais, como o Compromisso da Misericórdia estava estabelecendo as práticas da caridade, esta tornava-se a gestora das últimas vontades dos que faleceram. Tal prática de deixar legados para as Santas Casas de Misericórdia era comum na Metrópole e em suas congêneres. Assim, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, as “Receitas de Legados” nos anos de 1877 e 1880, corresponderam respectivamente a 25,17% e 28,30%, da Receita Total. Essa receita aumentava ou diminuía conforme os montantes de “Legados Pios” eram destinados à instituição.

Outra Receita que compunha a formação do Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foram as “Receitas de Loterias”, que não eram constantes. Em 1879, as “Receita de Loteria” representaam 17,85% da Receita Total. Esse aumento ocorreu devido ao benefício de uma loteria concedido pela Assembleia Legislativa Provincial para auxiliar nas despesas com os expostos. Nesse mesmo ano, o Governo diminuiu o valor da “Receita de Subvenção Provincial”.

A “Receita de Subvenção Provincial” tinha seu orçamento votado na Assembleia da Província. O Presidente da Província com base nas informações dos relatórios dos estabelecimentos pios era quem determinava o valor de Receita de Subvenção para cada instituição (Tomaszewski, 2014). Dentro do período analisado (1855 a 1889), por nove anos, a “Receita de Subvenção” da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre representou mais de 30% das Receitas Totais.

A partir de 1875, a Assembleia da Província passou a aprovar anualmente o valor de 24:000\$000 de réis. Entretanto, em 1879, o valor da receita diminuiu para 15:99\$970 de réis, acarretando uma redução de 10,46% no valor. Nos anos seguintes houve um aumento que se manteve até 1889, final do período analisado. Na composição desta Receita fica evidente a importância do controle das informações contábeis.

Portanto, a partir do Relatório da Provedoria pode-se observar a quantidade, gestão e controle do patrimônio dos bens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Para Santos, Schmidt e Machado (2005), de acordo com a **Escola Controlista**, a Contabilidade é

considerada a ciência do controle econômico. E este, por sua vez, está dividido em registro contábil e da compreensão do trabalho econômico. Desta forma, observa-se a preocupação à época com os registros contábeis no sentido de evidenciar o controle patrimonial, as mutações e ao mesmo tempo prestar informações aos interessados na situação financeira e econômica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, principalmente em relação ao controle patrimonial.

Com relação às Despesas, as maiores são “Administrativas”, que corresponderam a 37% no período. Em seguida, tem-se as “Despesas com os Expostos”, que representavam 15 %, e por sua vez, a “Despesa da Capela” respondendo por 3%. Conforme as análises realizadas sob a perspectiva histórica embasada na Escolas de Pensamento Contábil, demonstrou-se as principais fontes de receitas e despesas e as mutações ocorridas no período de 1855 a 1889.

Parra Schmidt (2021), ao apresentar sob a perspectiva histórica e contábil a estrutura patrimonial por meio de registros, contribui-se para o entendimento de processos históricos de grupos, personagens e fatos que marcaram o desenvolvimento da sociedade. Desse modo, com base nos Documentos Contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é possível descrever as principais práticas de Contabilidade que tiveram por finalidade analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorreram no patrimônio.

No que se refere à estrutura do Balanço Patrimonial no período analisado da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre não consta divisão entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, na forma como é utilizado atualmente. Este possuía uma estrutura simples de partidas dobradas entre receitas e despesas, apresentadas no Balanço de Receitas e Despesas. Conforme Santos *et al.* (2005) não houve uma escola de Contabilidade brasileira, sendo que uma das primeiras manifestações contábeis ocorreu em 1808 por meio de um Alvará que obrigava os contadores gerais da Real Fazenda a aplicar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Ao analisar a Contabilidade no período de 1822 a 1889 da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é possível observar que não há padronização das informações contábeis. Cabe salientar que a padronização ocorreu na **Escola Americana** com o advento das Associações de Contadores que contribuíram para a qualificação e padronização da informação contábil (Santos; Schmidt; Machado, 2005).

A Contabilidade no Brasil passou a ter um estágio de desenvolvimento somente a partir da década de 1964. Antes dessa data há eventos que contribuíram para o desenvolvimento da ciência, quais sejam: o Código Comercial de 1850; o livro Manual Mercantil de 1902; o Decreto nº 20.158, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador em 1931; o Decreto nº 2.627, que versa sobre a Lei das Sociedades por Ações em 1940; a carreira

universitária em 1945; a fundação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais da FEA/USP e a criação dos CFC e dos CRCs, em 1946; o Decreto Lei nº 24.239 da reavaliação de ativos fixos em contrapartida da reserva especial no patrimônio líquido, em 1947, e; a Lei nº 3.470 de 1958 (Santos, Schmidt; Machado, 2005). Com base no exposto, verifica-se que a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre cumpria com as exigências das demonstrações contábeis do período analisado (1822-1889).

No que tange às “Receitas” no Balanço da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre apresentava-se o saldo que passava de um ano para o outro, seguido das “Receitas Ordinárias”, “Extraordinárias”, “Renda com Aplicação”. Entretanto, essa forma variava e, às vezes, era acrescido “Capela”, “Legados”, “Dívida Ativa”, “Esmolas” e “Não Classificadas”, não havendo subdivisões de receitas dentro do demonstrativo.

Com relação às “Despesas”, estas seguiam o padrão quanto a apresentação no Balanço, subdivididas em “Gerais”, “Prédios”, “Hospital”, “Capela”, “Botica” e “Especial”. Mas tal divisão também alterava-se dependendo do ano. No Balanço de receitas e despesas de 1857, as despesas estão divididas em Ordinárias e Extraordinárias.

A escrituração contábil dos movimentos financeiros efetivados pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre estava descrita e demonstrada nos Relatórios da Provedoria, nos quais constavam os “Balanços de Receitas e Despesas”. Diante do exposto e com base na **Escola Controlista** para conhecer o real estado de riqueza da entidade é necessário que os fatos administrativos sejam registrados contabilmente através de livros adequados, e que a escrituração seja capaz de demonstrar o trabalho de gestão da entidade (Schmidt; Santos, 2006).

Embora s **Escola Controlista** fosse vigente no período analisado, já se percebiam traços e elementos que seriam futuramente alicerce da **Escola Patrimonialista**, tais como o patrimônio é uma grandeza real – que se transforma a partir da realização das atividades econômicas – o valor monetário da conta representa a situação estática do patrimônio e as variações que ocorrem ano a ano representam o dinamismo onde a conjuntura de social, econômica e fiscal pode influenciar diminuindo ou aumentando a situação patrimonial (Silva, 2008). O investimento para a **Escola Patrimonialista** é uma aplicação que tende ao lucro, coordenada com outras aplicações e ter uma dependência com fontes do mesmo investimento (Sá, 1997).

Quanto ao controle financeiro, o estudo apresentou como as “Receitas” da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre eram administradas para equilibrar as despesas com as receitas

disponíveis. Além disso, foram obtidas outras receitas por meio de investimentos provenientes de doações de "Bens" e "Legados".

A **Escola Controlista** coexistiu com outras correntes de pensamento contábil que também tem influência nos registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Para a Escola Controlista a missão da Contabilidade é estabelecer ponto de partida para possibilitar as análises dos resultados pela gestão; acompanhar a gestão para evidenciar todos os fatos ocorridos na entidade para facilitar o trabalho administrativo; e demonstrar os resultados da administração econômica (Contabilidade) para aprovação ou rejeição da gestão (Santos; Schmidt, 2006).

Desse modo, a pesquisa analisou os Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre no período Imperial sob ótica histórica com base nas escolas de pensamento contábil. Assim, a investigação pautou-se nas informações contábeis que constam nos Relatórios no período de 1855 a 1889 (período que há relatórios), com foco nos balanços de receitas e despesa da Santa Casa.

Em síntese, a pesquisa oferece como contribuição a análise da Contabilidade a partir dos registros históricos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Demonstraram-se os principais elementos das escolas de pensamento contábil utilizados nas demonstrações de receitas e despesas e evidenciou-se a prevalência dos elementos da Escola Controlista nas demonstrações contábeis no período analisado (1822 a 1889).

Por fim, seguindo a temática histórica da Contabilidade, como sugestão de pesquisa futura recomenda-se analisar o tratamento contábil em relação ao trabalho de pessoas escravizadas “livres” nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A temática acerca da escravidão e a Contabilidade passou a ser explorada pelos historiadores de contabilidade recentemente (Fleischman *et al.*, 2011; Pinto; West, 2017).

Segundo Rodrigues *et al.* (2015, p.43, tradução própria), a “compreensão atual dos documentos e procedimentos de origem contábil que registraram as operações de escravidão nas Américas tem sido obtido predominantemente a partir de estudos nos EUA e Índias Ocidentais Britânicas”. Há, portanto, essa lacuna de estudos com essa temática na contabilidade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, L. O papel das Misericórdias dos "lugares de além-mar" na formação do Império português. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.3, p. 591-611, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000400005>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- BOSCHI, C. C. **Por que estudar história?** Belo Horizonte: PUC Minas, 2019.
- BURNARD, T. Slaves and slavery, history of. In: WRIGHT, J. D. (ed.). **International Encyclopedia of the social & Behavioral Sciences**. 2nd ed. United States: Elsevier, 2015. v.21, p. 54-58. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.62025-1>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- CARMONA, S. Pesquisa em História da Contabilidade: escopo, tópicos e agenda. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 75, p. 321-325, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790210>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- CARNEGIE, G. The present and future of accounting history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, United Kingdom, v. 27, n. 8, p. 1241-1249, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2014-1715>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CARNEGIE, G. D.; McBRIDE, K. M.; NAPIER, C. J.; PARKER, L. D. Accounting history and theorising about organisations. **The British Accounting Review**, United Kingdom, v. 52, n.10093, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2020.100932>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Accounting's past, present and future: the unifying power of history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, United Kingdom, v. 25, n. 2, p. 328-369, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513571211198782>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA - CHC. **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. Porto Alegre, 8 jun. 2016. Disponível em: [https://www.chcsantacasa.org.br/historia\\_conteudo/irmandade-da-santa-casa-de-misericordia-de-porto-alegre/](https://www.chcsantacasa.org.br/historia_conteudo/irmandade-da-santa-casa-de-misericordia-de-porto-alegre/). Acesso em: 16 fev. 2023.
- CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS - CMB. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://www.cmb.org.br/cmb/index.php/institucional/quem-somos/historico>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- CORDERY, C.J. The state relationship with religion: Defined through disciplinary procedures of accounting and regulation. **Accounting History**, United Kingdom, v. 24, n.3, p. 356 -382, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373219841069>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- COVALESKI, M. A.; DIRSMITH, H. W. Dialectic tension, double reflexivity and the everyday accounting researcher: On using qualitative methods. **Accounting, Organizations**

**and Society**, Netherlands, v.15, n. 6, p. 543-573, 1990. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(90\)90034-R](https://doi.org/10.1016/0361-3682(90)90034-R). Acesso em: 16 fev.2023.

EVANS, E.; PAISEY, C. Histories of accounting education: an introduction. **Accounting History**, United Kingdom, v. 23, n. 1-2, p. 3-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373217742427>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FAVERO, H. L.; LONARDONI, M.; SOUZA, C.; TAKAKURA, M. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

FERRI, P.; LUSIANI, M.; PARESCHI, L. Accounting for Accounting History: a topic modeling approach (1996–2015). **Accounting History**, United Kingdom, v. 23, n. 1-2, p.173–205, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373217740707>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FLEISCHMAN, R. K.; RADCLIFFE, V. S. The roaring nineties: Accounting history comes of age. **Accounting Historians Journal**, United States, v. 32, n.1, p. 61-109, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40698310>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FLEISCHMAN,R.K; OLDROYD.D.;THOMAS N. TYSON,T.N. Plantation accounting and management practices in the US and the British West Indies at the end of their slavery eras. **Economic History Review**, v.64, n.3, p. 765–797, 2011. Disponível em: Acesso em: 04 nov. 2022.

FRANCO, R. **Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-25052012-133000>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FRANCO, S.; STIGGER, I. **Santa Casa 200 anos: caridade e ciência**. Porto Alegre. ISCMPA, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, D.; CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J.; PARKER, L. D.; WEST, B. Does accounting history matter? **Accounting History**, United Kingdom, v. 16, n.4, p. 389-402, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373211417993>. Acesso em: 16 fev.2023.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F V. **Teoria da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 1999. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770250/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS - IBAO. **História das Santas Casas**. Itu, 2023. Disponível em: <http://iscmitu.org.br/historia-das-santas-casas/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028041/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- JONES, M. J.; OLDROYD, D. The ‘internationalisation’ of accounting history publishing. **The British Accounting Review**, United Kingdom, v. 47, n. 2, p. 117 -123, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.11.003>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- LAZZINI, S.; NICOLIELLO, M. Accounting as an instrument of power: The case of an Italian hospital in the late nineteenth century. **Accounting History**, United Kingdom, v. 26, n. 2, p. 236–254, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10323732209486>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- LIMA, A. A. de. História tradicional da Contabilidade. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 36-40, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v4i1.7181>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p. 63-201, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- MACHADO, K. M. Legar ao além: uma análise das propriedades da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 50-76, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2023.74116>. Acesso em: 16 fev.2023.
- MAIA, A. M. R.; COSTA, E.; PADILHA, M. I. C. de S; BORENSTEIN, M. S. Pesquisa histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais. **História de Enfermagem**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 137-149, 2011.
- MARAN, L.; BIGONI, M; MORRISON, L. Shedding light on alternative interdisciplinary accounting research through journal editors’ perspectives and an analysis of recent publications. **Critical Perspectives on Accounting**, United Kingdom, v. 93, [art.] 102420, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2022.102420>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- MATTHEWS, D. The past, present, and future of accounting history. **Accounting Historians Journal**, United States, v. 46, n. 2, p. 25-40, 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45409889>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- MATTESSICH, R. Accounting Historians Journal.Prehistoric accounting and the pr oric accounting and the Prehistoric accounting and the problem of representation: On recent archeological evidence of the Middle-East from 8000 B.C. to 3000 B.C. **Accounting Historians Journal**, United States, v. 14, n. 2, p. 71-91, Fall 1987. Disponível em: [https://egrove.olemiss.edu/aah\\_journal/vol14/iss2/5/](https://egrove.olemiss.edu/aah_journal/vol14/iss2/5/). Acesso em: 16 fev. 2023.
- McBRIDE, K.; VERMA, S. Exploring accounting history and accounting in history. **The**

**British Accounting Review**, United Kingdom, v. 53, n. 2, [art.] 100976, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2021.100976>. Acesso em: 16 fev.2023.

MEIRELLES, P. M. **Os Filhos da Mãe Santíssima: os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850)**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/233728>. Acesso em: 16 fev.2023.

MILLER, P.; HOPPER, T.; LAUGHLIN, R. The new accounting history: an introduction. **Accounting, Organization and Society**, United Kingdom, v. 16, n. 5-6, p. 395-403, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(91\)90036-E](https://doi.org/10.1016/0361-3682(91)90036-E). Acesso em: 4 abr. 2023.

MUKHAMETZYANOV, R. Z.; NUGAEV, F. S. H.; MUHAMETZYANOVA, L. Z. History of accounting development. **Journal of History Culture and Art Research**, Turkey, v. 6, n. 4, p. 1227-1236, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7596/taksad.v6i4.1163>. Acesso em: 4 abr. 2023.

NAPIER, C. J. Accounts of change: 30 years of historical accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, United Kingdom, v. 21, n. 4-5, p. 445-507, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.12.004>. Acesso em: 16 fev.2023.

NASCIMENTO, M. R. A Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/RS. Séculos XVIII-XIX. **Paralellus**, Recife, v. 5, n. 9, p. 93-118, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/paralellus.2014.v5n9.p93-118>. Acesso em: 16 fev.2023.

NICOLIELLO, M.; ALIABADI, F. J. Accounting and work in the charities: The case of an Italian institution in the nineteenth century. **Accounting History**, United Kingdom, v. 27, n. 2 p. 215-230, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10323732221086973>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PAIXÃO FILHO, J. M.; OLIVEIRA, T. G. de; PEREIRA, N. S. P.; PEREIRA, C. A.; MONTEIRO, R. P. A Contabilidade na visão evolutiva: agregando e valorando o capital no âmbito teórico contábil. **RAGC**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 44-54, 2015. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/516>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PINTO, O.; WEST, B. Accounting, slavery and social history: The legacy of an eighteenth-century Portuguese chartered company. **Accounting History**, v.22 n.2, p.141-166, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373217696512>. Acesso em: 04 nov. 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*. BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 76-97.

RODRIGUES, C. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das “reformas pombalinas” no mundo luso-brasileiro. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUHRJ, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2008. Disponível em: 370 [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212772170\\_ARQUIV\\_O\\_Asleistestamentariasde1765e1769-CLAUDIARODRIGUES.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212772170_ARQUIV_O_Asleistestamentariasde1765e1769-CLAUDIARODRIGUES.pdf). Acesso em: 4 abr. 2023.

RODRIGUES, L.L.; CRAIG, R.J.; SCHMIDT, P., SANTOS, J. L. Documenting, monetising and taxing Brazilian slaves in the eighteenth and nineteenth centuries. *Accounting History Review*. v. 25, n. 1, p. 43–67, 2015. Disponível em: [doi.org/10.1080/21552851.2014.946935](https://doi.org/10.1080/21552851.2014.946935). Acesso em: 04 nov. 2022.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, I. dos G. A Reorganização da Caridade em Portugal no contexto Europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste, Portugal*, v. 11, n. 2, p. 31-63, 1998.

SÁ, I. dos G. **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SÁ, I. dos G. As Misericórdias: da fundação a União Dinástica. *In*: PAIVA, J. P. (org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. v. 1, p. 19-45. Disponível em: [https://cdn.ump.pt/files/files/publicacoes/Portugaliae/PMM\\_Vol1.pdf](https://cdn.ump.pt/files/files/publicacoes/Portugaliae/PMM_Vol1.pdf). Acesso em: 4 abr. 2023.

SÁ, I. dos G. Entre leigos e eclesiásticos: doadores e patrocinadores no desenvolvimento das práticas de caridade nas Misericórdias (século XVI-XVII). *In*: FRANCO, J. E.; COSTA, J. P. O. (ed.). **Diocese do Funchal: a primeira diocese Global. História, cultura e espiritualidades**. Funchal: Esfera do Caos, 2015. p. 447-445.

SÁ, I. dos G.; LOPES, M. A. **História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/12120>. Acesso em: 16 fev.2023.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 190).

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; MACHADO, N. P. **Fundamentos da teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L.A. MACHADO, N. P. **Teoria da contabilidade**. Introdução, Intermediária e Avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHMIDT, P.; GASS, J. M. Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 42, n. 2, p. 71-98, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.33148/CeTROPICO2526-9372.2018v42n2\(1734\)71-98p](https://doi.org/10.33148/CeTROPICO2526-9372.2018v42n2(1734)71-98p). Acesso em: 4 abr. 2023.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **História do pensamento contábil**. São Paulo. Atlas, 2006.

SERVALLI, S. The interface of power and charity in the government of poor: a case from the Italian context in the sixteenth-seventeenth centuries. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, United Kingdom, v. 26, n. 8, p. 1306-1341, 2013. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-05-2013-1360/full/html>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, A. R. A prática da Contabilidade ao serviço da escravatura no Brasil: uma análise bibliográfica e documental. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, p. 346-354, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201411060>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, J. F. Os criadores de exposto nas hierarquias sociais do Antigo Regime: Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 3, n. 11, p. 22-38, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/rlah.v3i11.437>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, L. I. S. Contabilidade: objeto, objetivos e funções. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 38, p.79-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi38.7635>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, J. M.; NEPOMUCENO, V. A queda da contabilidade europeia e a ascensão do modelo contábil norte-americano no Brasil: uma revisão de literatura. **Perquirere**, Patos de Minas, v. 9, n. 1, p. 321-334, jul. 2012. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/perquirere/article/view/3577/1111>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, L. S.; SOUSA, D. C. S. Teoria da contabilidade: um estudo do contismo ao neopatrimonialismo. **Revista São Luís Orione**, Araguaína, v. 4, n.2, p. 47-67, 2017. Disponível em: <https://seer.catolicaorione.edu.br/index.php/revistaorione/article/view/74>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SOUSA, I. C. O compromisso primitivo das misericórdias portuguesas (1498-1500). **Revista da Faculdade de Letras**, Portugal, v. 13, p. 259-306, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5623>. Acesso em: 31 jul. 2023.

STALEY, D. J. A history of the future. **History and Theory**, United States, v. 41, p. 72-89, 2002. Disponível em: [http://www.medientheorie.com/doc/staley\\_history\\_of\\_the\\_future.pdf](http://www.medientheorie.com/doc/staley_history_of_the_future.pdf). Acesso em: 4 abr. 2023.

TOMASCHEWSKI, C. **Entre o Estado, o mercado e a dádiva**: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 c. 1891. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2497>. Acesso em: 4 abr. 2023.

TYSON, T. N; OLDROYD, D. The debate between postmodernism and historiography: An accounting historian's manifesto. **Accounting History**, United Kingdom, v. 22, n. 1, 29-43, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1032373216666845>. Acesso em: 4 abr. 2023.

**APÊNDICE A - DOCUMENTOS CONSULTADOS PARA ANÁLISE DOS DADOS**

<b>RELATÓRIOS DA PROVIDORIA NO PERÍODO DE 1855 A 1889</b>	<b>Tipo de documento</b>
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1856.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1855
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1858.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1857
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1868.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1868
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1869	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1869
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1872.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1872
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1874.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1873
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1875.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1875
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1876.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1876
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1877.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1877
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1878.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1878
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1879.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1879
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1880
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1881.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1881
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1882.	Balanço de receitas e despesa da SCMPA ano 1882

<b>RELATÓRIOS DA PROVIDORIA NO PERÍODO DE 1855 A 1889</b>	<b>Tipo de documento</b>
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1883.	Balção de receitas e despesa da SCMPA ano 1883
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1884.	Balção de receitas e despesa da SCMPA ano 1884
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1888.	Balção de receitas e despesa da SCMPA ano 1888
Relatório da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1889.	Balção de receitas e despesa da SCMPA ano 1889

**APÊNDICE B - REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS - ARQUIVO HISTÓRICO DO  
CENTRO CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

FAGUNDES, J. R. **Relatório da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** No ano de 1855, acompanhado do Balanço da Receita e Despesa da mesma, apresentado pelo Provedor Dr. João Rodrigues Fagundes. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1856.

TRAVASSOS, M. J. F. **Relatório da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** Ano de 1857, acompanhado do Balanço da Receita e Despesa da mesma, apresentado pelo Provedor reeleito Dr. Manoel José de Freitas Travassos. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1858.

LIMA E SILVA, L. M. **Relatório do Estado da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Sul:** acompanhado do Balanço da Receita e Despesa, apresentado pelo Provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no ano Compromissal de 1867. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comercio, 1867.

LIMA E SILVA, L.M. **Relatório do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Sul:** acompanhado do balanço da receita e despesa, apresentado pelo Provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no ano compromissal de 1868. Porto Alegre: Typ. de José Antônio Lessa, 1868.

LIMA E SILVA, L.M. **Relatório do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Sul:** acompanhado do balanço da receita e despesa, apresentado pelo Provedor Marechal de Campo, Luiz Manoel de Lima e Silva, no ano compromissal de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório do Estado da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1873:** acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo Estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e do Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Júnior. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1874.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do Ano de 1874:** acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento, e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e do Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Júnior. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1874.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do Ano de 1875:** acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Junior. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1875.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do Ano de 1876:** acompanhado do balanço da receita e

despesa do mesmo estabelecimento, e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Junior. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1876.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do Ano de 1877**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1877.

COELHO JÚNIOR, J.A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do Ano de 1878**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typ. do Deutsche Zeitung, 1878.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1879**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1879.

TRAVASSOS, M. J. F. **Apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, coligidos e oferecidos à Mesa da mesma Santa Casa pelo Irmão Manoel José de Freitas Travassos em 1859**. In: COELHO JÚNIOR, José Antônio. Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1879, acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e 337 Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, p. 29-37, 1879.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1880**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1880.

COELHO JÚNIOR, J. A. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1881**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antônio Coelho Jr. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1881.

SILVA, J.F.S. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Província do Rio Grande do Sul do ano de 1882**: acompanhado do balanço da receita e despesa do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despesa das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado à Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Ferreira dos Santos da Silva. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1882.

SALGADO, J.P. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia De Porto Alegre Capital da**

**Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:** apresentado pelo Provedor Joaquim Pedro Salgado no ano de 1884. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp.,1885.

SALGADO, J.P. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia De Porto Alegre do biênio de 1888 a 1889:** apresentado pelo Provedor Joaquim Pedro Salgado no ano de 1884. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria Americana,1889.